DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL

FACEM/CAMPUS CENTRAL

PROJETO PEDAGÓGICO

GESTÃO AMBIENTAL/ BACHARELADO/PRESENCIAL

Mossoró – RN
2023

Reitora
Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor
Francisco Dantas de Medeiros Neto

Chefe de Gabinete
Lauro Gurgel de Brito

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Fernanda Abreu de Oliveira

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Pró-Reitoria de Extensão
Esdras Marchezan Sales

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson

Pró-Reitoria de Administração
Simone Gurgel de Brito

Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
Fátima Raquel Rosado Morais

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
Ana Angélica do Nascimento Nogueira

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – FACEM

Diretor
Leovigildo Cavalcanti de Albuquerque Neto
Vice-Diretor
Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Departamento de Gestão Ambiental – DGA
Chefe do Departamento
Gabriela Cemirames de Sousa Gurgel
Subchefe
Roseano Medeiros da Silva

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

(Portaria nº 021/2021 – GD/FACEM)

Coordenador
Roseano Medeiros da Silva
Membros
Alfredo Marcelo Grigio
Gabriela Cemirames de Sousa Gurgel
Márcia Regina Farias da Silva
Maria Betânia Ribeiro Torres
Welka Preston Leite Batista da Costa

Estrutura curricular vigente: Resolução nº 036/2020 – CONSEPE

Fevereiro/2023

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO 6

2 IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO DE GRADUAÇÃO 6

3 HISTÓRICO DO CURSO 8

4 OBJETIVOS DO CURSO 8

5 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO 8

6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS 8

7 PRINCÍPIOS FORMATIVOS 8

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 9

9

8.1 COMPONENTES CURRICULARES 9

8.2 ATIVIDADES DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR 10

8.3 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO 10

8.4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 10

8.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES 10

8.6 ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO 11

9 MATRIZ CURRICULAR 11

10 EQUIVALÊNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES 12

11 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES 13

11.1 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS 13

11.3 EMENTÁRIO DAS UCE 14

12 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 14

13 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS 15

13.1 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS 15

13.2 RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS 15

13.3 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO 16

14 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL E NECESSÁRIA 16
14.1 ADMINISTRATIVO 16
14.2 SALAS DE AULA 16
14.3 LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS 16
14.4 OUTROS ESPAÇOS 16
15 METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA CONSECUÇÃO DO PROJETO 16
16 POLÍTICAS DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO 17
16.1 POLÍTICA DE GESTÃO 17
16.2 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO 17
16.3 POLÍTICAS DE PESQUISA 17
16.3.1 Políticas de pós-graduação 17
16.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO 17
17 PROGRAMAS FORMATIVOS 17
18 RESULTADOS ESPERADOS 18
19 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS 18
20 REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CURSO 18
21 OUTROS ELEMENTOS 18
REFERÊNCIAS 18
APÊNDICE(S) 18
ANEXO 1 - PORTARIA DE NOMEAÇÃO DO NDE 18
ANEXO 3 - ATA DE REUNIÃO DO CONSAD 18
ANEXO 4 - MINUTA DE RESOLUÇÃO DO CONSEPE 19

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição Mantenedora
Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FUERN
Rua Almino Afonso, 478 – Centro
CEP.: 59.610-210 – Mossoró – RN
Fone: (84) 3315-2148 Fax: (84) 3315-2108
E-mail: reitoria@uern.br
Presidente: Cicília Raquel Maia Leite
Espécie Societária: Não Lucrativa

Instituição Mantida
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
CNPJ: 08.258.295/0001
Campus Universitário
BR 110, Km 46, Av. Prof. Antônio Campos s/n
Bairro Costa e Silva
CEP: 59625-620 - Mossoró-RN
Fone: (84) 3315-2175 Fax: (84) 3315-2175
Home Page: www.uern.br e-mail: reitoria@uern.br
Dirigente: Cicília Raquel Maia Leite
Ato de credenciamento: Portaria n° 874/MEC, de 17/06/1993
Ato de recredenciamento: Decreto Estadual Nº 27.902 (23/04/2018), publicado em 12/05/2018.

2 IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO DE GRADUAÇÃO

Denominação do curso: Bacharelado em Gestão Ambiental
Código e-MEC: 113337
Grau acadêmico: Bacharelado
Campus e Município de andamento do curso: Campus Central/Mossoró – RN
Área de conhecimento do curso: Multidisciplinar
Classificação Cine Brasil: Engenharia, produção e construção; Engenharia e profissões correlatas; Tecnologia de proteção ambiental; 0712G01 Gestão ambiental.
Modalidade: Presencial
Unidade responsável: Faculdade de Ciências Econômicas – FACEM
Departamento acadêmico: Departamento de Gestão Ambiental
Endereço: Rua Professor Antônio Campos, s/n, BR 110, km 48, Bairro Costa e Silva

– Mossoró/RN.
Telefone: Não há.
E-mail: dga@uern.br
Website do curso: https://portal.uern.br/facem/gestao-ambiental/
Data de Início de Funcionamento: 19 de outubro de 2007

Carga horária total: 3.230 horas

Tempo médio de integralização curricular: 4 anos

Tempo máximo de integralização curricular: 6 anos

Tipo de oferta do curso: Anual

Número de vagas por semestre/ano: 40 vagas por ano

Turno de funcionamento: Integral (matutino e vespertino)
Tipo de ciclo de formação: -

Número máximo de alunos por turma: 50 alunos

Forma de Ingresso no Curso: Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) determinado pelo Sistema de Seleção Unificado (SISU), Processo Seletivo de Vagas Não Iniciais – PSVNI, Processo Seletivo de Vagas Ociosas – PSVO.

Conceito da última avaliação do Conselho Estadual de Educação: 4,7

Quadro 1- Dados de criação/Atos autorizativos

Ato de Autorização/Criação:	Resolução nº 50/2007 - CONSEPE
Ato de reconhecimento	Decreto Estadual nº 23.939, de 20 de novembro de 2013
Ato de renovação de reconhecimento 1	Decreto Estadual nº 27.374, de 16 de outubro de 2017
	Parecer nº 010/2017/CEE/CES-RN, de 6 de setembro de 2017
Ato de renovação de reconhecimento 2	Decreto Estadual nº 30.571, de 13 de maio de 2021
	Parecer nº 02/2021/CEE/CES-RN, de 02 de março de 2021

3 HISTÓRICO DO CURSO

A emergência da problemática ambiental em todo o planeta implicou na ambientalização (LEITE LOPES, 2006) das diversas práticas sociais, sobretudo da educação, no sentido de garantir a construção de novos comportamentos, atitudes,

valores e estilos de vida individuais e coletivos na direção das mudanças exigidas pela crise ambiental. A origem dessa nova postura está na crise do modelo de desenvolvimento econômico, baseado na exploração intensiva e extensiva dos recursos naturais, demandando um outro modelo de desenvolvimento denominado desenvolvimento sustentável, imprimindo a necessidade de se estabelecerem novas relações entre a sociedade e a natureza.

O desafio do desenvolvimento sustentável deve ser enfrentado a partir de uma perspectiva teórica que considera as dimensões culturais e éticas no processo de tomada de decisão. Além disso, procura deixar claro, também, porque esse processo de tomada de decisão terá que ser supraindividual, isto é, baseado em ações coletivas, altruisticamente motivadas, e não em decisões individuais maximizadoras de bem-estar de cada agente econômico (MAY, 2008). Neste contexto, no mundo do trabalho, surge a figura de um novo profissional, com uma visão interdisciplinar da realidade social, ambiental e econômica, denominado de gestor ambiental.

É importante mencionar que, após a Conferência de Estocolmo, em 1972, o processo de institucionalização de políticas e da gestão ambiental no Brasil experimentou avanços consideráveis, sobretudo nos aspectos institucionais e legais, na tendência à descentralização política no sentido do deslocamento de atribuições e de poderes para os níveis estaduais e municipais e também no sentido do compartilhamento de aspectos da gestão ambiental com entidades da sociedade civil e do setor privado e, por último, na construção e no fortalecimento da noção de desenvolvimento sustentável como recurso político na negociação dos conflitos que emergem da articulação entre o desenvolvimento e o ambiente (LIMA, 2011).

Segundo Philippi Jr. e Bruna (2004), o significado etimológico dos dois vocábulos – gestão e ambiental – tem suas raízes na língua latina. Gestão originou-se de *gestioni*, que exprime o ato de gerir, enquanto ambiental designa o adjetivo aplicado para referir-se às coisas do ambiente, tanto o ambiente construído, quanto o ambiente natural.

Gestão ambiental é, portanto, o ato de administrar, de dirigir ou reger o meio físico-natural e o meio social em que se insere o ser humano, individual e

socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características do entorno, dentro dos padrões de qualidade definidos, tendo como finalidade última estabelecer, recuperar ou manter o equilíbrio entre a sociedade e a natureza (PHILIPPI JR & BRUNA, 2004).

Conforme Silva e Pessoa (2009, p. 81):

> A gestão ambiental caminha para buscar a consolidação de novos espaços de inserção, como também almeja definir qual o seu espaço na produção de conhecimento. Sua base constitutiva se dá, essencialmente, pela explicação transdisciplinar e pelo reconhecimento de que a questão ambiental não pode ser entendida apenas sob uma dimensão de compreensão, mas pelo diálogo de saberes a que faz jus, que é necessário para entender sua complexidade nos diferentes espaços em que ocorrem, seja na esfera global ou local. Todavia, a explicação de fenômenos como base na produção de um conhecimento que, por natureza, apresenta-se como inter, multi e transdisciplinar, impõe barreiras ao reconhecimento, ou até mesmo à identificação de qual lugar, dentro das fronteiras da produção de conhecimento, cabe à gestão ambiental.

Nessa perspectiva, a gestão ambiental, como procedimento administrativo pautado pela lógica da sustentabilidade e conduzido através de políticas e ações direcionadas à minimização dos impactos ambientais provocados pelas sociedades, entrou, definitivamente, para a agenda mundial como contraponto à ascensão da estrutura produtiva desvinculada da preocupação com a problemática socioambiental, adotando, como encaminhamento teórico-metodológico, a condução interdisciplinar.

A inserção da variável ambiental na dinamização de políticas e investimentos no Brasil representa a importância dada a essa temática. Por suas características territoriais, ambientais e socioculturais, o Brasil, mais que outros países, é muito cobrado sob o ponto de vista da proteção e conservação dos recursos naturais, com destaque para os grandes biomas que compõem seu território, especialmente a Amazônia.

A Gestão Ambiental, enquanto área de conhecimento, por sua característica multidimensional, transpassa todos os setores da sociedade e necessita da contribuição do poder público na constituição de políticas, programas e no estabelecimento de estrutura física e humana para o desempenho de funções de

planejamento, monitoramento e fiscalização. Essa necessidade é respaldada pela Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA (Lei 6.938/81), que criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente, onde participam os órgãos e departamentos federais, estaduais e municipais ligados à Gestão Ambiental. Por outro lado, o setor privado tem sido cada vez mais exigido, especialmente, pelo mercado, uma vez que empresas com uma postura ambientalmente sustentável têm tido cada vez mais a valorização da sociedade.

A certificação ambiental pela ISO 14.000 demonstra a importância da participação desse segmento para a promoção da sustentabilidade do planeta. Outro segmento de importância equiparada está representado pela sociedade civil organizada que, constituída formalmente através de Organizações Não Governamentais – ONGs, têm contribuído decisivamente para a melhoria da Gestão Ambiental no planeta.

Nesse contexto, na trajetória da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), destaca-se, inicialmente, a criação do Núcleo Avançado de Educação Superior de Areia Branca (NAESAB) pela Lei nº. 8.221, de 12 de agosto de 2002 e pela Portaria nº. 2.416/2002 – GR/UERN, de 27 de setembro de 2002, passando a ofertar os cursos de graduação em Turismo e Gestão Ambiental no município de Areia Branca/RN.

O desenvolvimento das atividades do Curso de Gestão Ambiental, a partir do segundo semestre letivo de 2003, regulamentado pela Resolução nº. 053/2002 -CONSEPE, de 02 de outubro de 2002, que criou o curso vinculado ao Departamento de Administração/FACEM, contribuiu para que a sociedade pudesse contar com um novo profissional apto a atuar no mercado de trabalho frente às demandas levantadas pelas questões socioambientais (UERN, 2012).

Em agosto de 2007, iniciaram-se os estudos sobre a criação do curso de Gestão Ambiental no campus Central em Mossoró/RN, a partir de uma proposição apresentada pelos docentes do Curso de Gestão Ambiental, considerando que a criação do curso no campus Central atenderia à região do oeste potiguar. Além disso, as condições para o trabalho docente possibilitariam também um melhor ensino-aprendizagem. Assim sendo, em 19 de outubro de 2007, foi criado o Curso

de Gestão Ambiental no Campus Central pela Resolução Nº 50/2007 - CONSEPE. Após meses de trabalho, uma proposta pedagógica para o curso foi, então, apresentada à Câmara de Ensino de Graduação – CEG, a qual determinou que fosse encaminhada para a análise e complementação de estudos por parte da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEG e, posteriormente, para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, que aprovou a matriz curricular do Curso de Graduação em Gestão Ambiental, da Faculdade de Ciências Econômicas do Campus Central através da Resolução nº 21/2008 – CONSEPE.

Desde sua criação, o curso de Gestão Ambiental passou por duas avaliações de renovação de seu reconhecimento, a primeira, em 18 de outubro de 2013, com parecer favorável e nota 4,0. A segunda, em 06 de outubro de 2017, com parecer favorável e nota 4,57. No intervalo de uma avaliação e outra, o Departamento de Gestão Ambiental, dentro das condições objetivas do Rio Grande do Norte (UERN) e do país, busca com zelo e compromisso educacional superar as adversidades detectadas nas avaliações referidas.

Pode-se afirmar que a história do Curso de Gestão Ambiental da UERN está associada à missão de formar profissionais capazes de aperfeiçoar tecnologias baseadas na eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica. Mais ainda, a proposta curricular do curso em tela busca romper com a clássica formação disciplinar predominante nos cursos de formação superior no país, assumindo a concepção de que a relação teoria e prática deve se dar por meio de uma perspectiva interdisciplinar e multidisciplinar em sua essência fundante.

Nesse sentido, o curso de Gestão Ambiental busca propiciar, aos discentes, uma formação geral sólida, em áreas de conhecimento de relevância para sua futura atuação profissional, aliada ao aprofundamento em áreas específicas, visando a instrumentalizá-los para o mercado de trabalho e a permitir atuação interativa e responsável na sociedade, já que a abrangência das questões ambientais tem sido amplamente discutida por toda a sociedade, de forma que a integração de questões como a escassez hídrica, o desmatamento, a disposição de resíduos sólidos, a exposição de populações a situações de sofrimento socioambiental, entre outros, já ultrapassa os horizontes dos administradores e pesquisadores da área e alcançam

praticamente todos os segmentos da coletividade.

Além disso, tendo em vista que, nos dias atuais, a exigência de uma política ambiental nas mais diversas escalas e esferas institucionais se faz presente, a necessidade de um profissional da Gestão Ambiental preparado para orientar instituições públicas, privadas e do terceiro setor a se organizarem para enfrentar as questões socioambientais, em um meio onde os recursos naturais se tornam cada vez mais escassos, ameaçando a capacidade de suporte dos sistemas ecológicos e sociais, justifica a existência de cursos nesta área.

Num primeiro momento, essa formação deve contar com estudos do ambiente físico, biológico, cultural, social e político, integrando-os em um núcleo básico de conhecimentos que contemple as seguintes áreas: Ecologia, Administração, Filosofia, Economia, Sociologia, Cultura e Natureza, Geografia, Geologia, Metodologia, Estatística, Informática, Química, Desenvolvimento Sustentável, Sociedade e Ambiente.

Em um segundo momento, o núcleo profissional de conhecimentos deve ser tal que os auxilie na compreensão dos estudos da Área de Gestão Ambiental, suas inter-relações com a realidade, objetivando uma visão crítica, bem como com os aspectos sociais, éticos e legais, tais como: Planejamento e Zoneamento Ambiental, Gestão de Recursos Naturais, Gestão da Zona Costeira e dos Recursos Hídricos, Gestão Ambiental Rural e Urbana, Gestão e Conservação da Biodiversidade, Aquecimento Global e Mudanças Climáticas, Recuperação de Áreas Degradadas, Avaliação de Impactos Ambientais, Poluição e Controle Ambiental, Direito e Legislação Ambiental, Políticas Públicas Ambientais e Educação Ambiental, Agroecologia, Análise de Risco Ambiental, Saúde e Saneamento Ambiental, Sistemas de Gestão Ambiental e Auditoria, Geoprocessamento, Monografia e Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Ambiental I e II.

Por conseguinte, o núcleo complementar ainda prevê Tópicos Especiais na área de Gestão Ambiental, atividades complementares e as unidades curriculares de extensão, para subsidiar uma formação completa.

No Estado do Rio Grande do Norte (RN) e na Mesorregião Oeste Potiguar, onde está instalado o curso de Gestão Ambiental da Universidade do Estado do Rio

Grande do Norte (UERN), a questão socioambiental decorre de uma forte dinamicidade e complexidade ambiental e produtiva. Esse mesmo território é palco de atividades agropecuárias, petrolíferas, turísticas e minerais, com destaque para o turismo, a exploração de petróleo e gás em terra e na plataforma continental, a carcinicultura marinha, a agricultura irrigada e, mais recentemente, a instalação de usinas eólicas na região litorânea. Em paralelo a estas atividades, existem os projetos de agricultura familiar e de agroecologia, com a assessoria de organizações não governamentais e governamentais, espaços também de atuação do gestor ambiental.

Essas atividades, associadas ao acelerado crescimento das cidades, são responsáveis pela geração de impactos ambientais de escalas e magnitudes diversas, que se configuram em modificações nas estruturas sociais, econômicas, culturais e naturais, interferindo, inclusive, nas estruturas produtivas e de serviços, bem como na qualidade de vida da população. Em suma, constituem sérios problemas socioambientais.

Como exemplo de problemas concretos, pode-se mencionar, entre tantos outros, a geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos e gasosos que contribuem para a poluição e contaminação de rios e outros corpos d'água superficiais e subterrâneos, de solos, do ar e de outros compartimentos ambientais. Todas essas implicações resultam num quadro preocupante de degradação ambiental e na redução da qualidade de vida na região. Consequentemente, tudo isto gera cenários de vulnerabilidade e riscos socioambientais que precisam de atenção especial por parte da sociedade.

Diante de situações como estas, o mundo se volta à procura de alternativas viáveis para solucionar ou, pelo menos, minimizar esses problemas, principalmente a partir de investimentos em ciência e tecnologia, visando à formação de um profissional capacitado a tratar, de modo sistêmico e com uma visão holística, as questões socioambientais.

O principal objetivo do curso de Gestão Ambiental é formar cidadãos e cidadãs capacitados a pensar sistematicamente soluções sustentáveis a níveis locais e regionais para os problemas ambientais decorrentes da intrínseca relação

entre os sistemas ambientais e os sistemas socioeconômicos, visando surtir efeitos globais.

Foi com esse objetivo que a UERN, como instituição de ensino superior e comprometida com a região em que está inserida, criou o curso de graduação em Gestão Ambiental, visando à formação de um profissional com conhecimentos multi, inter e transdisciplinares nas áreas de Administração, Ciências Ambientais e Ciências Sociais, com um olhar ressignificado sobre as relações sociedade e ambiente.

Portanto, o curso de Gestão Ambiental da UERN assume a responsabilidade de inserir, na sociedade, um profissional capacitado para apresentar soluções aos problemas socioambientais, propondo novas formas de desenvolvimento com base nos princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental, visando à garantia de uma melhor qualidade de vida da população do Estado do Rio Grande do Norte.

O curso de Gestão Ambiental da UERN/Campus Central recebe estudantes, em sua maioria, do Estado do Rio Grande do Norte, bem como de Estados nordestinos e de outras regiões do país (Quadro 2).

Quadro 2: Origem do Aluno do Curso de Gestão Ambiental

SEMESTRE LETIVO	ORIGEM DO ALUNO
2018.1	Assú/RN (1), Alto Santo/CE (1), Areia Branca/RN (1), Baraúna/RN (1), Caraúbas/RN (2), Carnaubais/RN (1), Currais Novos/RN (1), Fortaleza/CE (2), Guarulhos/SP (1), Janduís/RN (1), Limoeiro do Norte/CE (1), Macau/RN (1), Mossoró/RN (22), Natal/RN (2), Patu/RN (2), Pau dos Ferros/RN (1), Russas/CE (1), Upanema/RN (1)

2019.1	Assú/RN (1), Apodi/RN (3), Aracati/CE (2), Areia Branca/RN (1), Beberibe/CE (2), Caraúbas/RN (1), Carnaubais/RN (1), Crato/CE (1), Currais Novos/RN (1), Felipe Guerra/RN (1), Fortaleza/CE (2), Fortim/CE (1), Guarujá/SP (1), Ipanguaçu/RN (1), Jucurutu /RN (1), Janduís/RN (1), Limoeiro do Norte/CE (2), Mossoró/RN (24), Pedreiras/MA (1), Umarizal/RN (1), Upanema/RN (1)
2020.1	Assú/RN (2), Maracanaú/CE (1), Messias Targino/RN (1), Mossâmedes/GO (1), Mossoró/RN (25), Natal/RN (1), Porto Alegre/RS (1), São Paulo/SP (1)
2021.1	Assú/RN (3), Aracati/CE (1), Barreiros/PE (1), Caraúbas/RN (3), Catolé do Rocha/PB (1), Ceará-Mirim/RN (1), Feliz Natal/MT (1), Fortaleza/CE (1), Jaguaribe/CE (1), Mossoró/RN (18), Natal/RN (2), Pau dos Ferros/RN (1), Santana do Matos/RN (1), Umarizal/RN (1)
2022.1	Assú/RN (2), Angicos/RN (1), Aracati/CE (2), Brasília/DF (1), Caraúbas/RN (4), Iracema/CE (1), Messias Targino/RN (1), Morada Nova/CE (1), Mossoró/RN (20), Patu/RN (1), Santana do Matos/RN (1), Umarizal/RN (1)

Fonte: Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DIRCA), 2022. Departamento de Gestão Ambiental/FACEM – UERN.

4 OBJETIVOS DO CURSO

Formar profissionais capazes de exercer a função gestora, de gerenciamento, planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de ações e políticas relacionadas aos meios natural, social, político, econômico e cultural nos quais estão inseridos, e de tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente por meio de um embasamento multi, inter e transdisciplinar, pautado em uma fundamentação ética, contribuindo de forma crítica e reflexiva na construção de uma sociedade democrática e sustentável.

5 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

O egresso do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental deve atuar,

profissionalmente, na busca pelo desenvolvimento sustentável, pela conservação da biodiversidade e da qualidade de vida e pelo bem viver para todos. O profissional a ser formado por este curso deve, portanto, ter capacidade para aprender, de forma autônoma e crítica, para exercitar suas atividades profissionais, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico. Ele deve, ainda, estar habilitado a diagnosticar e resolver problemas ambientais, tendo capacidade de identificar novas áreas de atuação profissional, utilizando conhecimentos já existentes ou produzindo novos, de forma a contribuir para o desenvolvimento de práticas sustentáveis. Além disso, ser capaz de trabalhar em equipes multidisciplinares para desenvolver projetos de maior complexidade, além de gerenciar processos participativos em organizações públicas e privadas e do terceiro setor.

6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Conforme dispõe o Projeto de Lei nº 3.515, de 2019, que dispõe sobre o exercício da profissão do Gestor Ambiental, em seu artigo 3º, incisos I a XVII,

> Art. 3º Sem prejuízo do exercício das mesmas atividades por outros profissionais igualmente habilitados na forma de legislação específica, compete ao gestor ambiental a realização de atividades de gestão e de planejamento, de interesse social, humano, ecológico e ambiental que envolvam: I – educação ambiental; II – gerenciamento e implantação de Sistema de Gestão Ambiental (SGA); III – gestão de resíduos; IV – elaboração de políticas ambientais; V – desenvolvimento, implantação e assinatura de projetos ambientais; VI – auditorias e elaboração e assinatura de laudos e de pareceres ambientais; VII – avaliação de impactos ambientais; VIII – assessoria ambiental; IX – implementação de procedimentos de remediação; X – docência; XI – elaboração de relatórios ambientais; XII – monitoramento de qualidade ambiental; XIII – avaliação de conformidade legal; XIV – recuperação de áreas degradadas; XV – elaboração e implantação de projetos de desenvolvimento sustentável; XVI – licenciamento ambiental; XVII – elaboração de plano de manejo. Parágrafo único. O disposto neste artigo não ilide o exercício profissional nos campos de atuação definidos com base nas diretrizes curriculares nacionais sobre a formação do profissional de gestão ambiental nas quais os núcleos de conhecimentos de fundamentação e de conhecimentos profissionais caracterizam a unidade de atuação profissional.

7 PRINCÍPIOS FORMATIVOS

O modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade moderna, baseado no uso de recursos naturais para suprir as demandas da indústria, bem como das revoluções científica, urbana e agrícola, passou a demandar uma intensa exploração

da natureza para atender ao consumo das necessidades humanas. Esse quadro levou a civilização a uma crise ambiental que despertou a humanidade para uma reflexão em nível mundial sobre o modelo de desenvolvimento que a sociedade contemporânea deseja implementar.

Esse debate suscita uma discussão sobre o processo de globalização, a dependência entre os países e o modelo de desenvolvimento capitalista baseado, sobretudo, no crescimento econômico em detrimento da preocupação com as desigualdades sociais intra e entre as nações e com a qualidade ambiental. Nesse sentido, a crise ambiental fomentou uma série de fóruns de discussões sobre a possibilidade de esgotamento do modelo de desenvolvimento vigente. Tal debate encontra-se alicerçado sobre ética de valorização do humano, do meio ambiente e de todas as normas de vida que habitam o planeta Terra.

Nessa direção, as rápidas, profundas e constantes mudanças de comportamento e de atividades da sociedade globalizada impõem, à universidade, a convivência, até certo ponto conflituosa, com os seus múltiplos papéis: participar do desenvolvimento tecnológico e orientar parte significativa de sua produção de saber em função de interesses sociais mais amplos, ou seja, cabe à universidade a busca do equilíbrio da aptidão técnico-científica e aptidão humanística. Esse diálogo contribuirá para a formação acadêmica capaz de articular competência científica e técnica, inserção política e postura ética, buscando, na formação profissional, o compromisso com a produção de novos conhecimentos e o desenvolvimento da capacidade do profissional para não só se adaptar às mudanças, mas, principalmente, intervir de modo consciente e responsável no processo de construção dessas mudanças.

O curso de Gestão Ambiental da UERN visa à implementação de uma proposta pedagógica que atenda ao desenvolvimento de competências e de habilidades específicas da formação dos bacharéis em Gestão Ambiental. Essas competências e habilidades encontram-se em consonância com o Capítulo IV, do Regulamento dos Cursos de Graduação, Resolução Nº 26/2017 – CONSEPE-UERN que, no Artigo 10º, delimita os princípios formativos dos cursos de graduação, como: interdisciplinaridade, a articulação teoria e prática, a flexibilização, a

contextualização, a democratização, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como outras formas de organização do conhecimento. Assim, em outras palavras, os princípios formativos têm, por objetivo, desenvolver a formação específica dos cursos.

O Bacharelado em Gestão Ambiental não possui uma Diretriz Curricular específica para orientar a formação do gestor ambiental. Essa orientação é realizada por documentos normativos diversos, como a Resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Ensino Superior CNE-CES 002/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial (BRASIL, 2007).

Durante o curso de Gestão Ambiental, os discentes obterão conhecimentos referentes à flora, fauna, conservação da natureza, geoprocessamento, estatística, planejamento, ecologia, química, administração, economia, sociologia, filosofia, cultura, entre outros, que formarão um gestor ambiental apto a coordenar equipes e pessoal em departamentos ou setores ligados ao meio ambiente.

Esse leque de conhecimentos dará suporte para o gestor ambiental realizar análises sobre a relação ambiente, sociedade e desenvolvimento e para gerir atividades de manejo. O gestor ambiental irá também conhecer a problemática relacionada à poluição dos solos, das águas e da atmosfera, o uso dos recursos energéticos, licenciamentos, estudos de impactos ambientais e tecnologias ambientais para recuperação de ambientes degradados, atuando em projetos nas áreas urbanas, empresariais, industriais e rurais.

Assim, busca-se, no curso de Gestão Ambiental, o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar e formular questões, ao invés do exercício de memorização. Essas competências são enfatizadas para a formação do bacharel em Gestão Ambiental, buscando qualificá-lo para atuar junto a resolução de problemas na interface ambiente-sociedade.

Dessa forma, foram devidamente observados, na construção do Projeto Político Pedagógico do curso de Gestão Ambiental, os princípios norteadores apresentados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2017 - 2027 da

universidade, apresentados como um guia de ações. Segundo o documento,

> Há, nesse elenco, três grupos de princípios: a) os princípios gerais, referentes às relações da universidade com a sociedade (autonomia universitária, caráter público da universidade), b) os princípios de funcionamento, que se referem à qualidade das relações entre os grupos no interior da universidade (democracia interna, cultura do mérito e gestão colegiada) e c) os princípios programáticos, relativos ao compromisso da instituição com sua própria missão (formação integral, compromisso social) (PDI, 2016).

Além desses, também foram considerados os princípios formativos descritos pelo Regulamento dos Cursos de Graduação, Resolução Nº 26/2017 – CONSEPE, que recomenda que cada instituição, em sua organização curricular, deve observar formas de orientação pertinentes à formação para a atividade docente, apresentando os seguintes aspectos: a) o aprimoramento em práticas investigativas; b) a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimentos dos conteúdos curriculares; c) o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais e de apoio inovadores; d) o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

Ao considerar essas orientações, os princípios formativos do curso de Gestão Ambiental são:

Princípio formativo de interdisciplinaridade – a integração de estudos e de componentes curriculares no curso de Gestão Ambiental se dá sob três perspectivas: a primeira diz respeito aos componentes curriculares advindos de outros departamentos, como filosofia, direito, administração, entre outros; a segunda diz respeito aos componentes curriculares do Departamento de Gestão Ambiental, por exemplo Cultura e Natureza, Sociedade e Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Gestão Ambiental Urbana, Gestão Ambiental Rural, Avaliação de Impactos Ambientais; Auditoria e Sistema de Gestão Ambiental, Gestão dos Recursos Hídricos, Planejamento Ambiental, dentre outros. A terceira trata dos componentes curriculares de formação obrigatória e complementar. Os conteúdos de formação complementar se constituem de um conjunto de ofertas de disciplinas, seja do próprio curso de Gestão Ambiental, seja de outros cursos, possibilitando, aos discentes, a escolha de componentes de acordo com suas perspectivas de formação profissional e/ou de mercado. Entre esses conteúdos destacam-se Tópicos especiais

em Gestão Ambiental I e II, Tópicos Especiais em Tecnologia Ambiental, Perícia Ambiental, Língua Brasileira de Sinais e Empreendedorismo.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade se processa a partir do diálogo interno, por meio de ações que buscam a interação entre disciplinas, áreas de conhecimento, entre os departamentos, entre os campi da UERN e os diferentes órgãos da instituição, garantindo tanto a consistência teórica, bem como a operacionalidade dos projetos.

Princípio formativo de articulação teoria e prática – a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, propiciada pelo desenvolvimento de créditos teóricos e práticos (que se dá a partir da realização de trabalhos de pesquisa, documental ou de campo, cujos resultados são apresentados e discutidos em forma de relatórios ou artigos científicos). Um aspecto importante a ser destacado na articulação teoria e prática são os Estágios Supervisionados em Gestão Ambiental I e II, que propiciam, aos discentes, vivenciar a prática da Gestão Ambiental em diferentes esferas, pública e/ou privada, podendo ser empresas, instituições de ensino, unidades de conservação, organização não governamental, organizações sociais. Os componentes curriculares Seminário de Monografia e Monografia também realizam essa articulação, cuja prática é extra sala de aula, a depender do objeto de investigação e do tipo de pesquisa do discente. Ademais, os laboratórios de pesquisa e de ensino estreitam as relações teórico-práticas do Curso de Gestão Ambiental.

Princípio formativo de flexibilização – a flexibilização é entendida como a organização dos componentes curriculares ao longo dos semestres, compreendendo dois eixos: o **conteúdo de formação básica** e o de **formação teórico - profissional**. A formação básica é composta pelos componentes curriculares cursados por todos os alunos do curso de Gestão Ambiental, esses componentes curriculares são: Introdução à Gestão Ambiental, Metodologia do Trabalho Científico aplicado à Gestão Ambiental, Cultura e Natureza, Informática Básica Aplicada a Gestão Ambiental, Filosofia e Meio Ambiente, Geociência Ambiental, Sociedade e Ambiente, Ecologia Geral Aplicada à Gestão Ambiental, Economia do Meio Ambiente, Química Aplicada à Gestão Ambiental, Gestão Contemporânea, Gestão e

Conservação do Solo, Direito e Legislação Ambiental, Estatística Aplicada à Gestão Ambiental, Geoprocessamento I e II, Desenvolvimento Sustentável. A formação teórica – profissional é constituída pelos componentes curriculares direcionados, especificamente, para o curso e previstos na matriz curricular. Dentre eles, podemos citar: Gestão Ambiental Urbana, Políticas Públicas Ambientais, Agroecologia, Geoprocessamento, Análise de Risco Ambiental, Educação e Ambiente, Poluição e Controle, Avaliação de Impactos Ambientais, Planejamento Ambiental, Planejamento e Gestão de Unidades de Conservação, Saúde e Saneamento Ambiental, Gestão dos Recursos Naturais e Comunidades Tradicionais, Gestão e Conservação da Biodiversidade, Gestão da Zona Costeira, Gestão dos Recursos Hídricos, Análise e Zoneamento Ambiental, Aquecimento Global e Mudanças Climáticas, Estágio Curricular, SGA e Auditoria, Recuperação de Áreas Degradadas, Seminário de Elaboração de Monografia, Monografia e Unidades Curriculares de Extensão. Além do núcleo complementar que prevê Tópicos Especiais em Gestão Ambiental e atividades complementares.

O curso de Gestão Ambiental assume uma prática pedagógica que tem, como princípios balizadores, o reconhecimento do discente como sujeito do processo educativo e a valorização dos diferentes estilos de aprendizagem, levando em consideração as especialidades dos discentes sem, no entanto, reduzi-los a sua singularidade. Para alcançar esse propósito, torna-se fundamental a adoção de estruturas curriculares flexíveis, que ultrapassem os domínios dos componentes curriculares, superem o hiato entre a teoria e a prática e que reconheçam a interdisciplinaridade como elemento fundante da construção do saber. É, ainda, imprescindível a existência de um corpo docente que se comprometa com a realidade institucional, que tenha capacidade reflexiva e que seja permanentemente qualificado, de forma a responder aos desafios da formação desse novo profissional.

Princípio formativo de democratização – o curso de Gestão Ambiental, por meio dos cursos extensionistas, ciclo de estudos, apresentação de filmes, promoção de cursos, oficinas e palestras, atuação junto a escolas, projetos de pesquisa e extensão, promove a democratização do conhecimento em Gestão Ambiental, permitindo que a comunidade externa tenha acesso a esses espaços de

aprendizagem. Já os componentes curriculares Estágio Supervisionado em Gestão Ambiental I e II também propiciam a democratização do conhecimento em Gestão Ambiental por meio da atuação dos discentes nas instituições em que realizam os seus estágios.

Princípio formativo de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – o curso de Gestão Ambiental busca ampliar o desenvolvimento dos conteúdos curriculares indo além da sala de aula, por meio da execução de projetos de pesquisa e extensão, propiciando as condições necessárias para o desenvolvimento de uma prática reflexiva por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Programas institucionais como projetos de pesquisa e extensão, bem como de ensino como Programa Institucional de Monitoria (PIM), fortalecem o tripé de ensino, pesquisa e extensão. Componentes curriculares como Seminário de Monografia e Monografia favorecem o aprimoramento em práticas investigativas, estimulando a reflexão crítica e a pesquisa, com vistas ao desenvolvimento de um sujeito autônomo, independente. Ademais, esse princípio se propõe a garantir que as ações de extensão integrem o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. Compreendidas como estruturantes na formação do aluno, as ações de extensão podem gerar aproximação com novos objetos de estudo, envolvendo a pesquisa, bem como revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do discente, bem como para a renovação do trabalho docente. Nesse sentido, as atividades de extensão são reconhecidas no currículo com atribuição de créditos acadêmicos.

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1 DISCIPLINAS

O curso de bacharelado em Gestão Ambiental contempla, em seu novo projeto pedagógico e em sua organização curricular, conteúdos relacionados aos seguintes campos de conhecimento: Ciências Sociais, Ambientais e Administração. Desse modo, em termos de Grande Área, está situado na Área Multidisciplinar e nas subáreas Ciências Ambientais e Interdisciplinar (meio ambiente e agrárias, sociais e humanidades, engenharia, tecnologia e gestão, saúde e biológicas). Sendo assim, o

curso apresenta uma carga horária total de **3.230 horas** divididas em disciplinas obrigatórias e optativas, unidades curriculares de extensão, estágios, atividades complementares e monografia (Quadro 3).

Quadro 3 – Estrutura da organização curricular

UNIDADES DE ESTRUTURAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS (ART. 21 DO RCG)		**CARGA HORÁRIA**
Disciplinas (RCG, Art. 49)	Obrigatórias	2100
	Optativas	180
	Eletivas* (RCG, Art 49, Inc. III)	240
Atividades da prática como componente curricular (RCG, Arts. 28-29)		-
Estágio curricular supervisionado obrigatório (RCG, Arts. 30-31)		300
Trabalho de conclusão de curso (RCG, Arts. 32-33)		120
Atividades complementares (RCG, Arts. 34-36)		200
Atividades curriculares de extensão (Res. 25/2017 – CONSEPE, de 21/06/2017)		330
Carga horária total		**3.230**

*Não contabilizar na carga horária total.

8.1 COMPONENTES CURRICULARES

O Bacharelado em Gestão Ambiental não possui, ainda, uma Diretriz Curricular específica para orientar a formação do gestor ambiental. Essa orientação é realizada por documentos normativos diversos, como a Resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Ensino Superior CNE-CES 002/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial (BRASIL, 2007).

Em sua organização curricular, são contemplados conteúdos relacionados aos seguintes campos de conhecimento: Ciências Sociais, Ambientais e Administração. Desse modo, em termos de Grande Área, está situado na Área Multidisciplinar e nas

subáreas Ciências Ambientais e Interdisciplinar (meio ambiente e agrárias, sociais e humanidades, engenharia, tecnologia e gestão, saúde e biológicas).

8.2 ATIVIDADES DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Não se aplica

8.3 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

O Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Ambiental é de caráter obrigatório, sendo indispensável à integralização curricular e atende ao disposto na Lei Federal nº 11.788/2008 e à Resolução Nº 05/2015, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, quando, no seu Artigo 2º, diz que:

> O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório dos Cursos de bacharelado da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN é concebido como um campo de conhecimento teórico prático, e interdisciplinar que possibilita, ao educando, aproximação, reflexão, interação e atuação no contexto social, ético, político, tecnológico e cultural, no qual o trabalho está inserido, configurando-se, assim, como espaço de convergência dos conhecimentos empíricos, científicos e tecnológicos pertinentes a cada área de formação.

O Estágio Supervisionado em Gestão Ambiental objetiva dotar o aluno de conhecimentos do campo prático de atuação profissional do Bacharel em Gestão Ambiental bem como capacitá-lo com vistas a favorecer sua futura inserção profissional promovendo sua adaptação psicológica e social na atividade profissional. Para tanto, encontra-se embasado nos seguintes eixos metodológicos norteadores dispostos no Art. 5º e seus incisos da Resolução Nº 05/2015-CONSEPE:

> **Formação interdisciplinar**: materializa-se na articulação didático pedagógica entre os diversos campos dos saberes e práticas do processo de ensino-aprendizagem;
> **Articulação teoria-prática**: ocorre de forma dialética e a partir de situações-problema, propiciando a identificação/construção de possibilidades de intervenção na realidade;
> **Investigação/intervenção**: ocorre a partir da reflexão sobre os determinantes/condicionantes do exercício profissional em diferentes contextos, com vistas ao desvelamento de novas situações-problema, e novas formas de atuação;
> **A resolução de situações-problema**: efetiva-se mediante o processo de ação-reflexão-ação, vivenciado em situações contextualizadas, favorecendo a articulação ensino, pesquisa e extensão;
> **Reflexão sobre a atividade profissional**: constitui-se na reflexão crítica

> permanente sobre o processo de formação, compreendido em um contexto histórico-social, e na consciência da autoformação inicial e continuada, fomentando inovações ao exercício profissional.

O Estágio Supervisionado em Gestão Ambiental encontra-se dividido em dois módulos sequenciados: **Estágio Supervisionado em Gestão Ambiental I** e **Estágio Supervisionado em Gestão Ambiental II**, contando, cada um, com uma carga horária de 150 h/a**.** O aluno encontra-se apto a cursar o Estágio Supervisionado em Gestão Ambiental I a partir do 6º período do curso de Gestão Ambiental, pois este componente curricular possui como pré-requisitos as disciplinas de Introdução à Gestão Ambiental, Gestão Ambiental Urbana, Gestão Ambiental Rural e Gestão dos Recursos Naturais e Comunidades Tradicionais. Já para cursar o Estágio Supervisionado em Gestão Ambiental II, o discente deverá, obrigatoriamente, ter cursado e ter sido aprovado no Estágio Supervisionado em Gestão Ambiental I.

Os Estágios Supervisionados em Gestão Ambiental I e II poderão ser realizados em entidades voltadas para a área de Gestão Ambiental e afins, podendo ser de direito público ou privado, exigindo-se, para tanto, a celebração de convênio entre as partes.

Conforme o Art. 7º da Resolução Nº 05/2015 – CONSEPE/UERN enquadram-se na condição de entidade concedente:

> Empresas públicas e privadas do setor de produção;
> Empresas públicas e privadas do setor de serviços;
> Escolas públicas ou privadas;
> Instituições públicas de assistência social;
> A rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, em seus diversos níveis de complexidade;
> As Instituições privadas de assistência à saúde;
> Órgãos da administração direta, e indireta nas esferas municipal, estadual e federal;
> Escritórios de profissionais liberais;
> Entidades do terceiro setor;
> Qualquer setor da própria UERN (Pró-Reitorias, Unidades, Campi Avançados, Departamentos Acadêmicos ou administrativos).

O processo de avaliação de aprendizagem será efetuado mediante a frequência, orientação e o aproveitamento das atividades desenvolvidas durante a

duração do estágio, em conformidade com o regulamento do curso e as normas da UERN. Para tanto, alguns mecanismos de avaliação são previstos, dentre eles, o Plano de Estágio, o Relatório Final de Estágio Curricular Supervisionado e a participação e apresentação no Seminário Coletivo de Vivências em Gestão Ambiental.

O Estágio Curricular Não-Obrigatório poderá ser aproveitado como Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, desde que atenda a todos os requisitos exigidos na legislação vigente para este último. O discente não poderá ultrapassar o limite de 30 horas semanais de estágio, conforme configura a Lei de Estágio (Lei 11.788/2008).

Quadro 4 - Carga horária de estágio supervisionado obrigatório

Componente	Período	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	Carga Horária Total
Estágio supervisionado I	6º	30 h	120 h	150 h
Estágio supervisionado II	7º	30 h	120 h	150 h

8.4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Bacharelado em Gestão Ambiental é um instrumento fundamental para a qualificação profissional dos estudantes, uma vez que exige a elaboração de uma pesquisa científica sobre os principais eixos temáticos do curso e sua apresentação pública mediante uma banca de professores ou profissionais qualificados para a avaliação do trabalho. O formato exigido para a comunicação da pesquisa é a monografia, que deverá ser elaborada, individualmente, sob a supervisão de um professor orientador.

A Uern, através da Instrução Normativa nº 01/2018 - SIB/UERN, define as normas para entrega, recebimento e armazenamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) da Uern nas Bibliotecas.

Cabe mencionar, ainda, a existência da Coordenação de Monografia, atribuída ao professor que estiver ministrando a disciplina Monografia. A este cabe

acompanhar todo o processo de produção do trabalho monográfico e mediar a relação orientador/orientando, facilitando o processo de construção da pesquisa e estabelecendo o cronograma para entrega e apresentação da mesma.

O orientador da monografia deve, preferencialmente, possuir afinidade com a temática principal da pesquisa. São atribuições do orientador: estimular o aluno na consecução da pesquisa, facilitar o processo de revisão de literatura, estabelecer um plano de metas em consonância com o cronograma estabelecido, avaliar se o trabalho apresenta condições de ser apresentado e indicar os professores, ouvindo o orientando, mais adequados para compor a banca de defesa da monografia.

O aluno orientando deve escolher o orientador dentro das condições possíveis, considerando, especialmente, sua área de atuação. É obrigação do aluno-orientando comparecer aos encontros para orientação e cumprir as metas estabelecidas para o desenvolvimento da pesquisa e redação final do trabalho monográfico, de acordo com Normas de Redação e Formatação para Trabalhos de Conclusão de Curso do Curso de Gestão Ambiental e da UERN.

8.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares constituem-se em componentes curriculares obrigatórios para a integralização da carga horária do curso e compreendem atividades relacionadas à formação cidadã do aluno através do incentivo a participação em atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão (Quadro 5). Tais atividades permitem ainda ampliação e a consolidação dos conhecimentos teóricos disciplinares adquiridos ao longo da formação discente. Entre as atividades complementares vinculadas à dimensão de ensino considerada para a integralização curricular, privilegia-se a inserção discente em programas institucionais de monitoria por possibilitar uma maior interação com atividade docente. Participação em visitas técnicas às organizações e/ou instituições que apresentem inovação na prática de gestão ambiental ou aspectos correlacionados que possam servir de exemplos práticos de aplicação teórica também são considerados relevantes à formação discente.

Incentiva-se também a participação em eventos acadêmicos na condição de ouvintes ou participantes e nas defesas públicas e trabalhos acadêmicos

(monografia, dissertação, teses, iniciação científica e etc.).

Relativo às atividades de pesquisa, são consideradas complementares aquelas ligadas à participação em Grupos de Pesquisa, através da iniciação científica tanto na condição de bolsista como voluntário. Espera-se também a inserção em eventos acadêmicos científicos tantos locais e regionais como nacionais e internacionais através da apresentação de trabalhos, da publicação de resumos, artigos e similares.

Do ponto de vista da extensão, são compreendidas, como atividades complementares, aquelas advindas da participação discente em projetos de extensão, tanto na condição de bolsista como voluntário. Espera-se também, a organização e participação, por parte dos discentes, de ações voltadas para a promoção da extensão universitária através de cursos de curta duração. A participação política estudantil em agremiações acadêmicas representativas como Centros Acadêmicos, Diretório Central de Estudantes (DCE), Federação de Estudantes, União Estadual (UEE) e Nacional de Estudantes (UNE) e outras instâncias universitárias como comissões, conselhos e afins também são consideradas atividades complementares e que ampliam a formação discente. Além disso, também se espera, por parte do discente, a participação em trabalhos comunitários que objetivem compartilhar com a sociedade os conhecimentos adquiridos.

Ressalta-se ainda que, em todas as dimensões de desenvolvimento de atividades complementares, sejam no ensino, pesquisa e/ou extensão, é incentivada a iniciativa autônoma do corpo discente em atividades acadêmicas que demonstre interesse, desde que respeite o regimento geral do curso. Ressalta-se também que todas as atividades complementares, sejam elas de ensino, pesquisa e/ou extensão, correspondem à carga horária própria e quantidade máxima a serem aproveitadas para fins de integralização curricular discente. Entretanto, vale destacar que as atividades complementares não podem ser computadas através de UCE, o mesmo ocorrendo no sentido inverso.

Quadro 5 - Descrição das atividades complementares

Atividade (ensino, pesquisa, extensão etc.)	Carga horária/Quantidade máxima
(Ensino/docência) Monitoria	60/1
(Ensino/docência) Visitas Técnicas	10/3
(Ensino/docência) Participação como ouvinte em defesa de trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações e teses)	2/10
(Ensino/docência) Outros casos não previstos e que tenham a aprovação do orientador acadêmico quanto a atividade desenvolvida e carga horária considerada.	60/4
(Pesquisa) Participação em Grupo de Pesquisa	20/1
(Pesquisa) Projetos de Pesquisa como bolsista	60/1
(Pesquisa) Projetos de Pesquisa como voluntário	30/2
(Pesquisa) Apresentação de trabalho em eventos acadêmico-científicos	30/3
(Pesquisa) Outros casos não previstos e que tenham a aprovação do orientador acadêmico quanto a atividade desenvolvida e carga horária considerada.	20/2
(Extensão) Projetos de extensão como bolsista	60/1
(Extensão) Projetos de extensão como voluntário	30/1
(Extensão) Palestras realizadas	20/3
(Extensão) Participação em eventos culturais e científicos	15/5
(Extensão) Representação estudantil (CA. DCE, Federação de estudantes, UNE e afins)	30/2
(Extensão) Trabalho em Comunidade	10/3
(Extensão) Cursos de curta duração – até 40 horas	20/5
(Extensão) Cursos certificados – acima de 40 horas	40/5
(Extensão) Organização de Eventos	15/5
(Extensão) Estágio extracurricular em Gestão Ambiental	50/1
(Extensão) Outros casos não previstos e que tenham a aprovação do orientador acadêmico quanto a atividade desenvolvida e carga horária considerada.	50/3
(Produção técnica e científica) Resumo simples ou expandido publicado em evento local	10/3
(Produção técnica e científica) Resumo simples ou expandido publicado em evento regional, nacional ou internacional	20/3
(Produção técnica e científica) Artigo completo publicado em periódico avaliado pelo Qualis Capes	50/2
(Produção técnica e científica) Artigo completo	25/2

publicado em periódico não avaliado pelo Qualis Capes	

8.6 ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

As Unidades Curriculares de Extensão – UCE, implantadas no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, amparam-se num conjunto de normas, como, a Lei nº 13005 de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024; a Política Nacional de Extensão Universitária; a Resolução nº 02 – MEC, de 01 de julho de 2015, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores; a Resolução nº 34/2016 – CONSUNI, de 20 de setembro de 2016 que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da UERN; a Resolução nº 14/2017 – CONSEPE, que aprova o Regulamento Geral da Extensão; a Resolução nº 25/2017 – CONSEPE, de 21 de junho de 2017, que regulamenta a Curricularização na UERN; a Resolução 26/2017 – CONSEPE, de 28 de junho de 2017, que aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN.

O Projeto Pedagógico do Curso de Gestão Ambiental está de acordo com o que estabelece a norma acima, que destina o mínimo 10% (dez por cento) de sua carga horária total à curricularização da extensão. A carga horária do curso é de 2.900 horas, acrescido de 330 horas de UCE, totalizando 3.230 horas.

O Curso de Gestão Ambiental distribuirá as 330 horas de UCE, ofertando do segundo ao sétimo período, sendo quatro unidades com carga horária de 60 horas e duas unidades com carga horária de 45 horas. Para distribuição da carga horária nos períodos é apresentado um bloco de UCEs (Quadro 6).

Quadro 6 – Lista das UCE

UCE	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	Carga Horária TOTAL
UCE I	15 h	45 h	60 h
UCE II	15 h	45 h	60 h
UCE III	15 h	45 h	60 h
UCE IV	15 h	45 h	60 h
UCE V	15 h	30 h	45 h
UCE VI	15 h	30 h	45 h

No ementário do PPC são apresentadas as ementas e bibliografias do

componente, uma vez que estas definições são flexíveis de acordo com o projeto/programa de extensão relacionado a UCE. É importante salientar que o conteúdo das UCEs deverá ser de natureza teórico-prática, numa perspectiva transdisciplinar, desenvolvida por meio de uma relação entre o curso de Gestão Ambiental e a sociedade em geral.

As Unidades Curriculares de Extensão (UCE) devem, obrigatoriamente, estar associadas a projetos/programas de extensão devidamente institucionalizados na PROEX – Pró-reitora de Extensão. O docente que ofertar a UCE deve estar, obrigatoriamente, cadastrado no projeto/programa de extensão na condição de coordenador ou membro. Ao ser feito o cadastro de uma UCE, deverá ser registrado, no mínimo, um horário regular para a atividade, o qual não poderá ter choque de horário com os demais componentes da matriz para o período da oferta e não poderá ter duplicidade com os demais componentes selecionados pelo(a) discente para a matrícula. Caso o(a) discente tenha integralizado a carga horária prevista em sua matriz para as UCE, não poderá matricular-se em nova UCE, mas poderá participar como membro discente do projeto/programa, aproveitando as horas da participação como atividade complementar.

Não poderá colar grau o(a) discente com pendência na carga horária mínima de curricularização da extensão prevista em seu PPC, que é de 330 horas de UCE's. Além disso, as UCE's deverão ser definidas em distribuição de carga horária no semestre anterior e a sua avaliação se dará por meio de conceito, diferentemente dos demais componentes curriculares obrigatórios.

Vale ressaltar ainda que as horas curriculares das Unidades Curriculares de Extensão (UCEs) não são similares àquelas das atividades complementares, não podendo sobrepor-se uma à outra nem serem duplamente contabilizadas. Os conteúdos das UCEs deverão ser de natureza teórico-prático reflexiva com perspectiva epistemológica e didático-pedagógica interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, desenvolvidos na relação dialógica com grupos comunitários e sociedade em geral.

9 MATRIZ CURRICULAR

Uma das grandes preocupações do curso de bacharelado em Gestão

Ambiental constitui-se na evidência de se programar uma matriz curricular que, além de atender às exigências metodológicas de cada área, possa promover também um conhecimento e uma práxis interdisciplinar e sistêmica.

Neste sentido, o curso de bacharelado em Gestão Ambiental propõe a composição de uma matriz curricular que seja capaz de, ao mesmo tempo em que embasa o corpo discente para o conhecimento em diversas áreas, também os torna capazes de compreender as imbricações existentes entre estas áreas de conhecimento como uma dinâmica imprescindível de sua prática profissional.

O curso também possui uma clara conexão entre as disciplinas de forma a contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências de acordo com o perfil desejado do egresso. Dentro da concepção de formação integral, o aluno também pode escolher outras disciplinas para aprofundamento em qualquer área de seu interesse.

A estrutura curricular flexível, baseada no desenvolvimento de competências e habilidades, poderá futuramente servir de base para certificação parcial por competência. A expedição do diploma, no entanto, está vinculada à integralização de todas as competências.

1º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departa-mento de Origem	Aplicação	Carga Horária/Créditos			CH semanal	Pré-requisito (código e nome do componente)
			T;P;T/P *	Teórica	Prática	Total		
MGA0001 (0104001-1)	Introdução à Gestão Ambiental	DGA	T	60	-	60	4	-
MGA0049 (0104051-1)	Metodologia do Trabalho Científico aplicado à Gestão Ambiental	DGA	T	60	-	60	4	-
MGA0050 (0104052-1)	Cultura e Natureza	DGA	T	60	-	60	4	-
-	Informática Básica Aplicada à Gestão	DGA	T/P	45	15	60	4	-

	Ambiental							
MFI0050 (0702050-1)	Filosofia e Meio Ambiente	DFI	T	60	-	60	4	-
TOTAL				285	15	300	20	

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

2º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária/Créditos			CH semanal	Pré-requisito código-Componente
			T;P;T/P *	Teórica	Prática	Total		
UCE0022	UCE I	DGA	T/P	15	45	60	4	-
-	Geociência Ambiental	DGA	T	60	-	60	4	-
MGA0053 (0104055-1)	Sociedade e Ambiente	DGA	T	60	-	60	4	-
MGA0054 (0104056-1)	Ecologia Geral Aplicada a Gestão Ambiental	DGA	T	60	-	60	4	-
MGA0055 (0104057-1)	Economia do Meio Ambiente	DGA	T	60	-	60	4	-
-	Química Aplicada à Gestão Ambiental	DGA	T/P	45	15	60	4	-
TOTAL				300	60	360	24	

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P – Teórico-Prática.

3º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária/Créditos			CH semanal	Pré-requisito código-Componente
			T;P;T/P *	Teórica	Prática	Total		
UCE0023	UCE II	DGA	T/P	15	45	60	4	-
MGA0060 (0104062-1)	Desenvolvimento Sustentável	DGA	T	60	-	60	4	-

MDD0208 (104059-1)	Direito e Legislação Ambiental	DED	T	60	-	60	4	-
-	Estatística Aplicada à Gestão Ambiental	DGA	T	60	-	60	4	Informática Básica Aplicada à Gestão Ambiental
-	Geoprocessamento I	DGA	T	60	-	60	4	-
MGA0059 (104061-1)	Gestão e Conservação do Solo	DGA	T	60	-	60	4	
TOTAL				315	45	360	24	

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P – Teórico-Prática.

4º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária/Créditos			CH semanal	Pré-requisito código-Componente
			T;P;T/P *	Teórica	Prática	Total		
UCE0024	UCE III	DGA	T/P	15	45	60	4	-
MGA0061 (104063-1)	Políticas Públicas Ambientais	DGA	T	60	-	60	4	-
MGA0063 (0104065-1)	Geoprocessamento II	DGA	T	60	-	60	4	Geoprocessamento I
MGA0065 (0104067-1)	Gestão dos Recursos Naturais e Comunidades Tradicionais	DGA	T	60	-	60	4	-
MGA0015 (0104015-1)	Gestão Ambiental Rural	DGA	T	60	-	60	4	MGA0001 (0104001-1) - Introdução à Gestão Ambiental
MGA0026 (0104027-1)	Gestão dos Recursos Hídricos	DGA	T	60	-	60	4	-
TOTAL				315	45	360	24	

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P – Teórico-Prática.

5º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária/Créditos			CH semanal	Pré-requisito código-Componente
			T;P;T/P *	Teórica	Prática	Total		
UCE0025	UCE IV	DGA	T/P	15	45	60	4	-
MGA0017 (0104017-1)	Educação e Ambiente	DGA	T	60	-	60	4	-
MGA0069 (0104071-1)	Sistema de Gestão e Auditoria Ambiental	DGA	T	60	-	60	4	-
MGA0024 (0104024-1)	Avaliação de Impactos Ambientais	DGA	T	60	-	60	4	-
MGA0019 (0104019-1)	Planejamento Ambiental	DGA	T	60	-	60	4	-
MGA0010 (0104010-1)	Gestão Ambiental Urbana	DGA	T	60	-	60	4	MGA0001 (0104001-1) - Introdução à Gestão Ambiental
TOTAL				315	45	360	24	

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P – Teórico-Prática.

6º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária/Créditos			CH semanal	Pré-requisito código-Componente
			T;P;T/P *	Teórica	Prática	Total		
UCE0026	UCE V	DGA	T/P	15	30	45	3	-
MGA0077 (0104025-1)	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Ambiental I	DGA	T/P	30	120	150	10	MGA0001 (0104001-1) - Introdução à Gestão Ambiental/ MGA0010 (0104010-1) - Gestão Ambiental Urbana MGA0015 (0104015-1)); Gestão Ambiental Rural; MGA0069

								(0104071-1) – Sistema de Gestão e Auditoria Ambiental
-	Planejamento e Gestão de Unidades de Conservação	DGA	T	60	-	60	4	-
MGA0068 (0104070-1)	Aquecimento Global e Mudanças Climáticas	DGA	T	60	-	60	4	-
MGA0064 (104066-1)	Saúde e Saneamento Ambiental	DGA	T	60	-	60	4	-
MGA0039 (0104041-1)	Agroecologia	DGA	T	60	-	60	4	MGA0054 (0104056-1) - Ecologia Geral aplicada a Gestão Ambiental
MGA0070 (0104072-1)	Análise de Risco Ambiental	DGA	T	60	-	60	4	-
TOTAL				345	150	495	33	

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P – Teórico-Prática.

7º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária/Créditos			CH semanal	Pré-requisito código-Componente
			T;P;T/P *	Teórica	Prática	Total		
UCE0027	UCE VI	DGA	T/P	15	30	45	3	-
MGA0078 (0104030-1)	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Ambiental II	DGA	T/P	30	120	150	10	MGA0077 (0104025-1) -Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Ambiental
MGA0018 (0104018-1)	Poluição e Controle Ambiental	DGA	T	60	-	60	4	
MGA0025 (0104026-1)	Gestão da Zona Costeira	DGA	T	60	-	60	4	-

MGA0027 (0104028-1)	Recuperação de Áreas Degradadas	DGA	T	60	-	60	4	-
-	Seminário de Elaboração de Monografia	DGA	T	60	-	60	4	Estatística Aplicada à Gestão Ambiental
-	Optativa I	-	-	-		60	4	
TOTAL				345	150	495	33	

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P – Teórico-Prática.

8º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departa-mento de Origem	Aplicação	Carga Horária/Créditos			CH semanal	Pré-requisito código-Componente
			T;P;T/P *	Teórica	Prática	Total		
	Monografia	DGA	T/P	30	90	120	8	Grade curricular completa até o sétimo período
MGA0067 (0104069-1)	Gestão e Conservação da Biodiversidade	DGA	T	60	-	60	4	-
	Optativa II	-	T	60	-	60	4	
-	Optativa III	-	T	60	-	60	4	
TOTAL				150	90	240	16	

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P – Teórico-Prática.

Quadro 7: Quadro de disciplinas optativas

Código	Componente Curricular	Dept. de Origem		Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-req
				T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		Código-Co
MDA0046 (0102025-1)	Empreendedorismo	DAD		T	60	-	60	4	-
MDA0118 (0102100-1)	Marketing Ambiental	DAD		T	60	-	60	4	-
MGA0032 (01040	Tópicos Especiais em Gestão	DGA		T	60	-	60	4	-

34-1)	Ambiental I								
MGA0 033 (01040 35-1)	Tópicos Especiais em Gestão Ambiental II	DGA		T	60	-	60	4	-
MGA0 034 (01040 36-1)	Tópicos Especiais em Tecnologia Ambiental	DGA		T	60	-	60	4	-
MGA0 035 (01040 37-1)	Gestão Ambiental Participativa	DGA		T	60	-	60	4	-
MGA0 036 (01040 38-1)	Perícia Ambiental	DGA		T	60	-	60	4	-
MGA0 0380 (01040 40-1)	Gestão dos Recursos Florestais	DGA		T	60	-	60	4	-
MGA0 041 (01040 43-1)	Estágio Interdisciplinar de Vivência	DGA		T	60	-	60	4	-
MGA0 042 (01040 44-1)	Modelagem de Sistemas Ambientais	DGA		T	60	-	60	4	-
MGA0 043 (01040 45-1)	Economia Solidária	DGA		T	60	-	60	4	-
MGA0 044 (01040 46-1)	Gestão Ambiental do Turismo	DGA		T	60	-	60	4	-
MGA0 045 (01040 47-1)	Demografia e Ambiente	DGA		T	60	-	60	4	-
MGA0 072 (01040 96-1)	Tópicos Especiais em Viveiricultura, Jardinagem e Paisagismo	DGA		T	60	-	60	4	-
	Microbiologia Ambiental	DGA		T/P	45	15	60	4	-
MGA0 074 (01040 98-1)	Meio Ambiente e Redes Sociais	DGA		T	60	-	60	4	-
MGE0 012 (07030	Biogeografia dos Ecossistemas	DGE		T	60	-	60	4	-

12-1)									
MLV0065 (0401033-1)	Produção Textual	DVS		T	60	-	60	4	-
MLV0135 (0401089-1)	Língua Brasileira de Sinais	DLV		T	60	-	60	4	-
NTU0082 (0102048-1)	Gestão Contemporânea	DAD		T	60	-	60	4	-
-	Métodos Qualitativos de Pesquisa Aplicados à Gestão Ambiental	DGA		T/P	45	15	60	4	-
-	Sistemas Agroecológicos	DGA		T	60	-	60	4	
MGA0023 (0104023-1)	Análise e Zoneamento Ambiental	DGA		T	60	-	60	4	-
-	Relações Étnicas e Raciais	DCS		T	60		60	4	

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

10 EQUIVALÊNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES

A equivalência no quadro abaixo é demonstrada da esquerda para a direita. O(a) discente cursa o componente definido neste PPC e terá equivalência (integralização) no componente da(s) matriz(es) anterior(es) ou de outros cursos.

Quadro 8 - Lista das equivalências

Componente da matriz de vínculo do discente				Componente equivalente			
Matriz	Código do componente	Componente	CH	Dep de origem	Código	Componente	Ch

2021.1	0104054-1	Geociência Ambiental	90	DGA		Geociência Ambiental	60
2021.1	0104058-1	Química Aplicada à Gestão Ambiental	60	DGA		Química Aplicada à Gestão Ambiental	60
2021.1	0104004-1	Métodos Qualitativos de Pesquisa Aplicados à Gestão Ambiental	60	DGA		Métodos Qualitativos de Pesquisa Aplicados à Gestão Ambiental	60
2021.1	0104055-1	Sociedade e Ambiente	60	DGA		Sociedade e Ambiente	60
2021.1	0104004-1	Métodos Quantitativos Aplicado à Gestão Ambiental	60	DGA		Estatística Aplicada à Gestão Ambiental	60
2021.1	0104053-1	Informática básica aplicada à Gestão Ambiental	45	DGA		Informática básica aplicada à Gestão Ambiental	60
2021.1	0104060-1	Geoprocessamento I		DGA		Geoprocessamento I	60
2021.1	0104052-1	Cultura e Natureza	60	DGA	0702050-1	Cultura e Natureza	60
2021.1	0104053-1	Informática básica aplicada à Gestão Ambiental	45	DGE	0805064-1	Informática Básica	60
2021	0104062-1	Desenvolvimento Sustentável	60	DCB	0104011-1	Desenvolvimento Sustentável	60

2021.1	0104061-1	Gestão e Conservação do Solo	60	DCB	7030251	Pedologia	60
2021.1	0104029-1	Seminário de Elaboração de Monografia	60	DCS	0701172-1	Seminário de Monografia I	60
2021.1	MGA0054 (1040561)	Ecologia Geral Aplicada à Gestão Ambiental	60	DCB	0803015-1	Ecologia de Ecossistemas	60
2021.1	0104051-1	Metodologia do Trabalho Científico Aplicado a Gestão Ambiental	60	DGA	0104002-1	Metodologia do Trabalho Científico	60
2021.1	0104051-1	Metodologia do Trabalho Científico Aplicado a Gestão Ambiental	60	DLV	0401059-1	Metodologia do Trabalho Científico	60
2021.1	0104059-1	Direito e Legislação Ambiental	60	DED	0901143-1	Direito Ambiental	60
2021.1	0104051-1	Metodologia do Trabalho Científico Aplicado a Gestão Ambiental	60	DI	0805035-1	Metodologia do Trabalho Científico	60
2021.1	0104051-1	Metodologia do Trabalho Científico Aplicado a Gestão Ambiental	60	DCS	0701091-1	Metodologia do Trabalho Científico	60

2021.1	0104051-1	Metodologia do Trabalho Científico Aplicado a Gestão Ambiental	60	DTUR	0105002-1	Metodologia do Trabalho Científico	60
2021.1	0104051-1	Metodologia do Trabalho Científico Aplicado a Gestão Ambiental	60	DCC	0103014-1	Metodologia do Trabalho Científico	60

11 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES

11.1 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

1° PERÍODO		
Nome do componente:	Introdução à Gestão Ambiental	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0001 (0104001-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito: --		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		
EMENTA: Introdução à questão ambiental. Amplitude e dimensões da crise ambiental contemporânea. Conceitos básicos em Gestão Ambiental. Enfoque multi e interdisciplinar em Gestão Ambiental. Política Nacional de Meio Ambiente e seus instrumentos. A dimensão ambiental integrada aos modelos de gestão organizacional. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (Orgs). **A questão ambiental: diferentes abordagens.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** São Paulo: Atlas, 2006. PHILLIPPI JR, A. et al. **Curso de Gestão Ambiental.** Barueri, SP: Manole, 2004. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** **BRASIL**. Política Nacional do Meio Ambiente. Lei nº 6.938, de 31/08/1981. LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio		

de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. et al. (org.). **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: a partir da experiência de Porto Alegre**. Porto Alegre. UFGRS, 2004.
TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa. 2ª ed. **Revista e ampliada**. São Paulo: Atlas, 2004.

1° PERÍODO		
Nome do componente:	Metodologia do Trabalho Científico aplicado à Gestão Ambiental	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0049 (0104051-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito: --		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: Função da Metodologia Científica. Natureza do Conhecimento. Fundamentos da Ciência. Método Científico. Passos Formais e Relatórios do Estudo Científico**.**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Pearson, 2008. 158 p. ISBN 978-85-7605-156-5.
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 297 p.
SEVERINO, A. J.. **Metodologia do trabalho científico.** 22 ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p. ISBN 9788524913112

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Scipione, 2009. 216 p. ISBN 978-85-2242-647-8.
KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** 33. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2013. 182 p. ISBN 9788532618047.
OLIVEIRA, E. F. de A.; FILGUEIRA, M. C. M. **Primeiros Passos da Iniciação Científica. Mossoró: Escola Supe. de Agricultura de Mossoró/Fund. Guimarães Duque,** 2004. 245 p. (Coleção Mossoroense, série C; v. 1406). ISBN 85-98888-06-1.
SILVA, O. D. **Iniciação Científica: Uma Experiência da Universidade São Judas Tadeu.** São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, 1999. p. 303. ISBN

85-901148-1-3.

1° PERÍODO		
Nome do componente:	Cultura e Natureza	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0050 (0104052-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito: --		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: A criação da cultura. A passagem da natureza para a cultura. Etnocentrismo. Determinismo geográfico e determinismo biológico. Diversas noções de natureza. Principais noções e conceitos relacionados à cultura e sociedade. A Cultura e sua relação com o Meio Ambiente. Cultura e multiculturalismo. O meio ambiente no mundo moderno. Impactos socioambientais do desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, M. **O que é Natureza**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2ª Ed. Bauru: EDUSC, 2002.
DIEGUES, A. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª. Ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, I. C. de M. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.
CHAUI, M. **Cidadania Cultura**. direito à cultura. 1ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 103-128.
DAMATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
GONÇALVES, C. W. P.. **Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente**. 14ª edição. São Paulo: Contexto, 2006. (Temas Atuais).
LARAIA, R. de B.. **Cultura**: um conceito antropológico. 22 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

1° PERÍODO		
Nome do componente:	Informática Básica Aplicada à Gestão Ambiental	**Classificação:** Obrigatória
Código:	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito: --		
Aplicação: ☐ Teórica ☐Prática ☒ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 45 h/a; Prática: 15 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: Introdução à informática: conceitos básicos; noções básicas dos principais elementos de hardware e software. Conceitos básicos de Internet. Processadores de texto. Elaboração de apresentação de trabalhos acadêmicos em slides. Planilhas de cálculo. Uso de planilha eletrônica para elaboração e manipulação de dados matemáticos e estatísticos, através de suas ferramentas, aplicadas na Gestão Ambiental. Programas computacionais aplicados à Gestão Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPRON. H.L, JOHNSON. J.A. **Introdução à informática**. 8ª Edição. São Paulo: Pearson: 2004.

CORNACHIONE JÚNIOR, E. B. **Informática Aplicada às áreas de Contabilidade, Administração e Economia**. 3. ed. São Carlos: Scipione, 2001. p. 306.

LAPPONI, J. C. **Estatística Usando o Excel**. 4. Ed. São Paulo: Campus, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. **Internet – Guia de Orientação**. 1. Ed. São Paulo: Érica, 2010.

MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. **Internet – Guia de Orientação**. 1. Ed. São Paulo: Érica, 2010.

MARÇULA, M.; BRNINI FILHO, P. A. **Informática**: conceitos e aplicações. 3.ed. São Paulo: Érica, 2008.

NORTON, P. **Introdução à informática**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2007.

VELLOSO, F. de C. **Informática Conceitos Básicos**. 5ª Ed, Rio de Janeiro, 2005.

1° PERÍODO		
Nome do	Filosofia e Meio Ambiente	**Classificação:**

componente:		Obrigatória
Código: MFI0050 (0702050-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DFI/FAFIC	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: Da necessidade do estudo da Filosofia. O problema do conhecimento do homem sobre si mesmo. A condição humana. O homem como prisioneiro da Terra e a necessidade de apropriar- se dos recursos naturais. O problema da demarcação entre necessidade e liberdade. O problema da demarcação entre liberdade e eticidade. O Homem e o Meio Ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PELIZZOLI, M. L. Correntes da Ética Ambiental. Petrópolis: Vozes, 2007.
CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia.** 12ª ed. São Paulo: Ática, 1999.
GRÜN, M. **Em busca da dimensão ética da educação ambiental. Campinas: Papirus,**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARENDT, H. **A condição humana.** Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2001.
BACON, F. **Novum Organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. Trad.: José Aluysio Reis de Andrade.** São Paulo: Editora Nova Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
GRIFFITH, J. J. **As origens intelectuais da filosofia ambiental no Brasil - uma breve revisão.** International Society for Environmental Ethics Newsletter, v.20, n.1, p.10-18, 2009.
JONAS, H. **O Princípio Vida.** Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

2° PERÍODO		
Nome do componente:	Geociência Ambiental	**Classificação:** Obrigatória
Código:	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		

Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a
EMENTA: Introdução às geociências. O tempo geológico. Processos geodinâmicos internos e externos. O ciclo das rochas. O relevo terrestre. Solos: origem, evolução e classificação. Geociência e ordenamento do território. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** POPP, J. H. **Geologia Geral**. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J. e JORDAN, T.H. **Para entender a Terra**. Tradução R. Menegat. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. ROSSI, Carlos A. **Fundamentos de Geologia**. São Paulo: Pearson, 2017. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** CARVALHO, Ismar S. **Paleogeografia**: cenários da Terra. Rio de Janeiro: Interciência, 2022. GUERRA, Antônio J. T.; LOUREIRO, Hugo. **Paisagens da Geomorfologia**: temas e conceitos no século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022. LEPSCH, Igo F. **Formação e conservação de solos**. 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. MARCOLIN, Luciane. **Geologia e geomorfologia na gestão ambiental**. Curitiba: Contentus, 2020. MENEZES, S. O. **Rochas**: manual fácil de estudo e classificação. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

2° PERÍODO		
Nome do componente:	Sociedade e Ambiente	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0053 (0104055-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: Relações entre sociedade e ambiente no mundo contemporâneo nas escalas global e local. A problemática socioambiental, a partir da concepção de natureza no sentido mais amplo - ambiente natural e ambiente construído, e das causas e da extensão dos problemas e conflitos ambientais entre os diversos atores sociais e como eles nos afetam. Crise e Conflitos Socioambientais. Desigualdades socioambientais associadas aos usos dos recursos ambientais. Ambientalismo: história e correntes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental. Petrópolis-RJ**: Vozes, 2009. Caps. 1, 2 e 3.

BURSZTYN, M., BURSZTYN, M.A. **Fundamentos de política e gestão ambiental**: os caminhos do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2012 [cap.1, p.31-64]. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/958712/mod_resource/content/3/Fundamentos%20de%20pol%C3%ADtica%20e%20gest%C3%A3o%20ambiental.pdf.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERQUIER-MANZANI, Maria Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza.** Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Cap. 5 e 8.

SILVA, E. **Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os Desafios da Nação**. *In:* Desafios da nação: artigos de apoio, volume 2 (De Nigri, A. et al., org.). Brasília: Ipea, 2018. pp. 659-678.

ALTIER, Joan Martínez. **Ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2009.

ACSELRAD, Henri. **O que é justiça ambiental** / Henri Acselrad, Cecília Campello do A. Mello, Gustavo das Neves Bezerra. – Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

2° PERÍODO		
Nome do componente:	Ecologia Geral Aplicada à Gestão Ambiental	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0054 (0104056-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		

Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a
EMENTA: Histórico e definições relacionadas à ecologia. Noções básicas de evolução. Ecologia de populações. Interações entre populações. Ecologia de comunidades. Conservação e biodiversidade. Fluxo de energia e matéria nos sistemas ecológicos. Fatores limitantes e ambientes físicos. Ciclos biogeoquímicos. Teoria geral de sistemas. O conceito de ecossistema. Princípios fundamentais: estrutura e funcionamento dos ecossistemas. Produtividade comparada dos ecossistemas. Principais ecossistemas terrestres e aquáticos do Brasil. Diversidade, Estabilidade e maturidade dos ecossistemas naturais e dos ecossistemas sob ação antrópica. Estudos e pesquisas em ecologia no semiárido. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** BARBAULT, Robert. **Ecologia geral: Estrutura e funcionamento da biosfera**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. BEGON, M.; HARPER, J. L.; TOWNSEND, C. R.; **Ecologia: de indivíduos a ecossistemas.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. BEGOSSI, A.; LEME, A.; CASTRO, F. de; PEZZUTI, J. et al. **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia.** 2. Ed. São Carlos: Rima, 2013. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** BOWMAN, M. C. W.; HACKER, S. D. **Ecologia.** Porto Alegre: Artmed, 2011. GARIGLIO, M. A.; SAMPAIO, E. V. de S. B.; CESTARO, L. A.; KAGEYAMA, P. Y. **Uso sustentável dos recursos florestais da Caatinga.** Brasília: Serviço Florestal Brasileiro, 2010. GOTELLI, N. J. **Ecologia**. 3ª Ed. Londrina/PR: Editora Planta, 2007. LEVEQUE, Christian. **Do ecossistema à biosfera.** Lisboa: Instituto Piaget, 2002. ODUM, Eugene P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

2° PERÍODO		
Nome do componente:	Economia do Meio Ambiente	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0055 (0104057-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		

Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a
EMENTA: Conceitos básicos de economia. Introdução a Economia do Meio Ambiente. O meio ambiente nas escolas do pensamento econômico. Evolução histórica da economia do meio ambiente. Teorias da economia do meio ambiente: Economia ambiental e economia ecológica. Instrumentos econômicos de política ambiental. Valoração econômica do meio ambiente. Pagamento por serviços ambientais. Estudos de casos. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** ALIER, Joan Martínez. **O Ecologismo dos pobres**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2018. MAY, Peter (Org.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 3. Ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2018. DALY, Herman; FARLEY, Joshua. Economia Ecológica: princípios e aplicações. Lisboa. Instituto PIAGET, 2004 (Coleção Economia e Política, 107). **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** CAMARGO, Pedro Luiz Teixeira. **Valor ambiental da Cachoeira da Serrinha, Mariana-MG**. Curitiba. Appris, 2018. MORAES, Orozimbo José de. **Economia ambiental**: instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: centauro, 2009. MOURA, Luiz Antonio Abdalla de. **Economia Ambiental**. 2006. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio S. (Orgs.). **Manual de economia**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2006. THOMAS, Janet M.; CALLAN, Scott J. **Economia ambiental**: aplicações, políticas e teoria. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

2° PERÍODO		
Nome do componente:	Química Aplicada à Gestão Ambiental	**Classificação:** Obrigatória
Código:	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☐ Teórica ☐Prática ☒ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 45 h/a; Prática: 15 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: Importância da Química Ambiental. Componentes do Meio Ambiente: Hidrosfera (Água), Atmosfera (Ar), Litosfera (Solo) e Biosfera (Ser Vivo). Água: Importância e suas Propriedades Físico-Químicas. Água como solvente. Soluções Aquosas. Concentração e Expressão de Unidades das Espécies Químicas na Água, no Solo, nos Vegetais e no Ar. Atmosfera - Composição e Principais Contaminantes. 4. Atividade iônica. Equilíbrio químico. Interação de Produtos Químicos no Ambiente. Conceitos de ácidos e bases. Equilíbrio ácido-base no ambiente. pH de soluções aquosas de acordo com Bronsted-Lowry. Pratica de análise de pH em amostras de água e solos. A importância de reações de alcalinização e acidificação no ambiente. Equilíbrio de solubilidade e precipitação no ambiente. A formação do precipitado Análise ambiental. Nutrientes essenciais à plantas. O solo como fornecedor de nutrientes. Laboratório de análises de solos e vegetais. Equipamentos e métodos analíticos. Análises de solo e vegetais. Interpretação de resultados analíticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAIRD, C. **Química Ambiental**. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora, 2002.
BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual prático de análise de água**. 2ª ed. rev. - Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006. 146 p.
CRUZ, Helena Márcia da. Análises Microbiológicas e Físico-Químicas - Conceitos Para Gestão Ambiental. São Paulo: Editora Érica, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIRARD, J. E. **Princípios de Química Ambiental**. 2ª Ed. 2013.
MANAHAN, S. E. **Química Ambiental**. Bookman: 9ª ed. 2013.
MEDEIROS, S. B. de. **Química Ambiental**. 3 ed. Revista e ampliada. Recife, 2005 122p. NOWACKI, C. de C. B.;
RANGEL, M. B. A. R. **Química Ambiental** – Conceitos, Processos e Estudo dos Impactos ao Meio Ambiente. São Paulo: Editora Érica – Série eixos, 2014. 136p.
TEIXEIRA, P. C.; DONAGEMMA, G. K.; FONTANA, A.; TEIXEIRA, W. G. Manual de métodos de análise de solo. Embrapa Solos. 2017.

3° PERÍODO		
Nome do componente:	Desenvolvimento Sustentável	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0060 (0104062-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		

Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a
EMENTA: Desenvolvimento. O modelo de desenvolvimento brasileiro e potiguar. Estudos de iniciativas e ações sustentáveis a nível nacional, estadual e municipal. A Crise do Desenvolvimento. A questão ambiental e o desenvolvimento. Contexto de origem do Desenvolvimento Sustentável. Alcances e limites do desenvolvimento sustentável. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. O **Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis: Vozes, 5ª Ed 2010. 112páginas. [Coleção Conceitos Fundamentais]. VEIGA, J. E. da. **Para entender o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: editora 34, 2015. SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** ARNT, R. **O que os economistas pensam sobre sustentabilidade**. 2. Ed. São Paulo: editora 34, 2011. BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRAS, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009. RUSCHEINSKY, A.; MELO, J. L. B. de; LÓPEZ, L. C. (Orgs.). **Atores sociais, conflitos ambientais e políticas públicas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

3° PERÍODO		
Nome do componente:	Direito e Legislação Ambiental	**Classificação:** Obrigatória
Código: MDD0208 (0104059-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DED/FAD	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: Introdução e histórico da legislação ambiental. Meio ambiente na Constituição de 1988 e os princípios ambientais. Competência ambiental. Licenciamento ambiental e estudos ambientais. Sistema Nacional das Unidades de Conservação. Bens Ambientais. Legislação ambiental aplicada: ar, águas, solos, flora, fauna, patrimônio genético, fontes de energia. Preservação e conservação da natureza. Responsabilidade ambiental: civil, administrativa e penal. Processo civil ambiental. Sistema Processual Coletivo e Termo de ajustamento de conduta – TAC. Política de Educação Ambiental e de Desenvolvimento Sustentável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMADO, Frederico. **Direito do ambiente.** 10 ed. Salvador: Juspodivm, 2019.
LANFREDI, Geraldo Ferreira. **Política Ambiental: busca da efetividade de seus instrumentos.** 3. ed. São Paulo: Quartier Latin/Atlântico Pacífico, 2016.
MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito do ambiente brasileiro.** 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Luciana Togeiro de. **Política ambiental: uma análise econômica.** São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
ALVES, Allaôr Caffé; PHILIPPI Jr., Arlindo (Eds.). **Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental.** São Paulo: Manole, 2004.
MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente.** 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.
WENDLAND, Edson; SCHALCH, Valdir. **Pesquisas em Meio Ambiente: subsídios para a Gestão de Políticas Públicas.** São Carlos: Rima, 2003.
ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais.** Ed. Autêntica, 2005.

3° PERÍODO		
Nome do componente:	Estatística Aplicada à Gestão Ambiental	**Classificação:** Obrigatória
Código:	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito: Informática Básica Aplicada à Gestão Ambiental		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		
EMENTA: Noções básicas de estatística. Coleta de dados. Tipos e procedimentos de amostragem. Identificação e preparação dos dados para análise estatística. Tipos de variáveis. Método estatístico. Distribuição de frequência. Estatística		

descritiva: medidas de tendência central e de dispersão, separatrizes, apresentação gráfica. Introdução à Inferência Estatística. Regressão e correlação linear simples. Análise exploratória de dados e análise da decisão. Uso de softwares livres como ferramenta na descrição de dados e análise estatística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUSSAB, W. O.; MORETIN, P. A. **Métodos quantitativos:** estatística básica. 5ª ed. Editora Saraiva, 2002.
BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
CRESPO, A. A. **Estatística fácil.** 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATISTA, J.L.F., PRADO, P.I. & OLIVEIRA, A. A. (eds.) 2009. Introdução ao R - Uma Apostila on-line. URL: http://ecologia.ib.usp.br/bie5782.
LEVIN, J.; FOX, J. A. **Estatística para ciências humanas.** 9ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
POLETO, C. **Estatística Ambiental**. Porto Alegre: Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
RIBEIRO JÚNIOR, J. I. **Análises Estatísticas no Excel**. 2ª edição – UFV, 2013.
VIEIRA, S. **Elementos de estatística**. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2008.

3° PERÍODO		
Nome do componente:	Geoprocessamento I	**Classificação:** Obrigatória
Código:	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA:
Introdução ao Geoprocessamento. Introdução a Cartografia. Cartografia Temática. Uso e Aplicação de Cartografia na Gestão Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IBGE. **Manuais técnicos em geociências**: Acesso e uso de dados geoespaciais. Rio de Janeiro : IBGE, 2019. 143 p. : ISSN 0103-9598; n.14. ISBN 978-85-240-4508-0. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101675.pdf

SAMPAIO, T. V. M.; BRANDALIZE, M. C. B. **Cartografia geral, digital e temática**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-88783-14-0. Disponível em: http://www.prppg.ufpr.br/site/ppggeografia/wp-content/uploads/sites/71/2018/03/cartografia-geral-digital-e-tematica-b.pdf

HAMADA, E.; GONÇALVES, R. R. V. **Introdução ao geoprocessamento**: princípios básicos e aplicação. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2007. ISSN 1516-4691. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPMA/7489/1/documentos_67.pdf

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FITZ, P. R. Cartografia Básica. São Paulo (SP): Oficina de Texto, 2008. 143 p. ISBN: 97-88-586238-76-5. Disponível em: https://www.docdroid.net/QGXmC8f/paulo-roberto-fitz-cartografia-basica-pdf

GURGEL, A. C. **Meu primeiro GPS: livro-guia para iniciantes e entusiastas**. São Paulo: Via Natura, 2006.

MARTINELLI, M. **Cartografia Temática**: Caderno de Mapas. São Paulo (SP): Edusp, 2016. 184p. ISBN-13: 978-85-31416-16-3

PIROLI, E. L. Introdução ao geoprocessamento. Ourinhos: Unesp/Campus Experimental de Ourinhos, 2010. 46 p. ISBN: 9788561775056. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321109871_INTRODUCAO_AO_GEOPROCESSAMENTO

SILVA, R. M. **Introdução ao Geoprocessamento: Conceitos, Técnicas e Aplicações**. Novo Hamburgo (RS): Feevale, 2007.

3° PERÍODO		
Nome do componente:	Gestão e Conservação do Solo	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0059 (0104061-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	

Pré-requisito:
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a
EMENTA: O solo como sistema dinâmico. Mecanismos e formas de erosão do solo; Fatores que influenciam a erosão; Modelos de predição de perdas de solo; Manejo de solos tropicais. Causas e consequências da degradação do solo, e características de solos degradados; recuperação de solos degradados; Planejamento de uso do solo; Práticas de conservação do solo e plantio direto; Classificação de terras no sistema de capacidade de uso; Levantamento e planejamento conservacionista. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** BERTONI, J., LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. 9ª ed. Editora Icone. 2014. GUERRA, A.J.T. et al. **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010. TAVARES FILHO, JOÃO. Física e conservação do solo e água. 1ª. Edição, Editora Eduel, 2013. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** FREIRE, O. **Solos das regiões tropicais**. Botucatu: FEPAF, 2006. PIRES, F. R.; SOUZA, C. M. **Práticas mecânicas de conservação do solo e da água**. Viçosa: Editora UFV, 2006. PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. Editora Nobel, 2002. PRUSKI, F. F. **Conservação do solo e água. Práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica**.Viçosa: Editora UFV, 2006. WEIL, RAY R.; BRADY, NYLE C. **Elementos da natureza e propriedades dos solos.** 3ª. ed. Editora Bookman Companhia, 2012.

4° PERÍODO		
Nome do componente:	Políticas Públicas Ambientais	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0061 (0104063-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		

Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a
EMENTA: Políticas Públicas: aspectos conceituais e teóricos. Marcos Histórico das Políticas Públicas no Brasil. Estado e Políticas Públicas Ambientais. Política Ambiental. Políticas Públicas Federal, Estaduais e Municipais. Estudos de casos de Políticas públicas ambientais. A participação e o controle social das políticas públicas ambientais. Federalismo, governo local e consórcios. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** LITTLE, P. E. (org.). **Políticas ambientais no Brasil:** análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Editora Peirópolis, 2003. SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Orgs**.). Políticas públicas e desenvolvimento**: base epistemológicas e modelos de análise. 2. Ed. Brasília : ed. Da UnB, 2010. FARIA. Carlos Aurélio Pimenta**;** HOCHMAN, Gilberto**. Federalismo e políticas públicas no Brasil**: teoria e prática. Rio de Janeiro. Ed.FIOCRUZ, 2013 FERREIRA, Leila da C. **A questão ambiental:** sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. 2 ed. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003. PARREIRA, Clélia, P.; ALIMONDA, Héctor. (Orgs.). **Políticas públicas ambientais latino- americanas**. Brasília: Flacso-Brasil, Editorial Abaré, 2005. SOUZA, Donaldo Bello de; NOVICKI, Victor. **Conselhos Municipais de Meio Ambiente: Estado da Arte, Gestão e Educação Ambienta**l.-Brasília: Liber Livro, 2010.

4° PERÍODO		
Nome do componente:	Geoprocessamento II	**Classificação:** Obrigatória
Código:	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito: Geoprocessamento I		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		
EMENTA: Fundamentos de Sensoriamento Remoto. Fundamentos de Processamento Digital de Imagens. Análise espacial de dados geográficos; Uso e Aplicação de SIG na Gestão Ambiental para tomada de decisão. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** PARANHOS FILHO, et al. **Geotecnologias para Aplicações Ambientais**.		

Maringá (PR): Uniedusul, 2021. 394p. e-Book, ISBN: 978-65-86010-62-6. - DOI: http://dx.doi.org/10.29327/527680 - Disponível em: https://www.uniedusul.com.br/publicacao/geotecnologias-para-aplicacoes-ambientais/

SUTIL, T.; *et al.* **Geoprocessamento na análise ambiental**. [recurso eletrônico]. Criciúma, SC: UNESC, 2020. 339 p. e-Book. ISBN: 978-85-68199-08-4. DOI: http://dx.doi.org/10.18616/geop. Disponível em: http://repositorio.unesc.net/handle/1/7782

BARBOSA, C. C. F.; NOVO, E. M. L. M.; MARTINS, V. S. **Introdução ao Sensoriamento Remoto de Sistemas Aquáticos**: Princípios e Aplicações. São José dos Campos (SP): INPE, 2019, 1ª Edição. ISBN 978-85-17-00095-9 (E-book). Disponível em: http://www.dpi.inpe.br/labisa/livro/res/conteudo.pdf.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, J. X.; ZAIDAN, R. T. (Orgs.). **Geoprocessamento & Meio Ambiente**. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil. 2018.

ALMEIDA, N. V.; DA SILVA, M. D. **Geotecnologias e meio ambiente**: analisando uma área de proteção ambiental /.- João Pessoa: F e F Gráfica e Editora, 2016. e-Book ISBN: 978-85-68199-08-4. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/tx01jzcfyv420ju/Geotecnologias%20e%20Meio%20Ambiente-e-Book.pdf?dl=0

MOREIRA, M. A. **Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação**. 4 ed. Viçosa, MG: UFV, 2012.

MIRANDA, J. I. **Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2^0. Ed. 2010.

4° PERÍODO		
Nome do componente:	Gestão dos Recursos Naturais e Comunidades Tradicionais	**Classificação:** Obrigatória
Código: **MGA0065 (0104067-1)**		**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito
Departamento de origem: DGA/FACEM		**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: A gestão dos recursos naturais renováveis (conceitos, formação e classificação dos recursos naturais, uso e distribuição dos recursos naturais na superfície terrestre). População x Recursos naturais: desafios e perspectivas. As fontes de energia renováveis e não-renováveis e o desenvolvimento sustentável. Governança, gestão territorial e integração dos recursos naturais. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação. As populações tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, indígenas, pescadores artesanais, agricultores tradicionais, conflitos socioambientais e a contribuição do etnoconhecimento para conservação dos recursos naturais e da biodiversidade. Recursos naturais e impactos ambientais causados por atividades de mineração, desflorestamento e queimadas nos biomas brasileiros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRANZOI, L. C.; RUBIN, J. G. K.; BIANCO, R. J. F. Recursos naturais e fontes de energia: Indaial: UNIASSELVI, 2017. Disponível em: https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=23181. Acesso: 08 fev. 2023.

MOURA, A. M. M. (Org.). Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9270?mode=full. Acesso: 06 fev. 2023.

SILVA, M. R. F.; CARVALHO, R. G. de; GRIGIO, A. M. et al. Gestão Ambiental: caminhos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Editora da Livraria da Física, 2013. (Coleção Futuro Sustentável, v.01).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL, Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Dispõe sobre a forma de usos dos recursos hídricos e sobre ações que possam afetar a quantidade e qualidade da água. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm> Acesso em: 06. mar. 2023.

CUNHA, M. C. da; MAGALHÃES. S. B.; ADAMS, C. (Org.) Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil [recurso eletrônico] : contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2022. 290 p. Disponível em: https://portal.sbpcnet.org.br/livro/povostradicionais16.pdf. Acesso: 08 fev. 2023.

DIEGUES, A. C. S.; Arruda, R. S. V. Saberes Tradicionais e Biodiversidade No Brasil. Ministério do Meio Ambiente-MMA / Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade. Universidade de São Paulo-USP / NUPAUB. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf. Acesso: 08. Fev. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – Os Objetivos do

Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 06. fev. 2023.

4° PERÍODO		
Nome do componente:	Gestão Ambiental Rural	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0015 (0104015-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito: Introdução à Gestão Ambiental/ 0104001-1		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: Questão rural contemporânea. Produção Rural e Conservação Ambiental. Agroecologia. Produção Mais Limpa. Saúde, Qualidade de vida e Gestão Ambiental. Conflitos e Meio Ambiental Rural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander (Eds.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília, DF: Embrapa, 2014.

CALZAVARA, O.; LIMA, R.O. (orgs.) **Brasil Rural Contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão.** Londrina-PR: EDUEL, 2004.

HIRATA, A. R. Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências / Aloísia Rodrigues Hirata, Luiz Carlos Dias Rocha – Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. 226 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** Estudos Rurais. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Campinas: UNICAMP, 1998.

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares (Eds.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

LONDRES, Flavia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida.** Rio de Janeiro: ASPTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles (Orgs.). **Transgênicos para quem? Agricultura, ciência e sociedade**. Brasília: MDA, 2011.

4° PERÍODO		
Nome do componente:	Gestão dos Recursos Hídricos	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0026 (0104027-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: Degradação dos Recursos Hídricos e Responsabilidade Civil. Evolução da Legislação de Recursos Hídricos no Brasil. Política Nacional de Recursos Hídricos. Gestão dos Recursos Hídricos. Experiências brasileiras de Gestão dos Recursos Hídricos. Conflitos pelo uso da Água. Movimentos Sociais pelo acesso a Água.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SECCO, Rubens C. **Legislação, gestão e governança das águas**. Curitiba: Contentus, 2020.
SOARES, Stela A. **Gestão de recursos hídricos** [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2015.
TUNDISI, J. G.; TUNDISI, T. M. **Recursos hídricos no século XXI**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, N. S.; SILVA, M. R. F.; GHEYI, H. R. **Recursos hídricos**: usos e manejos. São Paulo: Livraria da Física, 2011.
MAGALHAES JUNIOR, A. P. **Indicadores ambientais e recursos hídricos**: realidade e perspectiva para o Brasil a partir da Experiência francesa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
POLETO, Cristiano. (Org.). **Bacias hidrográficas e recursos hídricos**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.
SETTI, A. A.; LIMA, J. E. F. W.; CHAVES, A. G. M.; PEREIRA, I. C. **Introdução ao gerenciamento de Recursos Hídricos**. 3 ed. Brasília-DF: ANEEL; ANA, 2002.
VIEGAS, E.C. **Gestão da Água e princípios ambientais**. 2ª ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2012.

5° PERÍODO		
Nome do	Educação e Ambiente	**Classificação:**

componente:		Obrigatória
Código: MGA0017 (0104017-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: História, concepção e práticas da educação ambiental formal e não–formal. Pesquisa e projetos de E.A. Política Nacional de EA, Programa Nacional de EA. EA e Gestão Ambiental em diferentes contextos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
BRUGGER, Paula. **Educação ambiental ou adestramento ambiental?** Florianópolis/SC: Letras Contemporâneas, 1999.
CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo:Cortez, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é: o que não é. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2015.
CARVALHO, Isabel C. M.; MHULE, Rita Paradeda. Intenção e atenção nos processos de aprendizagem. Por uma Educação Ambiental “fora da caixa”. Ambiente & Educação, Vol. 21, n. 1, 2016, Rio Grande, Brasil. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/ambeduc/article/view/6090/3962>. Acesso em: 22 Jun. 2017.
LEFF, E. Educação Ambiental e Sustentabilidade. In: LEFF, E. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Trad. Lúcia Mathil de Endlich Orth. Petrópolis-RJ: Vozes.
2001. pp. 236-261.
PELIZZOLI, M. L. Ética e meio ambiente para uma sociedade sustentável. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

5° PERÍODO		
Nome do componente:	Sistema de Gestão e Auditoria Ambiental	**Classificação:** Obrigatória
Código:	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem:	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐	

DGA/FACEM	Internato ☐UCE
Pré-requisito:	
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático	
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem	
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a	
EMENTA: As consequências do progresso em relação ao meio ambiente. As questões ambientais e as organizações. Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) e seus componentes. Terminologias, Riscos e Normas da série ISO-14000. Implementação de SGA nas organizações. Documentação de SGA. Selos Verdes e Sistemas de Informação Ambiental. Certificação. A importância da Legislação Ambiental no processo de Gestão. Aspectos legais e institucionais da auditoria ambiental. ISO 19011. Classificação e tipos de auditoria ambiental. Aplicações, fases do processo de auditoria ambiental: atividades pré-auditoria, auditória e pós-auditoria. Auditoria ambiental e sistemas de gestão ambiental. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** DYLLICK-BREZINGER, Thomas; GILGEN, Herren P. W.; HÄFLIGER, Beat; WASMER, René. **Guia da série de normas ISO 14001**: Sistemas de Gestão Ambiental. Blumenau: Edifurb, 2000. LA ROVERE, Emílio L. (Coord.). **Manual de Auditoria Ambiental.** 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** ASSUMPÇÃO, L.F.J. **Sistema de Gestão Ambiental**: Manual prático para implementação de SGA e Certificação ISO 14.001. Curitiba: Juruá, 2006. CHARBEL, José C. J.; JABBOUR, Ana B. L. **Gestão Ambiental Nas Organizações**: fundamentos e tendências. São Paulo: Atlas, 2013. LA ROVERE, Emílio Lèbre (Coord.). **Manual de Auditoria Ambiental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 2011.	

5° PERÍODO		
Nome do componente:	Avaliação de Impactos Ambientais	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0024 (0104024-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: Bases conceituais da avaliação de impactos ambientais. Aspectos legais e institucionais da avaliação de impactos ambientais no Brasil. AIA e Licenciamento ambiental. Tipos de licença ambiental. Métodos de avaliação de impactos ambientais. EIA/RIMA: elaboração, participação e análise.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, R. P. **Avaliação de risco e impacto ambiental.** São Paulo: Érica, 2014.

FARIAS, T. **Licenciamento ambiental:** aspectos teóricos e práticos. 7ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

SANCHEZ, Luis Henrique. **Avaliação de Impacto Ambiental:** conceitos e métodos. 2ª. ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRAGA, Benedito; HESPANHOL, Ivanildo; CONEJO, João G. L.; BARROS, Mário T. L.; SPENCER, Milton; PORTO, Mônica; NUCCI, Nelson; JULIANO, Neusa; EIGER, Sérgio. **Introdução à Engenharia Ambiental.** 2ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

GUERRA, Antônio J. T.; CUNHA, Sandra B. (Orgs.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita; AB'SABER, Aziz N. (Org.). **Previsão de impactos:** o estudo de impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha. 2ª. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

5° PERÍODO		
Nome do componente:	Planejamento Ambiental	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA00A9 (0104019-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		
EMENTA: Conceitos básicos de planejamento. Planejamento e paradigmas de desenvolvimento. Etapas e estruturas para o planejamento ambiental. Área, escala e tempo no planejamento. O planejamento ambiental no Brasil. Avaliação e modelagem por meio de indicadores ambientais. Planejamento como suporte a gestão de conflitos socioambientais. Integração das informações, tomada de decisão e participação pública.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, J. R. et al. **Planejamento Ambiental**. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2001. SANTOS,
R. F. **Planejamento Ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
SILVA, Edson Vicente; RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; GORAYEB, Adryane (orgs.). **Planejamento ambiental e bacias hidrográficas.** Fortaleza: Edições UFC, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de conservação.** São Paulo: Aleph, 2002.
CABRAL, N. R. A. J.; SOUZA, M. P. **Área de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas.** São Carlos: RIMA, 2002.
ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental.** São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

5° PERÍODO		
Nome do componente:	Gestão Ambiental Urbana	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0010 (0104010-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito: Introdução à Gestão Ambiental – MGA0001 (0104001-1)		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: A questão urbana no mundo e sua interface com a problemática ambiental contemporânea. Urbanização e seus efeitos no ambiente. Planejamento e Desenvolvimento Urbano no Brasil. Cidades e sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério das Cidades. **O Estatuto da Cidade Comentado.** Brasília: MC, 2010.
MARTINS, B. (Org.). **Planejamento urbano e regional**. Ponta Grossa: Athenas Editora, 2019. 276p. (E-book). Disponível em:<https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/06/E-book-Planejamento-Urbano-e-Regional.pdf>. Acesso 19 out. 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Cidades sustentáveis. **Cadernos FGV Projetos**. n. 13(32), mar., 2018. Disponível em:< https://fgveurope.fgv.br/sites/fgveurope.fgv.br/files/downloads/caderno_cidades_sustentaveis_digi tal_0.pdf>. Acesso 17 out. 2019.
GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Tradução de Anita Di Marco. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** – Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 14 out. 2019.
SILVA, M. R. F. da.; NUNES, E. M.;
DIAS, N. da S. et al. **Desenvolvimento territorial, políticas públicas e meio ambiente no campo e na cidade.** São Paulo: Editora da Livraria da Física, 2019.

6° PERÍODO		
Nome do componente:	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Ambiental I	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0077 (0104025-1)		**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito
Departamento de origem: DGA/FACEM		**Grupo:** ☐ Disciplina ☐TCC ☒ Estágio ☐ Internato ☐UCE
Pré-requisito: MGA0001 (0104001-1) – Introdução à Gestão Ambiental; MGA0010 (0104010-1) – Gestão Ambiental Urbana; MGA0015 (0104015-1) – Gestão Ambiental Rural; MGA0069 (0104071-1) - Sistema de Gestão e Auditoria Ambiental.		
Aplicação: ☐ Teórica ☐Prática ☒ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 30 h/a; Prática: 120 h/a; Total: 150 h/a		
EMENTA: Atividade extraclasse onde o aluno exercerá na prática funções relativas à Gestão Ambiental.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. RESOLUÇÃO Nº 26/2017 – CONSEPE. Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN, Mossoró, RN.
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN - RESOLUÇÃO Nº 06/2015 – CONSEPE.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONOMICAS DE MOSSORO – CURSO DE GESTÃO AMBIENTAL: Projeto Político Pedagógico do Curso – PPPC. Mossoró, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASTOS, L. da R. et al. Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertações e monografias. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

6° PERÍODO		
Nome do componente:	Planejamento e Gestão de Unidades de Conservação	**Classificação:** Obrigatória
Código:	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: História das áreas naturais protegidas. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) no Brasil. Criação de Unidades de Conservação da Natureza (UCs). Plano de Manejo e Zoneamento de UCs. Gestão participativa e Conselhos Consultivos e Deliberativos. Visitação pública e geração de renda nas UCs. Novos modelos de gestão: parcerias público/privadas na gestão de UCs. As UCs do estado do Rio Grande do Norte: planejamento e gestão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NEXUCS (org.). **Unidades de conservação no Brasil**: o caminho da Gestão para Resultados. Carlos: RiMa Editora, 2012.
ROSELI, S. G. (org.). **Conservação da biodiversidade**: legislação e políticas públicas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 437 p. – (Série memória e análise de leis; n. 2).
LIMA, A. **Zoneamento Ecológico Econômico**: à luz dos direitos socioambientais. Curitiba: Juruá, 2006. 288p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

YOUNG, C. E. F.; MEDEIROS, R. (Orgs.). **Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras**. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018. 180p.
IBAMA. **Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil**. Ibama, WWF-Brasil. – Brasília: Ibama, 2007.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. **Planejamento e gestão ambiental**: subsídios da geoecologia das paisagens e da teoria geossistêmica. Fortaleza, Edições UFC, 2013.

6° PERÍODO		
Nome do componente:	Aquecimento Global e Mudanças climáticas	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0068 (0104070-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA:
As Mudanças Climáticas e suas implicações no clima e na vida na Terra. Sociedade moderna e a poluição atmosférica. Principais causas e evidências, padrões globais e regionais de mudança climática. Principais mecanismos de impacto da mudança climática sobre a biodiversidade. Governança ambiental, sustentabilidade, políticas públicas e a economia das mudanças climáticas. Protocolo de sequestro de carbono em programas voluntários de mercado de carbono. Serviços ambientais. Mudanças climáticas e efeitos sobre a saúde. Novos movimentos ambientais e os refugiados do clima.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Konrad Adenauer, Cadernos Adenauer XVII, nº2., ago., 2016
(
https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=19d1d0f9-d198-22d9-3c2d- 45102f3b98cc&groupId=265553).
COOTESE, T. **Mudanças climáticas**: do global ao local. Barueri: Manoli, 2014.
LEFF, Enrique. **A aposta pela vida*:*** imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul. Petrópolis: Vozes. 2016. 510p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOVINS, L. **Capitalismo climático**: Liderança inovadora e lucrativa para um crescimento econômico sustentável. São Paulo: Cultrix, 2013
OJIMA. R., MANDAROLA, E. Mudanças climáticas e as cidades: São Paulo: Blucher, 2013. IPCC 2019 Rela**tório de Síntese AR6: Mudança Climática 2022**. Intergovernmental Panel of Climatic Change (https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/).
BORN, Rubens. Mudanças climáticas: direitos, legislação e políticas públicas: panorama do regime multilateral global, incluindo o Acordo de Paris, e sua

aplicação no Brasil". Eco, Brasília, 2017

6° PERÍODO		
Nome do componente:	Saúde e Saneamento Ambiental	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0064 (0104066-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		
EMENTA: Saúde e a questão ambiental. Conceitos de saúde, saúde pública, saúde e ambiente. Qualidade de vida. Indicadores de Saúde e Qualidade de Vida. Introdução ao saneamento Ambiental; Instrumentos de política de Saneamento. Panorama do Saneamento no Brasil. Indicadores de Saneamento. Plano Municipal de Saneamento Básico. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** DYLLICK-BREZINGER, Thomas; GILGEN, Herren P. W.; HÄFLIGER, Beat; WASMER, René. **Guia da série de normas ISO 14001: Sistemas de Gestão Ambiental.** Blumenau: Edifurb, 2000. LA ROVERE, Emílio L. (Coord.). **Manual de Auditoria Ambiental.** 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** ASSUMPÇÃO, L.F.J. **Sistema de Gestão Ambiental: Manual prático para implementação de SGA e Certificação ISO 14.001**. Curitiba: Juruá, 2006. CHARBEL, José C. J.; JABBOUR, Ana B. L. **Gestão Ambiental Nas Organizações**: fundamentos e tendências. São Paulo: Atlas, 2013. LA ROVERE, Emílio Lèbre (Coord.). **Manual de Auditoria Ambiental.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 2011. HARRINGTON, H. J.; KNIGHT, A. **A implementação da ISO 14000:** como atualizar o Sistema de Gestão Ambiental com eficácia. São Paulo: Atlas, 2001. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo A.; BRUNA, Gilda C. (Eds.). **Curso de Gestão Ambiental**. São Paulo: Manole, 2004. (Coleção Ambiental; 1).		

6° PERÍODO		
Nome do	Agroecologia	**Classificação:**

componente:		Obrigatória
Código: MGA0039 (0104041-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito: MGA0054 (0104056-1) - Ecologia Geral aplicada à Gestão Ambiental		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		
EMENTA: Introdução à Agroecologia; Agroecossistemas; Fatores abióticos na agricultura; fatores bióticos na agricultura; processos populacionais em agricultura; recursos genéticos em agroecossistemas; diversidade e estabilidade; pertubação, sucessão e manejo do agroecossistema; a energética dos agroecossistemas; interações entre agroecossistemas e ecossistemas naturais; sistemas alimentares sustentáveis. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS 2004. EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Marco referencial em agroecologia.** Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. ALTIERI, M A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora Agropecuária, 2002. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. FORNARI, E. **Manual Prático de Agroecologia**. São Paulo: Editora Aquariana, 2002. LOVATO, P. E.; SCHIMDT, W. **Agroecologia e sustentabilidade no meio rural**. Chapecó/PR: Argos, 2006.		

6° PERÍODO		
Nome do componente:	Análise de Risco Ambiental	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0070 (0104072-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		

Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a
EMENTA: Conceitos: Riscos, perigos, acidentes, eventos, vulnerabilidade. Conhecendo o risco: tipos e características. Avaliação de Riscos Ambientais. Valoração econômica do ambiente. Metodologias de avaliação de Riscos Ambientais. Programas de gerenciamento de riscos. Gerenciamento de riscos e processos decisórios. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** DA SILVEIRA, C. E. M. **Risco Ecológico Abusivo**: A Tutela do Patrimônio Ambiental Nos Processos Coletivos Em Face do Risco. Caxias do Sul: EDUCS, 2014. GIULIO, G. DI. **Risco, ambiente e saúde**: Um debate sobre comunicação e governança do risco em áreas contaminadas. São Paulo: Ed. Annablume. 2012. SANCHEZ, Luis Henrique. **Avaliação de Impacto Ambiental**: conceitos e métodos. 3ª. ed atualizada e ampliada. São Paulo: Oficina de Textos, 2020. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** AQUINO, A. R., PALETTA, F. C., ALMEIDA, J. R. – **Risco Ambiental**. São Paulo: Ed. Blucher, 2017. 134 p. BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2 ed. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2011. ROCHA, G. C. **Riscos Ambientais**: Análise e Mapeamento em Minas Gerais. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. (Orgs). Desastres naturais: conhecer para prevenir – 3ª ed. - São Paulo: Instituto Geológico, 2015.

7° PERÍODO		
Nome do componente:	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Ambiental II	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0078 (0104030-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☐ Disciplina ☐TCC ☒ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito: MGA0077 (0104025-1) - Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Ambiental I		
Aplicação: ☐ Teórica ☐Prática ☒ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 30 h/a; Prática: 120 h/a; Total: 150 h/a		

EMENTA: Atividade extraclasse onde o aluno exercerá na prática funções relativas à Gestão Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. RESOLUÇÃO Nº 26/2017 – CONSEPE. Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN, Mossoró, RN.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS DE MOSSORO - CURSO DE GESTÃO AMBIENTAL: Projeto Político Pedagógico do Curso – PPPC. Mossoró, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSUMPÇÃO, L. F. J. **Sistema de gestão ambiental:** manual prático para implementação de SGA e certificação ISSO 14 001. 2. tiragem. Curitiba-PR: Juruá editora, 2005;

DIAS, G. F.. **Educação Ambiental:** Princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Editora Gaia, 2004.

PHILIPPI JR, A.; ROMERO, M. de A.; BRUNA, G. C. **Curso de gestão ambiental.** Barueri-SP: Manole, 2006 (Coleção Ambiental 1);

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da (Orgs.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil.** 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

7° PERÍODO		
Nome do componente:	Poluição e Controle Ambiental	**Classificação:** Obrigatória
Código: 0104018-1	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA:
Bases conceituais da poluição e controle ambiental. Os recursos água, ar e solos: caracterização; propriedades; usos; tipos e fontes de poluição; principais poluentes; parâmetros de qualidade; medidas e técnicas de controle da poluição. Outros tipos de Poluição. Aspectos legais e institucionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DERÍSIO, J. C. **Introdução ao controle de poluição ambiental.** 4ª. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.
MANO, E. B.; PACHECO, E. B. A. V.; BONELLI, C. M. C. **Meio ambiente, Poluição e Reciclagem.** São Paulo: Edgard Blücher, 2005.
DERÍSIO, J. C. **Introdução ao controle de poluição ambiental**. 2. ed. São Paulo: Signus, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L. et al. I**ntrodução à Engenharia Ambiental.** São Paulo: Prentice Hall, 2002.
CARVALHO, A. R.; OLIVEIRA, M. V. C. **Princípios básicos do saneamento do meio.** São Paulo: SENAC, 2010.
MILLER JR., G. T. **Ciência Ambiental.** São Paulo: Thomson Learning, 2007.

7° PERÍODO		
Nome do componente:	Gestão da Zona Costeira	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0025 (0104026-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		
EMENTA: Constituição natural da zona costeira e conceitos associados. Dinâmica ambiental em sistemas litorâneos. Histórico de uso e ocupação da zona costeira brasileira. Aproveitamento sustentável e impactos ambientais. Planejamento e gestão da zona costeira. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e Projeto Orla Federal. Legislação aplicada e estudos de caso.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil:** por uma geografia do litoral. 2a ed. São Paulo: Annablume, 2007.		

CARVALHO, R. G. C.; PIMENTA, M. R. C. **Gestão da zona costeira:** estudos de casos no Nordeste do Brasil. Mossoró: Edições UERN, 2015.
GARRISON, T. **Fundamentos de oceanografia.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FLORENZANO, T. G. **Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais.** São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
MMA. Ministério do Meio Ambiente. Gerenciamento Costeiro no Brasil. Brasília, 2014. Acesso: 19/08/2015. Disponível em: http://www.mma.gov.br/gestaoterritorial/gerenciamento-costeiro.
NETO, J. A. B. et al. **Introdução à Geologia Marinha.** 1ª ed. São Paulo: Interciência, 2004. SOUZA, R. B. de. **Oceanografia por satélites.** 1ª ed. São Paulo: Oficina de textos, 2005.

7° PERÍODO		
Nome do componente:	Recuperação de Áreas Degradadas	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0027 (0104028-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: Conceitos básicos relativos à degradação e recuperação ambiental. Aspectos legais e institucionais da recuperação de áreas degradadas. Métodos e técnicas de recuperação de áreas degradadas em ciências ambientais. Planos de recuperação de áreas degradadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, G. H. S.; ALMEIDA, J. R.; GUERRA, A. J. T. **Gestão Ambiental de Áreas Degradadas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
MOERI, E.; COELHO, R.; MARKER, A. **Remediação e revitalização de áreas contaminadas: aspectos técnicos, legais e financeiros.** São Paulo: Signus, 2004.
TAVARES, S.R. de L. et al. **Curso de recuperação de áreas degradadas:** a visão da ciência do solo no contexto do diagnóstico, manejo, indicadores de monitoramento e estratégias de recuperação. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, A. S. S. (Org.). **Erosão e**

conservação dos solos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
NOGUEIRA JÚNIOR, J. **Recuperação de áreas degradadas: soluções geotécnicas e ambientais.** 1ª ed. São Paulo, Editora Neotrópica, 2013.
SANCHES, P. M. **De áreas degradadas a espaços vegetados**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2014.
SANCHEZ, L. E. **Desengenharia**: o passivo ambiental na desativação de empreendimentos industriais. São Paulo: EdUSP, 2001.

7° PERÍODO		
Nome do componente:	Seminário de Elaboração de Monografia	**Classificação:** Obrigatória
Código:	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito: Estatística Aplicada à Gestão Ambiental		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: Etapas de elaboração de projeto científico: Problemática, Justificativa. Objetivos. Revisão teórico-metodológica, Cronograma de pesquisa. Construção de projeto de monografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASTOS, Lília da Rocha et al. **Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias.** 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004. p. 219. ISBN 85-216-1081-5.
DESLANDES, S. F. C. N; **GOMES, R. G.** Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 33ª . Petrópolis - RJ: Vozes, 2013. 108 p. (Temas sociais). ISBN 9788532611451.
GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p. ISBN 978-85-224-5823-3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; Gewandsznajder, Fernando; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999. 203 p. ISBN 85-221-0133-7.
BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica.** 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 111 p. ISBN 9788532605863.
ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** 25. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

207 p. il. (Estudos; 85). ISBN 978-85-273-0079-7.
SEABRA, Giovanni de Farias. **Pesquisa científica: o método em questão.** Brasília: Edunb, 2001. 124 p. ISBN 8523006230.

8° PERÍODO		
Nome do componente:	Monografia	**Classificação:** Obrigatória
Código:	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito: Grade curricular completa até o sétimo período		
Aplicação: ☐ Teórica ☐Prática ☒ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 30 h/a; Prática: 90 h/a; Total: 120 h/a		

EMENTA:
Monografia. Elaboração de trabalho monográfico. Estrutura formal e científica de monografia. Elaboração de trabalho monográfico de conclusão de curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J. J. **Monografia no curso de administração:** guia completo de conteúdo e forma. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2009. p. 192. ISBN 85-224-4304-1.
SALOMON, D. V. **Como Fazer Uma Monografia.** 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 425 p. (Ferramentas). ISBN 85-336-1958-8.
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 314 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Scipione, 2008. 200 p.
MARTINS, G. de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações.** 3. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014. 134 p. il. ISBN 978-85-224-3232-5.
MEDEIROS, J. B. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 331 p. ISBN 978-85-224-9026-4.
MARTINS, G. de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações.** 3. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014. 134 p. il.

8° PERÍODO

Nome do componente:	Gestão e Conservação da Biodiversidade	**Classificação:** Obrigatória
Código: MGA0067 (0104069-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito: -		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA:
O conceito da biodiversidade, os níveis da organização biológica em diferentes sistemas; A determinação da importância da biodiversidade e sua conservação para o homem. Estratégias para manutenção do equilíbrio entre a conservação e exploração dos recursos biológicos, com estudos de caso. Histórico e paradigmas da Biologia da Conservação. Ameaças à diversidade biológica. Conhecimento da diversidade biológica, possibilitando a sua conservação e uso racional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BEGOSSI, A.; CAMARGO, E; CARPI JR, S. **Os mapas da pesca artesanal:** pesqueiros e pescadores da costa do Brasil. São Carlos SP: RIMA, 2013.
GARAY, I.; BECKER, B. **Dimensões humanas da biodiversidade:** o desafio de novas relações sociedade natureza no século XXI. Petrópolis: Ed. Vozes. 2006, 483 p.
PIRATELLI, A. J; FRANCISCO, M. R. **Conservação da biodiversidade:** dos conceitos as ações. Rio de Janeiro: Thecnical Books Editora. 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
LEVÊQUE, C. **Ecologia: do ecossistema à biosfera.** Portugal: Instituto Piaget, 2001.
ODUM, E. P. **Fundamentos de Ecologia**. Lisboa: Fundação CaloustGulbenkian, 1976.
ROCHA, C. F. D.; GODOY BERGALLO, H.; ALVES, M. A. S.; SLUYS, M. V. (Org.). **Biologia da Conservação**: Essências. São Carlos: Rima. 2006.
WILSON, E. O.; PETER, F. M. **Biodiversidade**. Carlos Gabaglia Penna (Coordenador da edição brasileira); tradução de Marcos Santos e Ricardo Silveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 657p.

11.2 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Nome do componente:	Tópicos Especiais em Gestão Ambiental I	**Classificação:** Optativa

Código: 0104034-1	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE
Pré-requisito:	
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático	
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem	
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a	
EMENTA: Atividade desenvolvida de acordo com as características de cada disciplina, considerando a reflexão do bacharel sobre o seu processo de formação. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** Aberta, conforme tema especial proposto no período. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** Aberta, conforme tema especial proposto no período.	

Nome do componente:	Tópicos Especiais em Gestão Ambiental II	**Classificação:** Optativa
Código: 0104035-1	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		
EMENTA: Atividade desenvolvida de acordo com as características de cada disciplina, considerando a reflexão do bacharel sobre o seu processo de formação. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** Aberta, conforme tema especial proposto no período. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** Aberta, conforme tema especial proposto no período.		

Nome do	Tópicos Especiais em	**Classificação:** Optativa

componente:	Tecnologia Ambiental	
Código: 0104036-1	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		
EMENTA: Atividade desenvolvida de acordo com as características de cada disciplina, considerando a reflexão do bacharel sobre o seu processo de formação. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** Aberta, conforme tema especial proposto no período. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** Aberta, conforme tema especial proposto no período.		

Nome do componente:	Gestão Ambiental Participativa	**Classificação:** Optativa
Código: 0104037-1	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DCSP	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		
EMENTA: Gestão Ambiental e apropriação social da natureza, instrumentos de Gestão Ambiental participativa. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** DEMO, P.. **Participação é conquista:** noções de política social participativa. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 176. ISBN 85-249-0128-4. LATOUR, B. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru-SP: EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2004. p. 411. ISBN 2707130788. LEFF, E.. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 555. ISBN 85-200-0710-4. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**		

BRANDÃO, C. A.. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. 238 p. ISBN 978-85-268-0971-0.
CABRAL, A. (Org); COELHO, Leonardo (Org). **Mundo em transformação**: caminhos para o desenvolvimento sustentável. Belo Horizonte - MG: Autêntica, 2006. p. 230. ISBN 85-7526-198- 3.
SANTOS, R. F. dos. **Planejamento ambiental:** teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. p. 184. ISBN 85-86238-32-5.
TRIGUEIRO, A. (Coord). **Meio ambiente no século 21:** 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. 5. ed. Campinas - SP: Sextante, 2008. 367 p. il. ISBN 85-7542-077-1.

Nome do componente:	Perícia Ambiental	**Classificação:** Optativa
Código: 0104038-1	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: O que é perícia ambiental; como se instala o processo de perícia ambiental; quesitos e laudos técnicos; Responsabilidade civil na degradação; Poluição e dano ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, J. R. **Perícia ambiental judicial e securitária:** impacto, dano e passivo ambiental. 2ª reimp. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2008.
RAGGI, J. P.; MORAES, A. M. L. **Perícias ambientais**: soluções de controvérsias e estudos de caso. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.
VENDRAME, A. C. **Perícia Ambiental:** Uma Abordagem Multidisciplinar. São Paulo: IOB, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MAURO, C. A. **Laudos periciais em depredação ambiental.** Rio Claro: IGCE, UNESP, 1997. MARTINS
JUNIOR, O. P. **Perícia Ambiental e Assistência Técnica.** Goiania: Kelps, 2006.
JULIANO, R.. **Manual de Perícia.** 4ed. Rio Grande: Rui Juliano, 2009.
TOCCHETTO, D. (Org.). **Perícia Ambiental Criminal.** Campinas: Millennium, 2014.

Nome do componente:	Produção Textual	**Classificação:** Optativa
Código: 0401033-1	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: Dletras/FALA	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		
EMENTA: Leitura, Escrita e Análise de gêneros textuais acadêmicos (Resumo, Resenha e Seminário). Elementos responsáveis pela textualidade. Atividades e estratégias de processamento da escrita acadêmica.		

Nome do componente:	Gestão dos Recursos Florestais	**Classificação:** Optativa
Código: 0104040-1	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		
EMENTA: Conceitos, funcionamento e caracterização do ecossistema florestal, desenvolvimento florestal sustentável. A floresta como recurso natural. Produtos Florestais. Uso sustentável de florestas, legislação florestal. Programa Nacional de Florestas – PNF. Ações de Gestão dos Recursos Florestais. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** MACHADO, P. A. L.; MILARÉ, É. **Novo Código Florestal.** São Paulo, RT, 20. Ed. 2013. GALVÃO, A. P. M.; PORFÍRIO-DA-SILVA, V. **Restauração Florestal:** Fundamentos e Estudos de Caso. Colombo: Embrapa Florestas, 2005. MMA – Serviços Florestais Brasileiros. Florestas do Brasil em resumo - 2010: dados de 2005- 2010. / Serviço Florestal Brasileiro. Brasília: SFB, 2010. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**		

DAUGHERTY, T. B.; CAMP, W. G. **Manejo de Nuestros Recursos Naturales.** Madri: Thomson Editores Spain Paraninfo, S.A., 2005.
MOURA, L. A. A. de. **Economia Ambiental** - Gestão de Custos e Investimentos. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2006.
RIZZINI, C. T. **Tratado de Fitogeografia do Brasil:** Aspectos ecológicos, sociológicos e florísticos. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições Ltda., 2ed. 1997.
ZANETTI, E. **Meio Ambiente –** Setor Florestal. Curitiba: Ed. Juruá, 2001.

Nome do componente:	Meio Ambiente e Redes Sociais	**Classificação:** Optativa
Código:	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: Redes sociais. Importância das redes sociais. Redes socioambientais e territorialidades. Redes sociais e percepção pública dos riscos ambientais. Meio ambiente e redes sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLS, M.. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. Redes Sociais e poder local [recurso eletrônico]. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.
SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 3ª ed., 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GODBOUT, J. **Digressão sobre as redes e os aparelhos**. IN: MARTINS, P. H.; FONTES, B. (Org.). Redes Sociais e Saúde: novas possibilidades teóricas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004.
VIOLA, E.; NICKEL, J. **Integrando a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente**. In: Novos Estudos Cebrap nº40. São Paulo: Cebrap, 1994
JACOBI, P. R. **Meio ambiente e redes sociais**: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação das práticas coletivas. In: Revista de Administração Pública, vol.34(6). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p.131-158, 2000.
SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de Movimentos Sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1 p.109-130, jan./abr. 2006.

Nome do componente:	Tópicos Especiais em Viveicultura, Jardinagem e Paisagismo	**Classificação:** Optativa
Código:		**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito
Departamento de origem: DGA/FACEM		**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: Viveiro de mudas. Métodos e técnicas de propagação de plantas. Sistema de produção de mudas florestais, frutíferas e ornamentais. Legislação e aspectos legais para a produção de sementes e mudas. Noções básicas de jardinagem e paisagismo. Espécies de plantas nativas do bioma caatinga utilizadas em projetos paisagísticos e de reflorestamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KÃMPF, A. N. **Produção Comercial de Plantas Ornamentais**. Guaíba: Agropecuária, 2000. 254p.

LORENZI, H. SOUZA, H. M. de. **Plantas Ornamentais no Brasil**: arbustivas, herbáceas e trepadeiras. 4ª Edição: Ed. Nova Odessa, SP, Instituto Plantarum 2008, 1088p.

PAIVA, P. D. O. **Paisagismo** – Conceitos e Aplicações. Editora UFLA. 2008.

VIDA, J.B.; ZAMBOLIM, L.; TESSMANN, D.J.; BRANDÃO FILHO, J.U.T., VERZIGNASSI,

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FORTES, V. M.; PAIVA, H. N. de; GONÇALVES, W. Técnicas de manutenção de jardins. Coleção jardinagem e paisagismo, v. 2, editora Aprenda Fácil, Viçosa, MG, 2003.

GRIGOLETT, J.A., AUER, C.G., SANTOS, A. F. Circular Técnica, 47. Embrapa **Florestas, Colombo PR , 2001.**

LORENZI, H. **Árvores Brasileiras: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. V.1: Ed. Nova Odessa. SP, Instituto Plantarum, 1992. 352p.

LORENZI, H. **Árvores Brasileiras: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. V.2 Instituto Plantarum: Ed. Nova Odessa. SP, 1992.352p.

Nome do componente:	Estágio Interdisciplinar de Vivência	**Classificação:** Optativa
Código: 0104043-1		**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito

Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE
Pré-requisito:	
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático	
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem	
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a	
EMENTA: Atividades extra-disciplinar onde o(a) discente vivenciará em comunidade rural, comunidade de pescadores ou comunidade indígena os aspectos relacionados à Gestão Ambiental numa perspectiva interdisciplinar e sem a necessidade de intervenção técnica. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 11ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra. 2001. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** Aberta, conforme tema do estágio dos discentes.	

Nome do componente:	Microbiologia Ambiental	**Classificação:** Optativa
Código:	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☐ Teórica ☐Prática ☒ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 45 h/a; Prática: 15 h/a; Total: 60 h/a		
EMENTA: Estudo teórico e prático dos microrganismos e de suas interações com o solo, com o meio aquático e com os ambientes extremos. Identificação de microrganismos considerados indicadores ambientais, relacionados com a poluição. Avaliação de metodologias para medidas de crescimento microbiano. Microrganismos nos processos de biodeterioração da água e materiais. Degradação microbiana de polímeros naturais e sintéticos. Técnicas de laboratório aplicadas a microbiologia. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** CANAS FERREIRA, W.F., DE SOUSA, J. C. F. **Microbiologia.** Editora Lidel, 2005. SATO, M.I.Z. (Coord). **Microbiologia ambiental**. São Paulo: CETESB, 2004 SILVEIRA, A.P.D.; FREITAS, S.S. **Microbiota do Solo e Qualidade Ambiental**. Campinas: Instituto Agronômico, 2007. 312 p.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAIER, R.M.; PEPPER, I.L.; GERBA, C.P. **Environmental microbiology**. Florida: Academic Press, 2000, 585p.
MELO, I.S.; AZEVEDO, J.L. (Org.). **Microbiologia Ambiental:** manual de laboratório. Jaguariúna: EMBRAPA-CNPMA, 1997, 98p.
PELCZAR JR, M.J.; CHAN, E.C.S.; KRIEG, V.R. Microbiologia :Conceitos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Makron Books, vol I e II, 1997.
SILVA, N.; JUNQUEIRA, V.C.A.; SILVEIRA, N.F.A. TANIWAKI, M.H.; GOMES, R.A.B.; OKAZAKI, M.M. **Manual de Métodos de Análise Microbiológica de Alimentos e Água.** 5ª ed. – São Paulo : Blucher, 2017. 560 p.

Nome do componente:	Modelagem de Sistemas Ambientais	**Classificação:** Optativa
Código: 0104044-1		**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito
Departamento de origem: DGA/FACEM		**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: Sistemas e modelos; características e potencial da modelagem; caracterização do sistema ambiental; modelos para a análise morfológica de sistemas; modelos para a análise de processos nos sistemas; avaliação das potencialidades ambientais; uso de modelos no planejamento ambiental e tomada de decisão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRISTOFOLETTI, Antônio. **Modelagem em Sistemas Ambientais**. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.
VARRIALE, M.C.; GOMES, A.G.; **Modelagem de ecossistemas**: uma introdução. Editora UFSM, Santa Maria, 2004, ISBN 85-7391-048-8.
SOUZA, A. C. Z.; PINHEIRO, C. A. M. **Introdução à Modelagem, Análise e Simulação de Sistemas Dinâmicos**. Rio de Janeiro. Ed. Interciência. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FILHO, B. S. S. **Análise de paisagem**: fragmentação e mudanças. Depto. de Cartografia, Centro de Sensoriamento Remoto, Instituto de Geociências, UFMG, 1998, 90 p. http://www.csr.ufmg.br , (versão eletrônica não publicada).
LANG, S. & BLASCHKE, T. **Análise da Paisagem com SIG**. Editora Oficina de Textos, São Paulo, 2009.
MEIRELLES, M. S. P.; CAMARA, G. ALMEIDA, C. M. de. **Geomática**: modelos

e aplicações ambientais. Editora Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, 2007.
TUCCI, C. E. M. **Modelos Hidrológicos**. 2a. edição, ABRH, Editora da UFRGS, 2005, ISBN 85- 7025-823-2.

Nome do componente:	Economia Solidária	**Classificação:** Optativa
Código: 0104045-1	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: Objeto de Estudo, Bens Econômicos. Economia Social e Solidária. Cooperativismo. Autogestão. Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável. Economia Solidária como Alternativa de Organização e Produção. A Relação Trabalho/Capital na Empresa Cooperativa e na Empresa de Capital Privado ou Público. Redes de Colaboração Solidária. Comercio Justo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da.(Orgs.). **Economia do meio ambiente**. 4. reimp.Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
MORAES, Orozimbo José de. **Economia ambiental**: instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Centauro, 2009.
THOMAS, Janet M.; CALLAN, Scott J. **Economia ambiental**: aplicações, políticas e teoria. São Paulo: cengage learning, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOTA, José Aroudo. **O valor da natureza**: economia e política dos recursos naturais. 2. ed. Rio de janeiro, 2006.
MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Economia ambiental**. Rio de Janeiro: FGV, 2006;
MOURA, Luiz Antonio Abdalla de. **Economia Ambiental**: gestão de custos e investimentos. 4.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.
PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S.(Orgs.). **Manual de economia**. 5.ed.São Paulo:Saraiva, 2006.

Nome do componente:	Gestão Ambiental do Turismo	**Classificação:** Optativa

Código: 0104046-1	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE
Pré-requisito:	
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático	
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem	
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a	
EMENTA: Caracterização do sistema turístico. Turismo e meio ambiente. Turismo sustentável; Impactos ambientais da atividade turística. Responsabilidade social. Gestão Ambiental como fator de competitividade. Gestão Ambiental aplicada ao turismo. Sistemas de Gestão Ambiental em Turismo. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003. GONÇALVES, L. C. **Gestão Ambiental em meios de hospedagem**. São Paulo: Aleph, 2004. (Série Turismo). KINKER, S.; **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. 2. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2005. 224 p. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** BARRETTO, M. Manual de Iniciação ao estudo do turismo. Campinas, SP: Papirus, 1995. ECOTURISMO: um guia para planejamento e gestão. 4. Ed. São Paulo: Senac, 2002, 290 p. RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável**. A Proteção do Meio Ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997. SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.	

Nome do componente:	Demografia e Ambiente	**Classificação:** Optativa
Código: 0104047-1	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: Demografia, objeto de estudo e aplicação de conhecimento. Dinâmica demográfica contemporânea. População e a questão ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, J. A. M. de et al. **Introdução a Alguns Conceitos Básicos em Demografia**. Belo Horizonte, ABEP/Fundação João Pinheiro, 1998.
TORRES, H.; COSTA, H. **População e Meio Ambiente**: Debates e Desafios. São Paulo: Senac. 2000.
TORRES, Haroldo (Org); COSTA, Heloisa (Org). **População e Meio Ambiente**: Debates e Desafios. 2. ed. São Paulo: SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, 2006. p. 351. ISBN 85-7359-104-8.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, J M P. Novas Metrópoles Paulistas. População, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.
HOGAN, D (org.). Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2007.
MARTINE, G. (Org.). População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: verdades e contradições. 2ª Ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.
SAWYER, D. População, meio ambiente e desenvolvimento no Brasil. Brasília: ISPN, 1993.

Nome do componente:	Marketing Ambiental	**Classificação:** Optativa
Código: 0102100-1	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: Conceito de Marketing; Conceitos de Marketing Ambiental; As tendências sociais na consciência ambiental; Marketing ambiental no mundo; Benefícios da aplicação do Marketing ambiental. O plano de Marketing ambiental; Os 4Ps do Marketing ambiental; Marketing Verde;Termos relacionados ao Marketing Ambiental (Auditoria Ambiental, Certificação Ambiental, Ciclo de Vida, Rotulagem Ambiental); Vantagem Competitiva; Responsabilidade socioambiental corporativa; Cenário Global do Consumo; Consumo Responsável; Casos de Estudo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, R. **Marketing ambiental**: ética, responsabilidade social e competitividade

nos negócios. São Paulo: Atlas, 2007.
TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. São Paulo: Atlas, 2008.
CASTRO, G. C.; PINHEIRO, R. M.; SILVA, H. H.; NUNES, J. M. G. **Comportamento do consumidor e pesquisa de mercado**. 3ª edição. São Paulo:Editora FGV, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade**: uma ruptura urgente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
ASHLEY, P. A. (coord). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
DIAS, R. **Marketing ambiental**: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. São Paulo: Editora Atlas, 2007.
KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**.12. ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

Nome do componente:	Empreendedorismo	**Classificação:** Optativa
Código: 0102025-1	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DCSP	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA:
Formar empreendedores. Estimular o desenvolvimento do indivíduo a sua auto-realização. Identificar as etapas do processo visionário. Estudo de oportunidades. Estudo de mercados e Elaboração de plano de negócio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo**: fundamentos estratégicos e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2003.
CHÉR, R. **O meu próprio negócio**: todos os passos para avaliação, planejamento, abertura e gerenciamento de negócio prospero. São Paulo: Negócio, 2002.
ROCHA, M. T.; DORRETEIJN, H.; GONTIJO, M. J.(Org.). **Empreendedorismo em negócios sustentáveis**: plano de negócios como ferramenta do desenvolvimento. São Paulo: Peirópolis, 2005. 119 p. Brasília, DF: IBR – Instituto Internacional de educação do Brasil.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: Transformando idéias em negócios. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. **Empreendedorismo**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. MORAIS, C. **Atitudes de empreendedores**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.
SOIFER, J. **Empreender turismo e ecoturismo**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

Nome do componente:	Biogeografia dos Ecossistemas	**Classificação:** Optativa
Código: MGE0012 (0703012-1)	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DGE	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA: Conceitos e subdivisão. Campo de tendência atuais da Biogeografia. Ciclos Biogeográficos. Biosfera e as relações de interdependências. Distribuição dos Seres Vivos. Fatores responsáveis. Os grandes Biomas e Biocenoses terrestres e sua distribuição espacial no mundo e no Brasil. Classificação fisionômica e zoogeográfica. A degradação dos ambientes terrestres e aquáticos. Aplicação da biogeografia. Aulas de campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CABRERA, A.L.; WILLINK, A. **Biogeografia de América Latina**. OEA. Washington, 1980.
RIZZINI, C.T. **Tratado de Fitogeografia do Brasil**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Âmbito Cultura, 1997.
ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil**: subsídios para planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DANSERAU, P. **Os Planos da Biogeografia**. Revista Brasileira de Geografia, ano VIII, nº 2, pp. 189-210, 1946.
GASCON, C.; LAURENCE, W. F.; LOVEJOY, T.E. **Fragmentação florestal e biodiversidade na Amazônia** Central. In: Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais. Garay, I &Dias, B. (eds.), Editora Vozes, p: 74-189, 2001.
KUHLMANN, E. - **Biogeografia do Brasil**. Boletim Geográfico, ano XIX, nº 162, pp. 381-387, 1961.

MORRONE, J. J.; ESPINOSA, D.; LLORENTE, J. **Manual de Biogeografia Histórica.** Universid Nacional autônoma de México. México.155p. 1996.

Nome do componente:	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	**Classificação:** Optativa
Código: 0401089-1		**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito
Departamento de origem: Dletras/FALA		**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		
EMENTA: LIBRAS em Contexto. Estudo das modalidades visual e gestual da comunidade das pessoas. Gramática de uso. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** Dicionário LIBRAS_ http://www.acessobrasil.org.br/libras/ CAPOVILLA, Fernando César. Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira. Colaboração de Walkiria Duarte Raphael. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. v.2. ISBN:85-314-0669-2. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** CAPOVILLA, Fernando César (org.) - **Manual ilustrado de sinais e sistema de comunicação em rede para surdos**. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. 1998. FELIPE, Tanya A. e MONTEIRO, Myrna S. - LIBRAS em Contexto - Livro do Estudante – Curso Básico - Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos / MEC - SEE. 2001. STROBEL, Karin L. e DIAS, Silvania Maia S. (org.) - **Surdez**: Abordagem Geral. Ed. Apta, Curitiba, PR, 1995 "Introdução à Gramática da LIBRAS" in Educação Especial - Língua Brasileira de Sinais - Volume II. Série Atualidades Pedagógicas 4, MEC/SEESP. 1997.		

Nome do componente:	Gestão Contemporânea	**Classificação:** Optativa
Código: 0102048-1		**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito
Departamento de origem: DAD/FACEM		**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE
Pré-requisito:		

Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a
EMENTA: Revolução técnico-científica, a condução pós-moderna, globalização, reestruturação produtiva e competitividade. Enfoque sistêmico. Modelos emergentes de gestão. O papel do líder frente a esse contexto. A função social das empresas. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** CHIAVENATO, I. **Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. Vol. I e II. DAFT, R. L. **Organizações: Teorias e projetos**. Traduzido por Andréa Castellano Mostaço. São Paulo: Cengace Learning, 2008. TCHIZAWA, T. **Gestão Ambiental e responsabilidade social corporativa:** estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2011. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** CALDAS, M. P.; WOOD JR, T. **Transformação e realidade organizacional:** uma perspectiva brasileira. Orgs: MIGUEL P. C.; WOOD JR., T. São Paulo: Atlas, 1999. DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa.** São Paulo: Atlas, 1999. HUSSEY, R.; COLLIS, J. **Pesquisa em Administração:** Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. JONES, G. R. **Teoria das organizações.** Traduzido por Luciane Pauleti e Daniel Vieira. São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2010.

Nome do componente:	Relações Étnicas e Raciais	**Classificação:** Optativa
Código: 0701118-1	**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito	
Departamento de origem: DCSP	**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		
EMENTA: A noção de grupo étnico na literatura sócio-antropológica. Teoria da etnicidade. A ideia de nação e territorialidade. A construção de identidades e as relações raciais no contexto da diáspora africana. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** BACELAR, Jeferson. **Etnicidade**: Ser negro na Bahia, Salvador, PENBA/Ianamá,		

1989.
FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas, Rio de Janeiro**: Fator, [1925-1961 (1983)].
MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.
NASCIMENTO, A. do. **O Genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL JR., Aécio e BURITY, Joanildo de A. (org) In: **Inclusao Social, Identidade e Diferença**: perspectivas pós-estruturalistas de análise social. São Paulo: Annablume, 2006.
ATHIAS, Renato. **A noção de identidade étnica na Antropologia brasileira: de Roquette Pinto à Roberto Cardoso de Oliveira**. Recife: Editora da UFPE, 2007.
FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.
O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de. Janeiro: FGV, 2002. 268p.

Nome do componente:	Análise e Zoneamento Ambiental	**Classificação:** Optativa
Código: 0104023-1		**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito
Departamento de origem: DGA		**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE
Pré-requisito:		
Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA:
Análise ambiental, sistemas ambientais e geossistemas. Compartimentação geoambiental. Etapas para a elaboração do zoneamento ambiental. Ferramentas computacionais aplicadas ao zoneamento. Zoneamento ambiental de áreas urbanas, bacias hidrográficas, unidades de conservação, áreas costeiras. Histórico e desenvolvimento do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE Brasil. Situação atual do ZEE, estrutura de gestão e implementação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIMA, A. **Zoneamento Ecológico Econômico: à luz dos direitos socioambientais**. Curitiba:
Juruá, 2006. 288p.
ZACHARIAS, A. A. **A representação gráfica das unidades de paisagem no zoneamento ambiental**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. **Planejamento e gestão ambiental: subsídios da geoecologia das paisagens e da teoria geossistêmica**. Fortaleza, Edições UFC, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RODRIGUEZ, J. M. M; SILVA, E. V.; CAVALCANTI, A. **Geoecologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental.** Fortaleza: Editora UFC, 2004.
MILLER, G. T.; SPOOLMAN, S. E. **Ecologia e sustentabilidade.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.
RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. **Planejamento e gestão ambiental: subsídios da geoecologia das paisagens e da teoria geossistêmica.** Fortaleza, Edições UFC, 2013.
SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental: teoria e prática.** São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

Nome do componente:	Métodos Qualitativos de Pesquisa Aplicados à Gestão Ambiental	**Classificação:** Optativa
Código:		**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito
Departamento de origem: DGA		**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE
Pré-requisito:		
Aplicação: ☐ Teórica ☐Prática ☒ Teórico-prático		
Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem		
Carga horária/Crédito: Teórica: 45 h/a; Prática: 15 h/a; Total: 60 h/a		

EMENTA:
Definição de pesquisa qualitativa. Os aspectos éticos envolvidos na pesquisa qualitativa. Critérios de inclusão e exclusão de fontes de diferentes naturezas. Diferentes modalidades de investigação científica de caráter qualitativo e interpretativo e seus critérios de validação científica. Limites e possibilidades dos diferentes métodos qualitativos de pesquisa. Trabalho de campo, escrita e interpretações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007. (pp. 26-27, 30-32, 35- 38).
GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar. Como Fazer Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2005.. Disponível em: <http://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2015.
FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
THIOLLENT, M. **Pesquisa Ação**. São Paulo: Cortez Editores, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONI, V.; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar:** como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, vol. 2, no 1 (3), p. 68-80, jan./jul., 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>
GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa/coordenada por Uwe Flick). DUARTE. R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>.
MALINOWSKI, Bronislaw. (1997/1967). Prefácio de Valetta Malinowska e Introdução de Raymond Firth. IN: MALINOWSKI, Bronislaw. **Um diário no sentido estrito do termo.** Rio de Janeiro: Record, 1997/1967. p. 11-39.
OLIVEIRA. Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo.** Brasília: paralelo; São Paulo: Editora Unesp, 2000.
RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A.,2011.

Nome do componente:	Sistemas Agroecológicos	**Classificação:** Optativa
Código:		**Avaliado por:** ☒ Nota ☐ Conceito
Departamento de origem: DGA		**Grupo:** ☒ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☐UCE

Pré-requisito:

Aplicação: ☒ Teórica ☐Prática ☐ Teórico-prático

Componentes Equivalentes: Nome/Código/Departamento de Origem

Carga horária/Crédito: Teórica: 60 h/a; Prática: 0 h/a; Total: 60 h/a

EMENTA:

Conceitos básicos de diversidade de espécies; princípios ecológicos aplicados a agricultura: diversidade e seus efeitos na produção e produtividade de biomassa, no manejo de plantas espontâneas e patógenos; solos tropicais e subtropicais: matéria orgânica e ciclagem de nutrientes; implicações dos desenhos de agrossistemas na sustentabilidade ecológica, agrícola e econômica: consórcios, sistemas agroflorestais, integração lavoura pecuária e floresta; emprego de microrganismos no contexto da sustentabilidade; importância dos microrganismos nos sistemas agroecológicos: fixação biológica de nitrogênio, fungos micorrízicos e manejo de patógenos; manejo ecológico de pragas e doenças; qualidade físico-química e sensorial do alimento; alterações na composição nutricional e sensorial nos diferentes sistemas de produção. Qualidade de Alimentos Orgânicos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALTIERI, M.A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009. 117p.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 4.edição. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. 654p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEREDO, D. R. P**.; Inocuidade dos alimentos.** 2017. (1). Editora Atheneu, 352p. DUTCOSKY,
S.D. Análise sensorial de alimentos. 3 ed. Curitiba: Champagnat, 2013, 426p.

CANUTO, J.C.; **Sistemas Agroflorestais – Experiências e Reflexões**, 1 ed. BRASILIA - DF: EMBRAPA, 2018, v.1, 228 p. ISBN 978-85-7035-325-7

DUTCOSKY, S.D. **Análise sensorial de alimentos**. 3 ed. Curitiba: Champagnat, 2013.

LIMA FILHO, O. F. et al. **Adubação verde e plantas de cobertura no Brasil: fundamentos e prática**. Vol. 2. 2014. Ed. Embrapa. 512p. v. 2

NAKANO, O. **Armadilhas para Insetos: pragas agrícolas e domésticas.** 2010. Ed. Fealq, 2a ed. 80 p.

MICCOLIS, A.; PENEREIRO, F. M.; MARQUES, H. R.; VIEIRA, D. L. M.; ARCO VERDE, M.
F.; HOFFMAN, M. R.; REHDER, T.; PEREIRA, A. V. B. **Restauração Ecológica com Sistemas Agroflorestais: como conciliar conservação com produção. Opções para Cerrado e Caatinga.** Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN/Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal – ICRAF, 2016.

266 p.

11.3 EMENTÁRIO DAS UCE

2º PERÍODO		
Nome do componente:	UCE I	**Classificação:** Obrigatória
Código: UCE0022	**Avaliado por:** ☐ Nota ☐ ☒ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☐ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☒UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☐ Teórica ☐Prática ☒ Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica: 15 h/a; Prática: 45 h/a; Total: 60h/a		
EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:** a critério do docente proponente. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:** a critério do docente proponente.		

3º PERÍODO		
Nome do componente:	UCE II	**Classificação:** Obrigatória
Código: UCE0023	**Avaliado por:** ☐ Nota ☒ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☐ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☒UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☐ Teórica ☐Prática ☒ Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica: 15 h/a; Prática: 45 h/a; Total: 60h/a		
EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:** a critério do docente proponente. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:** a critério do docente proponente.		

4º PERÍODO		
Nome do componente:	UCE III	**Classificação:** Obrigatória
Código: UCE0024	**Avaliado por:** ☐ Nota ☒ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☐ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☒UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☐ Teórica ☐Prática ☒ Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica: 15 h/a; Prática: 45 h/a; Total: 60h/a		
EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:** a critério do docente proponente. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:** a critério do docente proponente.		

5º PERÍODO		
Nome do componente:	UCE IV	**Classificação:** Obrigatória
Código: UCE0025	**Avaliado por:** ☐ Nota ☒ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☐ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☒UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☐ Teórica ☐Prática ☒ Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica: 15 h/a; Prática: 45 h/a; Total: 60h/a		
EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:** a critério do docente proponente. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:** a critério do docente proponente.		

6º PERÍODO		
Nome do componente:	UCE V	**Classificação:** Obrigatória
Código:	**Avaliado por:** ☐ Nota ☒ Conceito	
Departamento de origem:	**Grupo:** ☐ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐	

DGA/FACEM	Internato ☒UCE
Pré-requisito:	
Aplicação: ☐ Teórica ☐Prática ☒ Teórico-prático	
Carga horária/Crédito: Teórica: 15 h/a; Prática: 30 h/a; Total: 45h/a	
EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:** a critério do docente proponente. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:** a critério do docente proponente.	

7º PERÍODO		
Nome do componente:	UCE VI	**Classificação:** Obrigatória
Código:	**Avaliado por:** ☐ Nota ☒ Conceito	
Departamento de origem: DGA/FACEM	**Grupo:** ☐ Disciplina ☐TCC ☐ Estágio ☐ Internato ☒UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: ☐ Teórica ☐Prática ☒ Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica: 15 h/a; Prática: 30 h/a; Total: 45h/a		
EMENTA: Unidade curricular de extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente. **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:** a critério do docente proponente. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:** a critério do docente proponente.		

12 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem dos conhecimentos, habilidades e valores, propiciados pela presente proposta pedagógica, está pautada nas estratégias e princípios estabelecidos pelo Regimento Geral da UERN, (CONSUNI/UERN), Título II, Capítulo I, Sessão VI que trata “Da Avaliação de Rendimento Escolar” (Art. 101 a 113). E na Resolução Nº 26/2017–CONSEPE-UERN, que regulamenta os Cursos de Graduação da UERN.

A avaliação, considerada parte integrante e indissociável do ato educativo,

vincula-se, necessariamente, ao processo de ensino-aprendizagem, que compreende o ensinar e o aprender nas atividades curriculares dos cursos por meio de um processo contínuo de acompanhamento do desempenho do aluno. Conforme o Regimento Geral da UERN, (CONSUNI/UERN), a verificação da aprendizagem abrange aspectos de assiduidade e aproveitamento, por disciplina individual, ao final de cada período letivo. Em cada disciplina de quatro (04) créditos devem ser feitas três avaliações parciais por período letivo e em intervalos programados; às disciplinas de dois (02) créditos, aplicam-se duas avaliações parciais.

Os instrumentos de verificação de aprendizagem, para efeito de avaliação, são trabalhos teóricos e práticos, aplicados individualmente ou em grupo, que permitam aferir o aproveitamento de cada aluno. Além desse processo contínuo de avaliação vivenciado em cada disciplina, a UERN tem um sistema de avaliação institucional semestral na plataforma do professor e na plataforma do aluno, em que são feitas autoavaliações, avaliação da turma pelo professor e avaliação do professor pela turma. A autoavaliação é um instrumento que pode possibilitar, aos cursos de graduação, identificar e diagnosticar as fragilidades e as potencialidades para, a partir dessa identificação, serem pensadas em estratégias de correção de possíveis falhas, contribuindo assim para uma reflexão sistemática e permanente do curso com relação a sua qualidade. Isso envolve aspectos referentes à formação dos discentes, às práticas docentes (conteúdos, metodologias, processos avaliativos, entre outros) e os serviços prestados pelo departamento e coordenação pedagógica. Dessa forma, os resultados podem ser utilizados como subsídios das ações de planejamento e gestão a serem desenvolvidas no âmbito do curso e da universidade.

Em um processo de avaliação contínua os docentes mensuram a evolução acadêmica do discente que deverá adaptar-se a um nível específico de cada curso. É preciso ressaltar que a autoavaliação possibilita a gerência dos próprios comportamentos, pensamentos, sentimentos, práticas e atitudes, ou seja, possibilita a autorregulação.

A autoavaliação também pode ser reconhecida como um processo de metacognição ao considerar que o discente realiza o exercício de analisar o

percurso que realizou e poder refletir sobre as suas ações. Nessa direção, a autoavaliação assume a missão de apresentar um diagnóstico que servirá de apoio no desenvolvimento de processos afirmativos, tendo a pretensão de ser um instrumento para a otimização dos processos que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão, contribuindo para o aperfeiçoamento do curso de Gestão Ambiental.

13 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS

13.1 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS

O Curso de Gestão Ambiental deu um importante passo quanto à ampliação e fortalecimento de seu quadro de docentes e técnicos. Atualmente, o departamento conta com 11 (onze) docentes efetivos, dos quais 10 (dez) são doutores e 01 (um) mestre, todos com dedicação exclusiva, desenvolvendo ações de ensino, pesquisa e extensão, bem como outras atividades relacionadas ao curso, como: chefia de departamento, coordenação de pós-graduação, orientação acadêmica, supervisão de estágio e demais funções administrativas na universidade.

Na área administrativa, o curso conta com 03 (três) técnicos administrativos no quadro permanente, com regime de 40 (quarenta) horas semanais, com ensino superior completo e pós-graduação, sendo destes, 02 (dois) destacados para o Departamento de Gestão Ambiental e 01 (um) para a Secretaria do Mestrado em Geografia, vinculado a este Departamento.

Quadro 9 - Lista de Docentes, titulação e respectivo regime de trabalho

Docentes	Titulação	Regime de trabalho*
Alfredo Marcelo Grigio	Doutorado	40 h com DE
Alexandre de Oliveira Lima	Doutorado	40 h com DE
Anne Katherine de Holanda Bezerra Rosado	Doutorado	40 h com DE
Gabriela Cemirames de Sousa Gurgel	Doutorado	40 h com DE
Márcia Regina Farias da Silva	Doutorado	40 h com DE
Maria Betânia Ribeiro Torres	Doutorado	40 h com DE
Marta Vick Postai Neta		
Raimundo Nonato do Vale Neto	Mestrado	40 h com DE
Rodrigo Guimarães de Carvalho	Doutorado	40 h com DE

Roseano Medeiros da Silva	Doutorado	40 h com DE
Welka Preston Leite Batista da Costa	Doutorado	40 h com DE
Wendson Dantas de Araújo Medeiros	Doutorado	40 h com DE

*Informar, se houver, docentes de contrato provisório.

Quadro 10 - Lista de Técnicos e titulação

Técnicos	Titulação
Diego Ezaú Pereira de Araújo	Especialização
Emanuelle Roberta da Silva Melo	Mestrado
Leonardo Gomes de Miranda	Especialização

13.2 RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS

Impende destacar que os recursos humanos e a infraestrutura indicados como necessários neste documento são apontados com a finalidade exclusiva de dar cumprimento aos requisitos exigidos no art. 40 do Regulamento de Cursos de Graduação da UERN, dependendo sua aquisição e/ou contratação futuras da observância prévia dos requisitos previstos em normas específicas e disponibilidade orçamentária.

Espera-se, para um futuro próximo, que com a realização de mais um concurso público, possamos completar o quadro docente do curso de Gestão Ambiental com a aprovação de um(a) professor(a) com formação nas Ciências Sociais e Humanas. Além disso, é de interesse do departamento a aquisição de mais um técnico administrativo para desenvolver suas atividades junto aos laboratórios de pesquisa.

Quadro 11 - Lista de Docentes, titulação e respectivo regime de trabalho

Docentes	Titulação	Regime de trabalho
Docente com formação em Gestão Ambiental, na área de Ciências Sociais e Humana	Doutor	40 horas

Quadro 12 - Lista de Técnicos e funções

Técnicos	Funções*
Técnico de Nível Superior	Técnico de laboratório de pesquisa

*Destacar quando for Técnico de Nível Médio (TNM) ou Técnico de Nível Superior (TNS) ou alguma outra informação necessária (Exemplo: Instrutor musical, Técnico de Laboratório, Técnico em Informática etc.)

13.3 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO

A capacitação docente na UERN, segundo Art.1° do Capítulo I da Resolução n.º 45/2012 - CONSEPE “tem como objetivo elevar o nível de qualificação dos professores do quadro efetivo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte com vistas a melhorar seu desempenho no desenvolvimento das atividades fins da instituição.”

Como citado anteriormente, o curso de Gestão ambiental possui um quadro efetivo de 10 (dez) doutores e 01 (um) mestre, todos com dedicação exclusiva, desenvolvendo ações de ensino, pesquisa e extensão.

Na área administrativa, o curso conta com 03 (três) técnicos administrativos no quadro permanente, com regime de 40 (quarenta) horas semanais, com ensino superior completo e pós-graduação, sendo 02 (dois) destes destacados para o Departamento de Gestão Ambiental e 01 (um) para a Secretaria do Mestrado em Geografia, vinculado a este Departamento.

Considerando a Resolução nº 59/2022 - CD/FUERN, de 1º de setembro de 2022, que define as nomenclaturas, as atribuições e os quantitativos dos Cargos Comissionados e das Funções Gratificadas da Fuern e institui os seus organogramas, revogando as Resoluções nº 06/2012-CD, 30/2014-CD, 5/2015-CD e 03/2016-CD, houve algumas alterações nos processos de capacitação para docentes e técnicos.

A partir de 1º de novembro de 2022, os processos de liberação para capacitação dos servidores docentes e técnicos administrativos da UERN passaram a ser acompanhados e geridos pelo Setor de Capacitação e Educação Profissional, do Departamento de Atenção ao Servidor da PROGEP.

A legislação que orienta os processos de liberação para capacitação é, para os docentes, a Resolução 45/2012 - CONSEPE e suas alterações realizadas pela Resolução 49/2021 - CONSEPE, e, para os técnicos administrativos, a Resolução 27/2017 - CONSEPE. Reitera-se que as referidas resoluções estão em processo de atualização, para se adequarem ao novo organograma institucional.

Assim, em atendimento à Resolução nº 59/2022 - CD/FUERN, mesmo antes da atualização formal das normas acima descritas, as atribuições da Pró-Reitoria de

Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEG nos processos de liberação, presentes nas referidas resoluções, passaram a ser de responsabilidade da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP a partir do dia 1º de novembro de 2022.

Além disso, os processos referentes às bolsas de pós-graduação, antes geridos pelo Departamento de Capacitação/PROPEG, passaram a ser geridos pelo Setor de Bolsas, do Departamento de Cursos *Stricto Sensu* da PROPEG, a partir de 1º de novembro de 2022.

14 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL E NECESSÁRIA

Impende destacar que os recursos humanos e a infraestrutura indicados como necessários neste documento são apontados com a finalidade exclusiva de dar cumprimento aos requisitos exigidos no art. 40 do Regulamento de Cursos de Graduação da UERN, dependendo sua aquisição e/ou contratação futuras da observância prévia dos requisitos previstos em normas específicas e disponibilidade orçamentária.

14.1 ADMINISTRATIVO

14.1.1. ESTRUTURA ACADÊMICA

A Universidade está estruturada em unidades universitárias, denominadas faculdades, e em departamentos acadêmicos a elas subordinados.

A Faculdade de Ciências Econômicas (FACEM) abrange os cursos e departamentos de Administração (DAD), Turismo (DETUR), Gestão Ambiental (DGA), Economia (DEC) e Ciências Contábeis (DCC).

Integram ainda, esta estrutura, os Núcleos Avançados de Educação Superior, os quais estão vinculados às unidades universitárias e departamentos acadêmicos responsáveis pelos cursos ofertados nos respectivos núcleos.

As faculdades são unidades universitárias de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, desempenhando, através de seus órgãos, funções deliberativas e executivas. Cada faculdade é dirigida por um diretor, auxiliado por um vice-diretor, com mandato de 4 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução.

O departamento acadêmico é o órgão deliberativo e executivo de atividades didático-científicas e de administração no âmbito de sua atuação, com suporte de recursos humanos, materiais e financeiros. Cada departamento acadêmico compreende áreas de conhecimento aglutinador, de eixos temáticos do conjunto de disciplinas afins e de linhas de pesquisa. Congrega docentes para objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão, de modo a atender, dentro de sua área, a todos os cursos da UERN. Cada departamento é administrado por um chefe, auxiliado por um subchefe, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

Cada Campus Avançado é dirigido por seu diretor e vice--diretor, eleitos em conformidade com os ordenamentos jurídicos vigentes e nomeados pelo Reitor, os quais exercerão a coordenação das atividades da supervisão acadêmica e administrativa dos Departamentos e a condução das ações pertinentes às solenidades de colação de grau dos alunos concluintes. Cada curso dos Campi Avançados tem um coordenador e um vice-coordenador, eleitos entre os professores para um mandato de 2 (dois) anos e nomeados pelo Reitor.

Cada Núcleo Avançado de Educação Superior é dirigido por um Coordenador Administrativo, de maneira que cada curso conta, ainda, com a figura do Coordenador Pedagógico responsável pela orientação e acompanhamento das

atividades pedagógicas do curso. O Coordenador Administrativo é indicado e nomeado pelo Reitor e o Coordenador Pedagógico é indicado pelo departamento ao qual o curso está ligado e nomeado pelo Reitor.

A atuação universitária da UERN abrange o ensino, a pesquisa e a extensão que constituem atividades fins e indissociáveis.

O ensino na UERN, de natureza acadêmica e profissional, tem, por objetivo, estimular a pesquisa científica, a criação e difusão da cultura e a formação de diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte e da região, e é desenvolvido nas seguintes modalidades:

> I -- **GRADUAÇÃO** -- abertos à matrícula de candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo (ENEM/SISU, PSVO, PSVNI);
> II -- **PÓS-GRADUAÇÃO -- *Stricto Sensu*** -- em nível de mestrado e doutorado, abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação e que preencham as condições prescritas em cada caso;
> III -- **PÓS-GRADUAÇÃO -- *Lato Sensu*** -- em nível de especialização e aperfeiçoamento, abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação ou que apresentem títulos equivalentes;
> IV -- **ATUALIZAÇÃO, EXTENSÃO E OUTROS** -- abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos.

14.1.2. ESTRUTURA DE BIBLIOTECAS

O Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB), composto pela Biblioteca Central e mais sete Bibliotecas Setoriais e as Edições UERN, é um órgão suplementar da UERN ligado à Reitoria e presente em todos os campi e tem como objetivos organizar, preservar e disseminar a informação para a produção do conhecimento na Universidade.

Em todas as suas unidades, o SIB conta com acervo físico geral (livros, publicações periódicas, monografias e dissertações, materiais multimídia e outras fontes de informação), bem como com ambiente climatizado com wi-fi para estudo (individual e coletivo), espaço com acesso à pesquisa (base de dados, periódico

capes, scielo...), com serviços de consulta/ empréstimos/ reserva de materiais bibliográficos, orientações às normas da ABNT para trabalhos acadêmicos, pesquisa do Portal Capes, uso dos gerenciadores (Zotero, More), Plágio nas publicações acadêmicas, visita orientada, ficha catalográfica, eventos/projetos de incentivo à leitura e uso do espaço biblioteca, divulgação de informações/ferramentas para auxílio à pesquisa nas redes sociais e outros serviços.

O Sistema de Bibliotecas da UERN conta hoje com um acervo de 105.942 títulos e 176.117 exemplares, divididos em livros, periódicos, monografias, dissertações, teses e dvd e cd-rom e a Biblioteca Virtual da Pearson, formada por um acervo de 14.808 ebooks de grandes autores nacionais e internacionais.

PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Há um plano de atualização do acervo, em consonância com as referências bibliográficas contidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), porém não está descrito no PDI.

A atualização do acervo físico ocorre por meio de doação, compra ou permuta de material bibliográfico.

Sobre a doação, qualquer pessoa pode doar material bibliográfico para as bibliotecas. A doação passará por análise que vise aos interesses da comunidade acadêmica, tais como: atender atividades de ensino, pesquisa e extensão da UERN; atender às bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação e programas de pós-graduação da UERN; considerar autoridade, editor e atualidade dos materiais; verificar demanda de uso; cobertura, relevância e interesse, devendo considerar também as coleções existentes na biblioteca; número de usuário potencial; observar condições físicas do material (estado de conservação, rasura, grifos em excesso, mutilação e contaminação por microorganismos). Além disso, comumente a biblioteca lança campanha de doações de materiais bibliográficos para as pessoas que estão em atraso com a biblioteca, estimulando, assim, a atualização do acervo.

A compra de material bibliográfico é feita de acordo com o ementário bibliográfico dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, orientado pelos

elementos contidos no Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação Presencial e a Distância do MEC e programas de pós-graduação da UERN. Na aquisição de materiais bibliográficos, têm prioridade os cursos em reconhecimento ou em renovação de reconhecimento. A biblioteca solicita, anualmente, a abertura de processo licitatório junto à Pró-Reitoria de Administração – PROAD/UERN. Posteriormente, publica edital para que os professores, chefes de departamentos/coordenadores de cursos e coordenadores de programas de pós-graduação possam indicar os materiais bibliográficos a serem adquiridos.

Quanto à permuta, ocorre quando a biblioteca transfere o material bibliográfico recebido por doação para outra biblioteca setorial, em virtude das áreas de conhecimento que atendem os cursos presentes nos campi, grande número de exemplares, etc.

Em relação à Biblioteca Virtual da Pearson, de acordo com site (https://hed.pearson.com.br/blog/plataformas-de-aprendizagem/conheca-o-acervo-da-biblioteca-virtual-da-pearson), a Plataforma está disponível para toda a comunidade UERN (discentes, docentes e técnicos administrativos). Com um acervo de 14808 títulos disponíveis nas mais variadas áreas de conhecimento, com opções de leitura on-line e off-line, o usuário ainda conta com diversas ferramentas para auxiliar a leitura como: marcação de páginas, anotações, cartões de estudo, ajuste de fonte e modo de leitura (visão), audiobook (audição) dentre outras. O usuário também pode criar listas de leitura e configurar metas de leitura. Além disso, a atualização desse acervo é realizada semanalmente levando-se em conta a relevância das obras para os currículos e, ainda, o acesso a itens culturais para proporcionar uma formação ainda mais completa e qualificada aos estudantes das instituições de ensino.

Abaixo, seguem os números dos processos via SEI sobre a contratação do acervo digital, e sobre a aquisição de material bibliográfico físico nos anos de 2021 e 2022.

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS:

Processo SEI de contratação de acervo digital nº 04410029.001705/2021-42;

Processo SEI de contratação de aquisição bibliográfica em 2022 nº

04410029.000237/2022-70;

Processo SEI de contratação de aquisição bibliográfica em 2021 nº 04410029.000729/2021-84;

Processo SEI de contratação de aquisição bibliográfica em 2022 nº 04410029.000237/2022-70.

Quadro 13 - Aquisição de material bibliográfico de 2017 a 2022.

ANO	LIVROS ADQUIRIDOS	VALOR INVESTIDO R$
2017	403	41.332,01
2018	228	16.609,00
2019	0	0*
2020	1.746	197.109,34
2021	1.698	189.515,98
2022**	2.328	348.732,17
TOTAL	**6.602**	**793.298,50**

Fonte: SIABI (Sistema de Automação de Bibliotecas Arquivos), dez. 2022
*Em 2019 não foi aprovado orçamento, não havendo, por isso, compras de materiais bibliográficos.

BIBLIOTECA CENTRAL

Localizada no Campus Central em Mossoró, é a sede administrativa do SIB e abrange um espaço de 1.731,50 m², divididos em dois blocos.

O primeiro bloco conta com três cabines de almoxarifado; copa; Direção; Secretaria; Setor de Educação de Usuários; Setor Processo Técnico e Setor Seleção e Aquisição. Também nesse bloco há uma sala ampla de estudo individual e a sala de periódico (esta última em reforma) e seis banheiros.

No segundo bloco temos o Setor de Circulação e Referência: o espaço de recepção e atendimento; uma sala de estudo coletivo; sala do acervo, que inclui um ambiente amplo para pesquisas e estudos individuais; dois banheiros.

O acervo da Biblioteca Central é composto por 52.916 títulos e 89.487 exemplares, divididos em livros, periódicos, monografias, dissertações, teses e dvd e cd-rom.

Quadro 14 - Mobília e Equipamentos BC

MOBÍLIA/EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
Birôs	24
Cadeiras	200 (167 usuários)
Mesas	38 (34 de estudo)

Guarda volume	02 (48 nichos)
Balcão de atendimento	02
Armários	12
Arquivo	02
Cabine de estudo	10
Bebedouro	04
Impressora	02
Ar-condicionado	16
Computadores	15 (4 para consulta/pesquisa)

Fonte: SIB, 2022

ACERVO DE GESTÃO AMBIENTAL

De acordo com o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIABI), a Biblioteca Central Reitor Pe. Sátiro Cavalcanti Dantas adquiriu 113 (cento e treze) obras pertinentes à área de Gestão Ambiental, todas no ano de 2022. Além destas, 74 (setenta e quatro) obras físicas pertinentes à área de Gestão Ambiental haviam sido adquiridas no ano de 2016.

14.2 SALAS DE AULA

O curso de Gestão Ambiental dispõe de 05 (cinco) salas de aula voltadas às atividades didático pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão da graduação. Todas as salas de aula estão localizadas no novo bloco de salas da Faculdade de Ciências Econômicas (FACEM), sendo cada uma delas equipada com 02 (dois) aparelhos de ar condicionado e 01 (um) data show.

14.3 LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS

Além das salas de aula, o curso de Gestão Ambiental também dispõe de 06 (seis) laboratórios:

a) Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Sociedade, Ambiente e Educação - LABEA.

Criado em 2013, a partir da necessidade de um espaço de identidade da Educação Ambiental dentro do Departamento de Gestão Ambiental/FACEM. Esta necessidade estava alicerçada nos projetos de pesquisa e extensão na temática da Educação Ambiental e das disciplinas concernentes à área temática. Mais recentemente, foi visto que a relação sociedade, educação e ambiente caberia mais

na nomenclatura do LABEA devido à sua abrangência no desenvolvimento de suas atividades científicas.

O LABEA conta com a seguinte infraestrutura: 2 (dois) computadores; 2 (duas) impressoras a laser; 1 (um) Data Show/Projetor Epson; 1 (um) Gelagua/bebedouro Master Frio; 1 (uma) Caixa de som (pequena) Multilaser; 1 (um) ar-condicionado; 5 (cinco) mesas/birôs; 2 (dois) armários; 2 (duas) cadeiras.

b) Laboratório de Tecnologias Sociais e Convivência com o Semiárido LABTEC-SEMIÁRIDO.

O Laboratório de Tecnologias Sociais para Convivência com o Semiárido (LABTECSemiárido) tem, como propósito central, constituir-se num espaço destinado a realização de estudos e pesquisas relacionados a implantação e avaliação de tecnologias sociais para convivência com o Semiárido e Construção da Agroecologia. Nesse contexto, o LABTECSemiárido tem os seguintes objetivos: Estreitar relações com instituições públicas, empresas e ONG´S com atuação na região e que trabalhem com essa temática do semiárido e do bioma Caatinga; fortalecer a temática da convivência com semiárido e da Agroecologia na UERN, e com isso, constituir se num espaço para aprendizado institucional sobre tecnologias ambientais sustentáveis para o semiárido; captar fundos para realização de pesquisas sobre a temática da convivência; construir parceria com instituições públicas, com reconhecida competência na área da pesquisa sobre tecnologias sociais para convivência com o semiárido.

O LABTEC-SEMIÁRIDO dispõe dos seguintes equipamentos: 01 (uma) central de ar de 18.000 BTUs; 01 (um) Gelágua; 02 (duas) mesas para computador; 02 (duas) cadeiras de escritório; 01 (um) Armário; 01 (um) bancada de alvenaria para serviços gerais.

c) Laboratório de Ecologia Aplicada - LEA.

Criado com o objetivo de desenvolver programas e projetos relativos à

ecologia aplicada, sobretudo, em temáticas como: planejamento e gestão de recursos naturais, gestão de resíduos sólidos, vulnerabilidade socioambiental, bem como estudos que relacionem as interfaces ambiente, sociedade (populações tradicionais, biodiversidade, etnoconhecimento, segurança alimentar, educação ambiental, turismo rural e de base comunitária, sustentabilidade socioambiental) e políticas públicas ambientais.

Dispõe dos seguintes equipamentos: 1 Central de Ar de 18.000 BTUs; 1 Gelágua; 03 Computadores Desktop. 2 Nootbooks, 04 mesas para computador, 1 mesa de reunião, 2 Armários; 3 nobreaks; 1 Máquina Fotográfica Digital semi profissional; 1 Impressoras Laser Color HP CP 1025; 1 Impressora Laser P&B; Acervo de Livros com 150 títulos; 01 estante; 02 prateleiras; 02 projetores de multimídia.

d) Laboratório de Estudos Costeiros e Áreas Protegidas - LECAP.

O LECAP foi criado para atender a um conjunto de projetos de pesquisa e extensão direcionados à análise ambiental integrada de ambientes de exceção, vulneráveis e com perfil para a preservação e/ou uso sustentável. Apesar de o foco dos estudos e serviços se concentrar no ambiente litorâneo, o LECAP também atua com pesquisas e projetos de extensão voltados à criação e gestão de unidades de conservação no Bioma Caatinga e em ambientes serranos.

O LECAP dispõe dos seguintes equipamentos: 02 (duas) Centrais de Ar de 18.000 BTUs; 01 (um) Gelágua; 05 (cinco) Computadores Desktop; 02 (dois) Notebooks; 03 (três) tablets; 14 (catorze) mesas para computador; 01 (uma) mesa de reunião; 05 (cinco) Armários; 04 (quatro) nobreaks; 01 (uma) Máquina Fotográfica Digital Profissional Nicom 3200; 01 (uma) Máquina fotográfica semi profissional; 03 (três) GPS Garmim Etrex; 03 (três) Impressoras Laser Color HP CP 1025; 01 (uma) Impressora Laser P&B; 01 (uma) Impressora HP A3 Officejet 7110; 08 (oito) Termohigrômetros Digitais Data Loggers; 06 (seis) Pluviômetros Digitais; 08 (oito) Pluviômetros analógicos; 06 (seis) Tripés de apoio; 05 (cinco) Data Shows; Acervo de Livros com 100 títulos; Acervo de Imagens de Satélite; 02 (dois) projetores de

multimídia.

e) Núcleo de Estudos Socioambientais e Territoriais - NESAT.

O NESAT nasce com o objetivo de desenvolver estudos e pesquisas que possam contribuir para a observação permanente das transformações no âmbito das sociedades modernas e de como isso incide no Rio Grande do Norte, em particular no município de Mossoró e região. Ele é fruto da institucionalização de uma parceria entre o Núcleo Avançado de Políticas Públicas (NAPP/UFRN) e a Rede Observatório das Metrópoles.

O NESAT dispõe dos seguintes equipamentos: 01 (uma) central de ar de 18.000 BTUs; 01 (um) Gelágua; 03 (três) Computadores Desktop; 02 (dois) Notebooks; 04 (quatro) mesas para computador; 01 (uma) mesa de reunião; 02 (dois) Armários; 03 (três) nobreaks; 01 (uma) Máquina Fotográfica Digital semi profissional; 01 (uma) Impressora Laser Color HP CP 1025; 01 (uma) Impressora Laser P&B; Acervo de Livros com 150 títulos; 01 (uma) estante; 02 (duas) prateleiras; 02 (dois) projetores de multimídia.

f) Laboratório de Estudos e Pesquisa em Agroecologia e Meio Ambiente- LEPAMA.

O Laboratório de Estudos e Pesquisas em Agroecologia e Meio Ambiente - LEPAMA é formado por uma equipe de professores pesquisadores, bolsistas e alunos em geral de cursos de Graduação em Gestão Ambiental. As principais atribuições do grupo envolvido nesse projeto referem-se à extensão, produção acadêmico-científica de trabalhos relacionados ao planejamento e desenvolvimento da agroecologia local e regional, na perspectiva socioambiental.

Este laboratório representa a possibilidade de preencher uma lacuna existente entre as comunidades rurais e empresas privadas, para aplicação de metodologias em gestão ambiental de qualidade e, nesse sentido, incentivar a participação de professores e alunos em cursos, exposições e palestras para a comunidade, viabilizando atividades extracurriculares relacionadas ao tripé Ensino, Pesquisa e

Extensão.

Servirá como referência na orientação de monografias de graduação, dissertações e teses de pós-graduação, livros e periódicos científicos, sendo aberto para a consulta a todos que tenham interesse na área dos estudos agrários e ambientais.

O LEPAMA dispõe dos seguintes equipamentos: 01 (uma) central de ar de 18.000 BTUs; 01 (um) Gelágua; 03 (três) mesas para computador; 03 (três) cadeiras de escritório; 01 (um) Armário; 01 (um) bancada de alvenaria para serviços gerais, um computador de mesa.

14.4 OUTROS ESPAÇOS

a) Sala da Secretaria do Departamento de Gestão Ambiental

O Departamento de Gestão Ambiental consiste em uma sala de aproximadamente 50 m², divididos em 04 (quatro) espaços, quais sejam: 01 (uma) sala voltada às atividades de secretaria, 01 (uma) sala destinada à Chefia do Departamento, 01 (uma) sala para reuniões e 01 (uma) sala para orientação pedagógica.

Em relação aos equipamentos, o Departamento dispõe de 01 (um) balcão de madeira, 10 (dez) mesas, 10 (dez) cadeiras de plástico brancas, 03 (três) cadeiras acolchoadas azuis, 04 (quatro) cadeiras de plástico azuis, 01 (uma) cadeira de madeira e palha, 04 (quatro) armários cinzas, 01 (uma) estante de ferro marrom, 04 (quatro) monitores de computador, 04 (quatro) CPU, 03 (três) estabilizadores, 01 (um) data show em bom funcionamento, 04 (quatro) teclados de computador, 01 (uma) impressora, 01 (um) gelágua, 02 (dois) aparelhos de ar condicionado.

b) Sala de Pós-graduação em Geografia (Mestrado)

O Programa de Mestrado em Geografia, vinculado ao Departamento de Gestão Ambiental, conta com uma sala destinada à secretaria e uma sala de aula. Possui os seguintes equipamentos: um computador, um gelágua, um armário, cinco cadeiras acolchoadas, cinco cadeiras plásticas e duas bancadas.

c) Laboratório de Informática

O laboratório de informática pertencente à Faculdade de Ciências Econômicas possui 19 (dezenove) computadores com acesso à internet.

d) Empresa Júnior do Curso de Gestão Ambiental

Os discentes do curso de Gestão Ambiental criaram, em 2017, a Atúa Consultoria de Gestão Ambiental, Empresa Júnior do curso. A sede funciona, atualmente, em uma sala compartilhada com a Empresa Júnior do curso de Economia, também da FACEM. Dispõe dos seguintes equipamentos: 02 (dois) computadores, 02 (duas) mesas, 02 (dois) geláguas, 01 (um) armário, 03 (três) cadeiras e 01 (um) ventilador.

e) Espaços de Convivência

Para além dos espaços anteriormente descritos, a Faculdade de Ciências Econômicas (FACEM) também dispõe de espaços voltados à convivência interpessoal, entre os quais destacamos as praças e a sala de descanso dos discentes.

A FACEM possui 04 (quatro) praças de convivência. Estes espaços possuem iluminação adequada, arborização e acessibilidade para pessoas com deficiência física.

Ademais, a Faculdade disponibilizou uma sala reservada aos discentes, com o objetivo de dar suporte aos alunos que necessitam ficar na universidade por mais de um turno. A sala possui ar-condicionado, mesas, cadeiras e colchonetes.

Por fim, ainda no âmbito do apoio à comunidade acadêmica, a UERN dispõe de Restaurante Popular que fica no Centro de Convivência do Campus Central, servindo atualmente mais de 1 mil refeições diárias, incluindo café da manhã, almoço e jantar, para alunos, técnicos, professores, funcionários e também o público externo.

15 METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA CONSECUÇÃO DO PROJETO

Em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais propostas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental (PPCGA) trata se de um documento norteador na construção e

organização das práticas pedagógicas a serem executadas para a condução do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, da Faculdade de Ciências Econômicas (FACEM), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), estando alinhado, em seus diversos aspectos, com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) desta Universidade.

O Projeto Pedagógico de Curso se afirma como um exemplo de avanço significativo no que se refere às práticas de planejamento dentro da UERN, contribuindo com a intensidade e a qualidade da interlocução acadêmica entre atores importantes da instituição, além de resultados de ações mais efetivos. Trata se de um documento público, estando acessível a quem tiver interesse em consulta-lo.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UERN (PDI) 2016 2026 (2016, p.48)

> O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) expressa uma visão do mundo contemporâneo e do papel da educação superior em face da nova conjuntura globalizada e tecnológica, ao mesmo tempo em que explicita, de modo abrangente, o papel da IES e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, como componentes essenciais para a formação crítica do cidadão e do futuro profissional, na busca da articulação entre o real e o desejável.

O PDI da UERN (2016, p. 48) esclarece ainda que

> O PPI, por se tratar de um documento articulado com o PDI e pela sua natureza voltada para o rumo pedagógico que a instituição quer assumir, trabalha especificamente com a dimensão acadêmica em três subdivisões: ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, define as diretrizes pedagógicas da Universidade, explicitando a identidade institucional que se reflete nas atividades acadêmicas.

Além do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), alguns documentos norteadores estabelecem um referencial normativo e legislativo que orienta e dá suporte ao processo de consecução do PPCGA.

A Constituição da República Federativa do Brasil traz, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

qualificação para o trabalho. Em seguida, o artigo 206 trata dos princípios basilares do ensino, como a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Nessa direção, o PPCGA é guiado no sentido de trabalhar incorporar, ao ensino, um forte estímulo à criatividade do aluno, necessária a um comportamento de desafio em face do conhecimento e do aprendizado, e que pode ser traduzido na fórmula aprender a aprender. Ainda, segue os princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência dos estudantes no curso, assim como a garantia de qualidade do ensino.

Um outro documento norteador na consecução do projeto é a Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em relação ao seu Capítulo IV, nos capítulos 43 a 57, que tratam da Educação Superior, fazem se alguns destaques que são claramente direcionadores na proposta do PPCGA, como ao trazer, dentre suas finalidades, o estímulo à criação cultural, desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Particularmente no que se refere ao último aspecto citado, o PPCGA é delineado no sentido de impulsionar o tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão, assim como garantir a sua indissociabilidade, buscando sempre garantir o desenvolvimento de atividades que alcancem a comunidade que se encontra além dos muros da universidade, fortalecendo as discussões emergentes na atualidade.

Seguindo, ainda, as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), que é a Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, a construção do PPCGA se dá no sentido de superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da

cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; a contínua melhoria da qualidade da educação e a formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.

A cidadania é sempre histórica e concreta e o seu pleno exercício, portanto, pressupõe a posse de um grande arsenal de conhecimentos, de competências e habilidades.

O aluno de Gestão Ambiental, com autonomia para forjar seu aprendizado e convicto da consciência de uma formação continuada, estará capacitado para buscar, de variadas formas e em vários momentos e contextos, os conhecimentos para sua formação.

As diretrizes curriculares nacionais para os cursos superiores também servem de base para a elaboração dos PPC's, sendo referência para as Instituições de Ensino Superior na organização e construção de seus programas.

As orientações para o desenvolvimento das diretrizes curriculares nacionais preveem que sejam abordados, para cada curso, o perfil desejado do formando, as competências e habilidades desejadas, os conteúdos curriculares, assim como estágios e atividades complementares.

Dentre as orientações, identifica se como desafio, de uma maneira geral, uma disposição dos conteúdos de modo que se tenha uma estruturação modular dos cursos. No entanto, a busca constante da prática da multi, inter e transdisciplinaridade apresenta se como uma maneira de buscar vencer essa limitação.

Outro documento que está na origem da construção do PPCGA é a Lei Nº 9.795, de 27 de Abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental. Esta, em seu artigo 1º, afirma que a educação ambiental refere se aos processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, conceitos referência na formação do Gestor Ambiental.

Internamente, o PPCGA alinha se com a Resolução Nº 26/2017 CONSEPE,

que aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN.

A reformulação do PPCGA, neste momento, representa um processo coletivo de trabalho e, dessa forma, buscou se garantir, durante o processo, a participação de toda a comunidade acadêmica, como docentes, discentes e servidores técnicos administrativos.

Realizou se um levantamento e esquematização de diversas informações referentes ao curso, como o histórico, a justificativa da oferta do curso, apresentando a sua necessidade social, comprovando a demanda existente (com base em dados socioeconômicos e ambientais da região), provável influência da atuação dos profissionais egressos, assim como as relações e compromissos com a sociedade.

Além disso, destaca se que a proposta de reforma curricular ocorreu de acordo com modificações decorrentes da experiência e da dinâmica pedagógica do curso durante os anos de sua existência, assim como outras mudanças ocorridas, como o novo perfil dos docentes e o redirecionamento da grade curricular, advindos da dinâmica da gestão ambiental na sociedade e no mercado de trabalho.

É apresentado e descrito o conjunto de componentes curriculares do curso, bem como das demais atividades acadêmicas necessárias para a formação do profissional desejado.

Apresentam se o perfil do ingressante e o perfil pretendido para o egresso, com indicação das competências e habilidade a serem desenvolvidas ao longo do curso, articulando com as demandas locais, regionais e do mundo do trabalho.

São destacados, durante a construção, os princípios filosóficos e pedagógicos que fundamentam o curso, a fim de apontar a importância não só dos fundamentos teóricos metodológicos, como os valores humanos.

Cabe ressaltar ainda que, para a reformulação do PPCGA, foram realizadas diversas reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE), com a assessoria da Pró Reitoria de Ensino de Graduação PROEG. Além disso, foi realizado um levantamento de informações junto aos órgãos internos da UERN, pesquisa com egressos do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, entre outros, com o objetivo de fazer ajustes necessários à estrutura curricular do curso e apresentar as novas dinâmicas decorrentes dos processos recentes de ensino, pesquisa e

extensão.

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, ora apresentado, pretende abordar conteúdos e práticas que atendam à necessidade de implantação de uma nova ética socioambiental, comprometida com um modelo de desenvolvimento sustentável, com a capacidade e potencialidades da região onde está localizado e, assim, contribuir para a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa.

16 POLÍTICAS DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

16.1 POLÍTICA DE GESTÃO

16.1.1 NÍVEL SUPERIOR

I - Dos Colegiados Superiores

a) **Conselho Universitário (CONSUNI)**: órgão máximo de função consultiva, deliberativa e normativa de administração e política universitária. É competência do CONSUNI estabelecer normas relativas à organização geral da universidade e deliberar sobre assuntos afetos a elas. Toda matéria relativa ao Estatuto e ao Regimento Geral da Universidade insere-se na competência do CONSUNI. Decisões sobre eleições, criação e extinção de cursos, de unidades acadêmicas e administrativas, concessão de títulos honoríficos e adoção de políticas acadêmicas são normatizados no âmbito do CONSUNI. É também o CONSUNI quem julga, como última instância, os recursos impetrados contra atos de alguma autoridade universitária.

O CONSUNI é formado pelo reitor, vice-reitor, reitor anterior, pró-reitores, diretores de faculdades e campi avançados, representantes do corpo docente (incluindo o presidente do sindicato), representantes do corpo técnico administrativo (incluindo o presidente do sindicato), representantes do corpo discente (incluindo o presidente do DCE) e representantes da comunidade;

b) **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)**: órgão consultivo deliberativo e normativo da Universidade em matéria de ensino, pesquisa e extensão. O CONSEPE é o conselho encarregado de normatizar e julgar todas as questões relativas aos conteúdos e à gestão do ensino, da pesquisa e da extensão.

Daí, a aprovação e a modificação dos projetos pedagógicos de cursos, das normas relativas à gestão da pesquisa e da extensão e o acompanhamento das ações daí derivadas situam-se no âmbito de competência do CONSEPE.

O CONSEPE é composto pelo reitor, vice-reitor, pró-reitores, um representante docente de cada faculdade e campus avançado e representantes do corpo discente.

II - Da Reitoria

A **Reitoria** é o órgão executivo central da administração superior, sendo exercida pelo Reitor e, em seus impedimentos e ausências, pelo Vice-reitor. Integram a Reitoria:

a) **Pró-Reitorias**: órgãos auxiliares de direção superior que propõem, superintendem e supervisionam as atividades em suas respectivas áreas. São as seguintes: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPEG), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE);

b) **Assessorias**: diretamente subordinadas ao Gabinete do Reitor, possuem atribuição de assessoramento superior em matéria de planejamento, comunicação social, avaliação institucional, assuntos jurídicos, internacionais, pedagógicos e científicos;

c) **Órgãos Suplementares, Administrativos, Comissões Permanentes e Diretorias Técnicas**:

1) Os Órgãos Administrativos, com atribuição de coordenação de atividade-meio, fornecem apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

2) Os Órgãos Suplementares, com atribuições de natureza técnico-didático-administrativa, são destinados à coordenação de atividades de ensino, pesquisa e extensão e prestação de serviços;

3) As Comissões Permanentes, com atribuições e constituição específicas, são definidas no Regimento Geral da UERN.

III – Assembleia Universitária

A Assembleia Universitária (não deliberativa) é a reunião da comunidade

universitária constituída pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo.

16.1.2. NÍVEL DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I - Órgãos Deliberativos

a) **Conselho Acadêmico Administrativo**: órgão máximo deliberativo e consultivo da unidade em matéria acadêmica e administrativa;

b) **Plenária dos Departamentos**: órgão deliberativo em matéria didático científica e administrativa no âmbito de atuação do departamento.

II - Órgãos Executivos

a) **Diretoria de Faculdade**;

b) **Chefia de Departamento**.

A política de gestão do curso segue os mesmos padrões da política de gestão institucional da UERN, definidas no seu Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2017-2027 e na Resolução nº 19/2019 CONSUNI, de 10 de setembro de 2019, que aprovou o Estatuto da UERN. Baseia-se, portanto, nos princípios da democracia interna e da gestão colegiada e participativa.

O departamento acadêmico de Gestão Ambiental está vinculado à Faculdade de Ciências Econômicas (FACEM), que possui um Conselho Acadêmico Administrativo (CONSAD) formado pelo Diretor da Unidade Universitária, pelo seu vice-diretor e pelos professores lotados nos departamentos da Unidade Universitária.

A gestão do departamento é delegada a um chefe e um subchefe, eleitos na forma do Estatuto e Regimento Geral da UERN e nomeados pelo Reitor para um mandato de dois anos, sendo permitida uma reeleição.

O curso, por sua vez, possui um colegiado formado pelo chefe do departamento, pelos professores lotados no departamento, por representantes dos técnicos administrativos na proporção de 1/5 dos professores do quadro permanente e por representantes discentes, também na proporção de 1/5 dos professores efetivos.

A gestão do departamento atua incentivando e implementando as ações planejadas, debatidas e deliberadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias do colegiado, de modo a manter e fortalecer as políticas de ensino, pesquisa e extensão do curso.

Um aspecto importante é a realização de planejamentos semestrais buscando a integração entre disciplinas comuns e afins, de modo a fortalecer a prática

interdisciplinar no curso. Nesse sentido, as discussões e aprovações dos Programas Gerais de Componentes Curriculares (PGCCs), durante as semanas pedagógicas, envolvem a integração de atividades como aulas teóricas, práticas, visitas técnicas e aulas de campo, oficinas, palestras, atividades de laboratórios e eventos diversos.

No sentido do processo formativo, a política de ensino do Curso de Gestão Ambiental busca desenvolver, junto com o corpo docente e discente, uma perspectiva crítica da realidade socioambiental do planeta, do país e do Nordeste brasileiro, no sentido de que a compreensão da problemática socioambiental possibilite a busca de soluções por meio de tecnologias ambientais socialmente justas.

16.1.2 Núcleo Docente Estruturante –NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental do Campus Central da UERN é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Gestão Ambiental e tem, por finalidade, a implantação do mesmo.

Ele é composto por professores que queiram se dedicar à consecução desses objetivos, especialmente aqueles com titulação em nível de pós-graduação, contratados em regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação integral ao curso e com experiência docente na instituição e em outras instituições.

Atualmente, compõem o Núcleo Docente Estruturante NDE do curso de Gestão Ambiental os seguintes docentes: Roseano Medeiros da Silva (coordenador), Alfredo Marcelo Grigio, Gabriela Cemirames de Sousa Gurgel, Márcia Regina Farias da Silva, Maria Betânia Ribeiro Torres e Welka Preston Leite Batista da Costa.

Dentre suas atribuições, destacam se: elaborar o Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos; Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso; atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso; Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para aprovação no Departamento de Gestão Ambiental DGA, sempre que necessário; supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo DGA; analisar e avaliar os Programas Gerais das Disciplinas (PGDs) dos componentes curriculares; promover

a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico; acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao DGA a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

O NDE do Curso de Gestão Ambiental se reúne quinzenalmente com o fim de avaliar as políticas de ensino do curso, debater processos avaliativos, planejar ações pedagógicas, revisar a estrutura curricular do curso, entre outros assuntos que surgem e necessitam de sua atenção.

Nesse aspecto, vale ressaltar que, durante as últimas reuniões do grupo, foram debatidos vários pontos de pauta, com especial atenção ao processo de renovação do reconhecimento do curso, com ventilação das possibilidades de oferta de um mestrado profissional e de um curso de tecnólogo, objetivando diminuir a evasão discente, e a atualização da matriz curricular com vistas a atender as novas configurações de mercado de trabalho bem como também o novo cenário mundial, nacional, e local no tocante às políticas socioambientais.

16.1.2 Comissão Setorial de Avaliação COSE

A Comissão Setorial de Avaliação - COSE, enquanto comissão setorial de cursos, cumpre o papel de mediadora entre a Comissão Própria de Avaliação CPA e as instâncias pedagógicas do curso de que participa. Para a CPA, a COSE a mantém informada dos diagnósticos de infraestrutura do curso e para as instâncias pedagógicas, como o NDE e o Departamento, a COSE fomenta discussões e proposições em prol da melhoria dos indicadores didático pedagógicos, diagnosticados por meio dos Questionários online respondidos por professores e alunos. Essa dinâmica envolve um olhar investigativo e analítico diante do que se observa nos dados diagnosticados, possibilitando a COSE uma atuação indispensável no processo de melhoria e qualidade das atividades fins da formação.

Atualmente, a COSE é composta pelos docentes Anne Katherine de Holanda Bezerra Rosado, Welka Preston Leite Batista da Costa e pela técnica administrativa Emanuelle Roberta da Silva Melo.

16.2 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO

A política de avaliação do curso de Gestão Ambiental acompanha a política

de avaliação institucional da UERN, e esta segue os parâmetros definidos pelo atual sistema nacional, denominado de SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Esse sistema tem, por objetivo maior, traçar um panorama da qualidade dos cursos e Instituições de Educação Superior no país e é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, sob todos os aspectos relativos a ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, desempenho dos alunos, gestão da instituição, corpo docente e infraestrutura, dentre outros aspectos.

Esta avaliação institucional integra dois momentos complementares: a avaliação interna e a externa. A avaliação interna é um instrumento que visa à melhoria da qualidade e relevância das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e a avaliação externa, insere-se como parte de uma política do Estado responsável pela avaliação do ensino público superior no Estado do Rio Grande do Norte, que formula e/ou executa o processo de avaliação externa e regulatória.

A avaliação interna se dá através de Autoavaliação, entendida como processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), e avaliado pela Comissão Setorial de Avaliação (COSE). Esta comissão é responsável por gerar, como produto, um relatório com diagnóstico parcial das condições de ensino do Curso de Graduação em Gestão Ambiental, ofertado no Campus Central, Mossoró RN. Este conjunto de dados e informações retratam aspectos importantes do curso, com relação à infraestrutura (instalações físicas e acadêmicas) e também aos recursos humanos (corpo docente, pessoal técnico administrativo e de apoio).

O processo de avaliação da formação acadêmica se dá por meio de disponibilização de questionários online para serem respondidos a cada semestre pelo corpo docente, discente, e, mais recentemente, os técnicos do departamento, no que diz respeito às Dimensões Didático Pedagógica e de Infraestrutura.

As ações da avaliação interna devem ser complementadas com a avaliação externa. Assim, a finalidade da Autoavaliação, além de fomentar a cultura de avaliação institucional, é a de subsidiar os processos de Avaliação Externa (Conselho Estadual de Educação CEE; e o Exame Nacional de Desempenho de

Estudantes ENADE INEP/MEC). O ENADE integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e tem, por objetivo, aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, às suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e às suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados às realidades brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. O curso de Gestão Ambiental ainda não é avaliado pelo ENADE.

Os resultados da Autoavaliação também devem ser submetidos a um olhar externo a fim de desnaturalizar rotinas e práticas internas. Por isso é necessário que haja integração entre os instrumentos de avaliação interna e externa para facilitar a discussão e reflexão relativas às mesmas dimensões. Atualmente, a avaliação externa da UERN é coordenada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) e é composto por três etapas:

1) Visita dos avaliadores à instituição (especialistas de áreas ou cursos ou de gestão);

2) Elaboração do relatório de avaliação;

3) Emissão do parecer pelo Conselho Estadual de Educação.

A Autoavaliação tem um papel central e articulador entre as atividades fins (ensino, pesquisa e extensão) e as atividades meios (planejamento, recursos humanos e administração) no sentido de diagnosticar, analisar e sinalizar procedimentos necessários para valorar os aspectos considerados eficientes e melhorar os aspectos que ainda não alcançaram os resultados desejados. É um processo permanente de avaliação e aperfeiçoamento do PDI, constituindo-se em um dispositivo para acompanhamento e avaliação da gestão. A avaliação consiste em potência qualificadora da formação e da gestão quando seus resultados retroalimentam as discussões pedagógicas junto ao Núcleo Docente Estruturante e o Departamento de Gestão Ambiental, trazendo à tona as demandas de formação continuada, as necessidades formativas e metodológicas dos alunos e as demandas de infraestrutura necessárias ao bom funcionamento do curso.

Nessa direção, para além da avaliação institucional que é realizada pela

UERN, voltada ao corpo docente, discente, à qualidade dos serviços e à infraestrutura dos cursos, é importante também a realização da autoavaliação. Nessa direção, o curso de Gestão da Ambiental da UERN implementou um questionário para autoavaliação.

O questionário é direcionado para o preenchimento pelos acadêmicos do curso, de forma voluntária, sem que ocorra a identificação dos participantes. O referido questionário contém perguntas abertas e fechadas que são realizadas por meio do preenchimento de um formulário eletrônico, no qual os alunos, os docentes e os técnicos que compõem o departamento de Gestão Ambiental podem responder voluntariamente a avaliação.

A aplicação desse instrumento avaliativo é semestral, abrindo espaço para o aluno avaliar as ações desenvolvidas durante o semestre, bem como dando-lhes a oportunidade de sugerir melhorias em relação às atividades e funcionamento do curso. Há também, permanentemente, um espaço para sugestões e críticas na secretaria do departamento do curso de Gestão Ambiental, um canal de Sugestões e Reclamações.

Acredita-se que as informações obtidas podem subsidiar as discussões do Núcleo Docente Estruturante, em relação às práticas pedagógicas (conteúdos, metodologias, avaliações), bem como auxiliar no entendimento da infraestrutura, contribuindo para formulação do que precisa ser melhorado, implementado ou extinto no curso, visando auxiliar, no futuro, o planejamento das ações e a gestão do curso, bem como as formulações de mudanças e adaptações estruturais e das práticas pedagógicas.

16.3 POLÍTICAS DE PESQUISA

As ações de pesquisa desenvolvidas pelo Curso de Gestão Ambiental da UERN são coordenadas por professores do corpo efetivo e colaboradores, com a participação de alunos e alunas dos cursos de pós-graduação e graduação. Essa ação integrada tem como escopo estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo no processo formativo dos discentes. As pesquisas abordam temas que tenham, como perspectiva, as demandas socioambientais pertinentes as diversas áreas do conhecimento científico

abrangidas pelo curso, considerando o caráter multi, inter e transdisciplinar que o configura.

Atualmente, o curso conta com um Grupo de Estudo e Pesquisa em Gestão Ambiental (GEGA), certificado pela PROPEG e CNPq, e que vem desenvolvendo, desde 2006, atividades acadêmicas com professores pesquisadores e estudantes da UERN e de outras universidades, tais como: estudos e pesquisas, seminários, palestras e oficinas, abordando temáticas diversas e de interesse da área de Gestão Ambiental e/ou correlatas. O GEGA tem, como objetivo principal, fortalecer a pesquisa na área de Gestão Ambiental e assim promover subsídios para políticas públicas ambientais no âmbito local e regional. Para isso, conta com 02 linhas de pesquisas vinculadas a área de conhecimento Ciências Ambientais. Cabe ressaltar que a mudança da área de Ciências Humanas para Ciências Ambientais foi uma demanda apontada no último Plano Pedagógico do Curso de Gestão Ambiental. As linhas de atuação do GEGA, são:

LINHA 01 Gestão e Monitoramento Ambiental: A proposta dessa linha de pesquisa aborda estudos de diagnóstico, análise, avaliação, conservação, recuperação, zoneamento, planejamento e Gestão Ambiental, abrangendo a sociedade, organizações públicas e privadas e os recursos naturais da região, o desenvolvimento e aplicação de tecnologias, com o intuito de fornecer produtos e respostas não apenas na dimensão global dos seus problemas, mas também no nível local que os constitui.

LINHA 02 Sociedade, Desenvolvimento e Ambiente: A proposta dessa linha de pesquisa aborda estudos de diagnóstico, análise, avaliação, planejamento, gestão e monitoramento de políticas públicas sociais e ambientais, de educação ambiental e de desenvolvimento urbano e rural, abrangendo aspectos sociais e naturais nos contextos locais e regionais, de desenvolvimento e aplicação de tecnologias, com o intuito de fornecer produtos e respostas não apenas na dimensão global dos seus problemas, mas também no nível local que os constitui.

Cada linha de pesquisa representa uma dimensão de estudo e pesquisa que reflete a formação individual dos docentes e o debate da problemática socioambiental na atualidade, considerando aspectos distintos, que podem ser

inter-relacionados no desenvolvimento da pesquisa científica. Além dos docentes pesquisadores, as linhas também contam com a participação de docentes colaboradores, discentes regularmente matriculados no curso, bem como de egressos que se mantêm ativos como pesquisadores. Assim, é possível estimular a prática da iniciação científica como complemento à formação dos graduandos e aproximá-los do campo profissional a partir do contato com os alunos egressos.

A articulação dos pesquisadores do curso de Gestão Ambiental também proporcionou a criação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia (PPGEO), com suporte nas linhas de pesquisa fomentadas pelos grupos de pesquisa em que se encontram os docentes participantes. Assim, o PPGEO tem como área de concentração “Paisagens Naturais e Meio Ambiente” e como linhas de pesquisa, “Dinâmica dos Sistemas de Superfície Terrestre” e “Estudos Socioambientais”. O programa funciona desde 2016 e vem possibilitando a formação de egressos do curso de Gestão Ambiental, entre outras formações acadêmicas.

Salienta-se também a participação efetiva de docentes do Departamento de Gestão Ambiental no curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Naturais, que tem como Área de Concentração “Recursos Naturais” e linhas de pesquisa “Diagnóstico e Conservação Ambiental” e “Tecnologias Ambientais”. Este programa também tem sido muito importante para a continuidade na formação dos estudantes do curso de Gestão Ambiental da UERN.

Hoje, 02 docentes possuem formação em pós-doutorado, um realizado na Universidade de Coimbra em Portugal e o outro realizado na Universidade Federal do Ceará por meio do Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD).

16.3.1 Políticas de pós-graduação

No período de 2010-2014 funcionou um Programa de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Ambiental. Recentemente foi instalado o Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Geografia, com suporte nas linhas de pesquisa fomentadas pelos grupos de pesquisa em que se encontram os docentes participantes.

Desde o segundo semestre de 2016 as pesquisas realizadas no Mestrado Acadêmico em Geografia, tanto pelos docentes quanto discentes, tem privilegiado, particularmente, o semiárido e área costeira, contemplando a formação, o desenvolvimento e o funcionamento de diversas paisagens existentes. Os processos superficiais e suas implicações socioambientais tais como erosão, movimentos de massa, assoreamento de cursos d'água e reservatórios, constituição de ilhas de calor, preservação e conservação de áreas verdes, qualidade do ar e da água, acesso social aos recursos naturais, designação de áreas para descarte de resíduos, monitoramento e previsão de enchentes, são, na essência, temas que ressaltam a necessidade de se compreender as diferenças entre o tempo, magnitude e taxas de recorrência dos fenômenos da natureza.

O Mestrado Acadêmico em Geografia da UERN (MAG/PPGEO/UERN) objetiva a formação e qualificação de pesquisadores(as), docentes e técnicos, priorizando enquanto linhas de pesquisa 1) as Dinâmicas dos Sistemas de Superfície Terrestre e 2) Estudos Socioambientais. As referidas linhas de pesquisa têm por objetivo entender e se aprofundar no conhecimento das dinâmicas dos sistemas terrestres e nos problemáticas socioambientais presentes na região Nordeste, particularmente no Ceará (CE) e Rio Grande do Norte (RN), promovendo o desenvolvimento da Geografia a partir de seus múltiplos olhares sobre as relações e os movimentos existentes entre o espaço e a natureza e estabelecendo um diálogo permanente com outras ciências, contemplando uma visão transdisciplinar a fim de compreender a realidade em sua totalidade.

O trabalho vem ocorrendo dentro de uma estrutura heterogênea, centralizada nos objetivos e na área de concentração do MAG/PPGEO/UERN,

abrigando corpo docente heterogêneo formado por pesquisadores das áreas de Geografia, Gestão Ambiental, Biologia, História e Engenharia Agronômica, lotados nos diferentes câmpus da UERN bem como de outras IES. Por sua vez, esses docentes encontram-se inseridos em grupos de pesquisas tanto no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do norte, além de outras instituições de ensino superior, como demostrando na lista baixo:

1. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
    a. Desenvolvimento Regional: agricultura e petróleo;
    b. Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão Ambiental;
    c. Grupo de Pesquisa em Geografia Física do Semiárido;
    d. Monitoramento e Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido;
    e. Núcleo de Estudos Geoambientais e Cartográficos;
    f. Grupo de pesquisa Ambiente & Sociedade;
    g. Núcleo de Estudos Geoambientais e Cartográficos;
    h. Grupo de Estudos Turísticos;
    i. Grupo de Estudos em Geografia Urbana e Econômica;
    j. Estudos Urbanos e Regionais;
    k. História do Nordeste;
    l. Sociedade e Cultura;
    m. Memória, Identidade e Ensino de História;
    n. Núcleo de Estudos de Geografia Agrária e Regional.

2. Demais Instituições de ensino superior
    a. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território – Coimbra;
    b. Grupo de Pesquisa em Ecologia Humana - USP;
    c. Geotecnologias para aplicações ambientais - UFMS;
    d. Laboratório Interdisciplinar Sociedades, Ambientes e Territórios - UFRN
    e. Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável no Seminário (Caatingueiros) - UFRN
    f. Grupo pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte - UFMT
    g. Ciências e Planejamento Ambiental - UFMA
    h. Geoecologia da Paisagem e Educação Ambiental Aplicada - UFC
    i. Grupo de Geoprocessamento para a Gestão Pública e Ambiental - UFPA
    j. Morfoestrutura e Morfopedologia das Paisagens do Nordeste brasileiro - UECE
    k. Turismo, Sociedade & Território - UFRN

l. Grupo de Pesquisa História, Meio Ambiente e Questões Étnicas da UFCG
m. Grupo de Estudos do Quaternário do Nordeste Brasileiro - UFPE

A partir do envolvimento junto aos grupos de pesquisa os docentes vem realizando atividades a partir dos laboratórios que fazem parte da estrutura do Mestrado Acadêmico em Geografia da UERN (MAG/PPGEO/UERN). Diante disso, na sequência apresenta-se os respectivos laboratórios que se integram ao mestrado com uma breve descrição da estrutura existente em cada um:

- Laboratório de Ecologia Aplicada – LEA: (Departamento de Gestão Ambiental/FACEM) Área Total: 27m2; com infraestrutura de: 01 Centrais de Ar de 18.000 BTUs; 01 Gelágua; 03 Computadores Desktop; 02 Notebooks; 04 mesas para computador; 01 mesa de reunião; 02 Armários; 03 nobreaks; 01 Máquina Fotográfica Digital semiprofissional; 01 Impressoras Laser Color HP CP 1025; 01 Impressora Laser P&B; Acervo de Livros com mais de 150 títulos; 01 estante; 02 prateleiras; 02 projetores de multimídia.
- Núcleo de Estudos Socioambientais e Territoriais (Departamento de Gestão Ambiental/FACEM)
Área Total: Área Total: 54 m2; com infraestrutura de: 14 Computadores Desktop; 14 Nobreak; 01 Impressora laser; 01 Impressoras multifuncionais; 01 Câmera digital; 08 GPS de Navegação; 01 GPS geodésico RTK; 01 Gravador digital; 01 Notebook; 01 Projetor Multimídia; 04 Armários de aço com porta; 14 Cadeiras para computador; 01 Mesa de Reunião; 04 Cadeiras; Imagens do Satélite ALOS – Ano 2009 para o município de Mossoró; Imagens do Satélite GEOEYE – Ano 2013 para a área urbana do município de Mossoró; 02 Centrais de Ar de 18.000 BTUs.
- Laboratório de Estudos Costeiros e Áreas Protegidas - LECAP: (Departamento de Gestão Ambiental/FACEM)
Área Total: 27m2; com infraestrutura de: 02 Centrais de Ar de 18.000 BTUs; 01 Gelágua; 05 Computadores Desktop; 02 Notebooks; 03 tablets; 14 mesas para computador; 01 mesa de reunião; 05 Armários; 04 nobreaks; 01 Máquina Fotográfica Digital Profissional Nicom 3200; 01 Máquinas fotográficas semiprofissional; 03 GPS Garmim Etrex; 03 Impressoras Laser Color HP CP 1025; 01 Impressora Laser P&B; 01 Impressora HP A3 Officejet 7110; 08 Termohigrômetros Digitais Data Loggers; 06 Pluviômetros Digitais; 08 Pluviômetros analógicos; 06 Tripés de apoio; 05 Data Shows; Acervo de Livros com mais 100 títulos; Acervo de Imagens de Satélite; 02 projetores de multimídia.
- Laboratórios de Geoprocessamento e Cartografia – LABGEO (Departamento de Biologia/FANAT):
Área Total: 27m2; com infraestrutura de: 06 Computadores Desktop, dezenas de Mapas e Cartas, 01 Impressora jato de tinta, 02 Centrais de Ar-condicionado; 08 mesas pequenas e 01 mesa de reunião.
- O Laboratório de Geografia Humana – LAGHUM (Departamento de Geografia/FAFIC):
Área Total: 27m2; com infraestrutura de: 02 Computadores Desktop, 02 Impressoras jato de tinta; 02 Projetores de multimídias; 02 Tvs de 29 polegadas; 01 Aparelho de DVD; 01 Câmera Digital; 02 Aparelhos de GPS; 02 mesas de trabalho; 01 mesa de reunião; 12 cadeiras; 02 estantes de aço; 01 cafeteira; 01 Gelágua.
- Laboratório de Sistemática e Ecologia Vegetal – LESV (Departamento de Biologia/FANAT):
Área de 40m2; com infraestrutura de: 02 microscópios estereoscópicos; 01 microscópio estereoscópio acoplado com câmara clara; 01 máquina digital de 8 megapixels e zoom ótico de 15X; 01 impressora laser; 01 coleção inicial didático-científica de plantas da Caatinga; 01 xiloteca; 01 estufa de secagem com circulação forçada de ar; além de equipamentos de campo para análise quantitativa da vegetação.

- Laboratório de Tecnologias Sociais para Convivência do Semiárido - (Departamento de Gestão Ambiental/FACEM):
Área Total: 24 m2; O respectivo laboratório já foi criado e está em fase de estruturação;
- Laboratório de Informática pertencente a Faculdade de Ciências Econômicas: 11 Computadores Desktop; 11 Nobreak; 11 cadeiras para computadores e 11 mesas para computadores, além dos próprios laboratórios já citados no item anterior que também possuem computadores e acesso à internet e recepcionam os mestrandos envolvidos com suas pesquisas juntos com os professores responsáveis pelos respectivos laboratórios.

Com o propósito de consolidar a política de pesquisa, são firmados convênios de cooperação acadêmica, técnica e de pesquisa junto à outras IES, Institutos de Pesquisa e Centros de Formação Tecnológicas.

A política de qualificação docente é integrada à gestão, ensino, pesquisa e extensão, visando a composição de um quadro de professores totalmente efetivo, com titulação de doutor, estabelecendo como meta prioritária na área de recursos humanos, a contratação em caráter definitivo de todos os professores que irão pertencer às cadeiras do curso, a partir do 2º semestre de 2016. É importante destacar que essas contratações não surtirão efeitos se não forem acompanhadas pela PRORHAE e PROPEG, a fim de estimular e subsidiar seu corpo docente em seu plano de capacitação individual e institucional. Tem-se como meta o doutoramento de todo o corpo docente tendo em vista o incentivo à qualidade do ensino superior abrangendo os níveis de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com a legislação vigente.

16.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

De acordo com Mascarenhas (2019), ao se tratar do processo de formação do aluno, este apresenta centralidade em toda intuição educativa e, não obstante, a UERN, de acordo com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional PDI (2016), mantém o compromisso de “proporcionar uma formação interdisciplinar, integral e de qualidade, buscando garantir a multiplicação e ampliação de ações de extensão que contribuam com a formação do estudante, comprometida com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assim como fortalecer a relação da universidade com a sociedade” (PDI, 2016).

A UERN, como outras instituições de ensino do país, necessita atender a

documentos nacionais que tratam das políticas para a Educação, de forma particular, as orientações do Plano Nacional de Educação (PNE), no que se refere a sua Meta 12 (BRASIL, Lei 13.005, 2014), na qual encontram-se as orientações e estratégias, à integralização de no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares, exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social.

Mascarenhas (2019) destaca que na UERN, nos três últimos anos, é possível perceber o crescimento da institucionalização de ações de extensão. Entre os anos de 2016 e 2017, ocorreu uma ampliação de 120 para 194 propostas institucionalizadas e aprovadas na Pró Reitoria de Extensão PROEX. No ano 2018, foi registrado um crescimento de aproximadamente 44% de ações de extensão em relação a 2016. Esta realidade motiva a participação do corpo docente e discente em atividades de extensão e pode subsidiar o cumprimento da meta 12 do PNE.

Assim, diante dessa exigência do PNE, as Instituições de Ensino Superior são instigadas a implementar a curricularização/creditação de extensão nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de graduação. Esses cursos devem conceber as ações acadêmicas sob novos paradigmas de formação e isto exige a formulação de políticas pedagógicas que articulem, de forma inovadora, ensino, pesquisa e extensão, viabilizando a relação transformadora entre universidade e sociedade e mobilizando, para o ensino, possibilidades, metodologias e estratégias alternativas no exercício da aprendizagem e na construção do conhecimento. Nesse processo, torna-se fundamental o envolvimento do aluno para compreensão do impacto da práxis extensionista na sua formação (MASCARENHAS, 2019).

Com a publicação da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto no PNE, Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, as Instituições de Ensino Superior terão o prazo de até 03 (três) anos para adequar se ao novo dispositivo.

Nessa direção, o curso de Gestão Ambiental apresenta, neste PPC, a proposta de atender essa exigência. Cabe ressaltar que o curso de Gestão Ambiental possui um histórico relevante em relação às atividades de extensão que já

tinha introduzido em seus PPCs anteriores. Assim, disciplinas como os Estágios Supervisionados I e II, que promovem essa aproximação dos alunos com a sociedade, podem ser um exemplo. A extensão no curso de Gestão Ambiental também ocorre na forma de atividades complementares, previstas em normas curriculares, no PPC, cuja abrangência transcende o ambiente do curso.

De acordo com consultas realizadas no Sistema de Gestão de Projetos Sigproj (UERN), entre 2017 e 2019, encontram-se, institucionalizadas pela Pró Reitora de Extensão PROEX, 01 programa e 11 projetos de extensão propostos pelo Departamento de Gestão Ambiental, envolvendo professores, alunos de graduação e pós-graduação, além de professores de outros departamento da UERN, a saber: Departamento de Turismo, Departamento de Biologia, Departamento de Ciências Sociais, Departamento de Educação, Departamento de Comunicação, Departamento de Administração, Departamento de Economia, entre outros.

Há também o estabelecimento de parcerias externas com instituições como: UFRN, UFERSA, IFRN, bem como com organizações não governamentais (Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, Articulação do Semiárido ASA, entre outras), parcerias firmadas também com o Comitê da Bacia do Rio Apodi Mossoró, Conselho Gestor da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão, Associação Comunitária do Jucuri, Albergue Mossoró, entre outros.

As ações de extensão do Curso de Gestão Ambiental têm sido promovidas também em parceria com o Grupo de Estudo em Gestão Ambiental (GEGA), o Programa de Pós Graduação em Ciências Naturais, Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO) e o Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas da UERN, nos quais alguns docentes do Departamento de Gestão Ambiental estão atuando.

Essas atividades estão diretamente relacionadas com a formação dos alunos do curso e permite aferir que a atividade extensionista é constante no curso de Gestão Ambiental, levando os envolvidos à vivência de experiências com potencial para reflexão sobre a formação cidadã.

Mediante a Resolução nº 7 citada anteriormente, as atividades de extensão devem ser incluídas estruturalmente nos PPCs dos cursos de graduação na

condição de atividade curricular obrigatória, estruturante da formação universitária, e, nessa nova realidade, o estudante passa, necessariamente, por experiências dessa natureza para concluir sua formação acadêmica. Isso significa ir além da extensão pulverizada ou massificada (MASCARENHAS, 2019).

A Extensão Universitária deve estar voltada para a formação dos alunos, comprometida com um projeto de país e de sociedade que possibilite romper com os poderes hegemônicos marcados pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado, deste modo empenhados com a produção de conhecimentos integradores (SANTOS, 2011).

Nessa direção, as ações de extensão do curso de Gestão Ambiental ultrapassarão as propostas de programas e projetos e serão também realizadas na forma de consultoria, prestação de serviços técnicos especializados, cursos e treinamentos, eventos e exposições de trabalhos, palestras, ciclos de estudos, além da permanente troca de informações com o público interessado no debate e compreensão da problemática ambiental. Como forma de promover maior articulação do ensino, pesquisa e extensão, possibilitando o envolvimento de toda comunidade acadêmica, serão promovidos seminários e simpósios para apresentação dos trabalhos de pesquisa, contando com a participação importante e indispensável dos diversos atores da sociedade.

Espera se também desenvolver ações focais junto a comunidades com expressiva vulnerabilidade socioambiental a fim de difundir a conscientização ambiental nessas áreas, desenvolvendo projetos com a participação direta de suas populações e que sirvam também de subsídios à formulação e implementação de políticas públicas ambientais.

17 PROGRAMAS FORMATIVOS

A ideia de promover, de forma concreta e sistemática, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e de criar espaços especiais para o aprofundamento da formação numa universidade de massas encontra, nos programas formativos, a sua realização. Com um pé firmemente assentado no ensino, eles promovem, para os alunos que dele participam, a integração com a

pesquisa e com a extensão, além de aspergir, nos cursos que os abriga, o reflexo de sua filosofia e de suas práticas.

17.1. PROGRAMA INSTITUCIONAL DE MONITORIA PIM

O PIM é o Programa Institucional de Monitoria, promovido pela UERN, com o objetivo de estimular a participação de alunos dos cursos de graduação no Processo Formativo, articulando pesquisa e extensão no âmbito dos componentes curriculares, socializando o conhecimento e minimizando problemas como repetência, evasão e falta de motivação.

De acordo com a Resolução n°15/2016 do CONSEPE em seu Art. 28:

São concebidas duas modalidades de monitoria, atendendo aos mesmos objetivos, condições de participação e exigências do Programa:

- Monitoria remunerada: o(a) monitor(a) receberá, a título de incentivo, uma bolsa pecuniária mensal, enquanto estiver vinculado ao programa;
- Monitoria voluntária: o(a) monitor(a) não receberá bolsa de qualquer natureza;

Poderão participar do PIM os candidatos que atendam os seguintes requisitos:

- Ser estudante regularmente matriculado(a) e estar cursando disciplinas em curso de graduação da UERN;
- Ter cursado e obtido aprovação no componente curricular a que se refere o projeto de monitoria;
- Dedicar no mínimo, 08 (oito) horas semanais para as atividades da monitoria;

O aluno monitor tem a oportunidade de experimentar, em seu trabalho docente, a profissão de professor universitário durante o programa de monitoria, contribuindo pedagogicamente com o aprendizado do monitor e demais alunos.

Ao final do PIM, espera-se que o aluno/monitor(a) tenha descoberto a importância da vocação docente para que, no futuro, possa tornar-se um bom profissional na carreira pretendida.

18 RESULTADOS ESPERADOS

Formação de gestores ambientais com habilidades profissionais e éticas para entrar no mercado de trabalho;

Formar profissionais capazes de exercer a função gestora de gerenciamento, planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de ações e políticas relacionadas aos meios natural, social, político, econômico e cultural nos quais estão inseridos;

Formar profissionais capazes de tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente por meio de um embasamento multi, inter e transdisciplinar, pautado em uma fundamentação ética, contribuindo de forma crítica e reflexiva na construção de uma sociedade democrática e sustentável.

Contribuição universidade-sociedade por meio de projetos de pesquisa e extensão dentro da temática socioambiental;

Desenvolvimento de propostas na área da ciência e tecnologia numa perspectiva da sustentabilidade socioambiental;

19 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

No ano de 2012, foi realizada uma pesquisa de acompanhamento dos egressos do curso de gestão ambiental, por meio da realização de um trabalho de conclusão de curso. Os resultados desse estudo apresentaram que os egressos do curso de Gestão Ambiental encontravam-se, na grande maioria, em cursos de pós graduação ou no mercado de trabalho ocupando atividades dentro do espectro de formação do gestor ambiental.

A partir de 2013, o Departamento passou a acompanhar o seu egresso de forma mais sistemática, criando um espaço para interação em redes sociais (página do curso de Gestão Ambiental da UERN, Whatsapp). Atualmente, também são realizadas pesquisas de acompanhamento, por meio do envio de e mail e whatsapp para os egressos, solicitando as seguintes informações: em qual instituição ou empresa está trabalhando, se está atuando na área de formação, se realizou algum curso de pós graduação, há quanto tempo encontra-se trabalhando na área. As informações são respondidas sem obrigatoriedade e os e mails são respondidos de

forma espontânea pelos ex-alunos.

Quanto ao acompanhamento realizado pelo curso de Gestão Ambiental, o departamento tem incentivado estes egressos a se cadastrarem no portal, buscando assim, um acompanhamento institucionalizado.

A UERN possui uma página para acompanhamento dos egressos da IES. Por meio desta página, o objetivo é manter um canal permanente de acompanhamento dos egressos da Instituição (https://portal.uern.br/egressos/).

Recentemente, a Comissão Própria de Avaliação da Uern - CPA/Uern, em parceria com a Assessoria de Avaliação Institucional - AAI, concluiu o processo de atualização do Formulário de Acompanhamento do Egresso e tornou público o novo formulário para a comunidade acadêmica, por meio do link: https://forms.gle/toaRhPrVd34tL39h6.

Além do acompanhamento por meio do Portal institucional, o curso tem mantido contato com boa parte dos seus egressos, que sempre tem se voltado à colaboração no processo de formação. Vários destes egressos já desenvolveram atividades como professores substitutos ou temporários no próprio curso e também voltaram à instituição para cursarem pós-graduação, em níveis de especialização *lato sensu* e de mestrado acadêmico. No que se refere à especialização *lato sensu*, o curso chegou a ofertar por 3 edições consecutivas esta modalidade de ensino, onde boa parte dos alunos eram egressos de Gestão Ambiental.

O NDE do curso de Gestão Ambiental criou, em 2023, um formulário eletrônico com algumas questões relacionadas à atual situação profissional dos egressos e questões sobre sugestões à adequação do currículo às exigências do mercado de trabalho. Também proporcionou um encontro online, via Google Meete, e disponibilizou o link para participação dos egressos. O formulário será continuado e aplicado às turmas constituintes e uma vez ao ano será realizado uma reunião com os alunos egressos.

Complementando a carreira acadêmica, muitos egressos seguiram a carreira empreendedora. Há registros de casos de sucesso de nossos alunos atuando como consultores ambientais independentes e com empresas constituídas. Somam-se, a esse grupo, profissionais contratados no setor privado para desenvolvimento de

atividades em sua área de formação direta, sendo mais corriqueira a atuação nas áreas de avaliação de impactos ambientais, licenciamento ambiental, gestão ambiental de organizações e nas áreas de segurança e meio ambiente.

É preciso destacar, ainda, o acompanhamento de ex-alunos que ingressaram em carreiras do serviço público por meio de concurso. São concursados no serviço público municipal ou federal, com atuação na área ambiental e/ou na docência do ensino superior.

Há egressos atuando em órgãos públicos como a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, aprovados em seleção pública por meio de editais oficiais, desenvolvendo funções voltadas ao monitoramento ambiental e à execução da política de gestão de recursos hídricos do estado. Cita se, ainda, a presença de gestores ambientais em organizações não governamentais, em conselhos municipais e de unidades de conservação da natureza, estaduais e federais, em atividades diretamente ligadas à sua área de formação profissional.

Por fim, verifica se que o curso de gestão ambiental tem cumprido o seu papel formativo, disponibilizando, à sociedade, profissionais competentes, éticos, cidadãos o que se verifica pela boa empregabilidade dos gestores ambientais formados pela UERN em diversas esferas do serviço público, privado ou do terceiro setor.

20 REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CURSO

REGIMENTO DO CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL.

TÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADE E OBJETIVOS DO CURSO

Art. 1º O Curso de graduação em Gestão Ambiental da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte é constituído pelo ciclo de estudos regulares que visa à aquisição do grau de Bacharel em Gestão Ambiental, em consonância com a legislação pertinente, os Estatuto e Regimento Geral da UERN, com o Regulamento da Graduação e com este regulamento.

Art. 2º O curso de bacharelado em Gestão Ambiental destina se à formação de profissionais capazes de exercer função gestora, de planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de ações e políticas para a

sustentabilidade dos recursos socioambientais com embasamento multi, inter e transdisciplinar e fundamentação ética.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

DO REGIME DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Art. 3º –O currículo do curso de Gestão Ambiental dispõe de uma carga horária de 3230 (três mil duzentos e trinta horas) de atividades acadêmicas, distribuídas entre os componentes curriculares de formação básica, formação profissional e formação complementar.

§ 1º Os conteúdos de formação básica compreendem componentes curriculares relacionados com as áreas de Administração, Ciências Sociais, Ciências Ambientais e da Terra.

§ 2º Os conteúdos de formação profissional compreendem componentes curriculares na área específica de Gestão Ambiental, os quais estão inter-relacionados aos conteúdos de formação básica, elencando disciplinas nas áreas de Política e Planejamento Ambiental, Gestão dos Recursos Naturais e Comunidades Tradicionais, em ambientes urbanos, rurais e organizacionais, Gestão Ambiental em Organizações públicas, privadas e terceiro setor, Direito e Legislação Ambiental, Gestão de Impactos Ambientais e de Áreas Degradadas.

§ 3º. Os conteúdos de formação complementar envolvem as atividades curriculares em comunidade e as atividades complementares definidas na estrutura da matriz curricular.

§ 4º. As atividades relacionadas à monografia e ao estágio supervisionado devem estar integradas com os conteúdos definidos no caput e de acordo com as regras previstas neste regulamento.

Art. 4º –Para a obtenção do grau de Bacharel em Gestão Ambiental, o aluno deverá concluir o curso no tempo médio de integralização curricular de 04 anos e tempo máximo de integralização curricular de 06 anos, tendo cumprido todos os componentes curriculares segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Gestão Ambiental.

Parágrafo Único – A integralização dos componentes curriculares prevê o cumprimento de toda a carga horária do curso, incluindo as 200 horas previstas em atividades complementares e as 330 horas de Unidades Curriculares de Extensão -UCE.

Art. 5º –Os componentes curriculares serão ofertados, semestralmente, sendo distribuídos por períodos letivos, conforme definido no Projeto Pedagógico do curso.

§ 1º. As ofertas serão feitas em listas onde deverão constar o nome do componente curricular, sua carga horária, pré-requisitos necessários e, quando couber, a ementa de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

§ 2º. A matrícula do aluno nos componentes curriculares previstos na matriz curricular deverá ser realizada semestralmente sob orientação do(s) orientador(es) acadêmico(s) do respectivo grupo de alunos do curso.

§ 3º. Os processos de aproveitamento de disciplinas e outros componentes curriculares cursados em outros cursos serão realizados de acordo com as normas vigentes da universidade, ouvindo-se o orientador acadêmico sobre a equivalência com os componentes curriculares previstos na matriz curricular do curso.

Art. 6º –As atividades complementares são componentes curriculares obrigatórios para a integralização da carga horária do curso e compreendem atividades relacionadas à formação cidadã do aluno.

CAPÍTULO II

DA VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 7º O processo de verificação da aprendizagem será realizado por componente curricular e obedecerá ao Regimento Geral da UERN e demais regulamentos pertinentes.

TÍTULO III

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I

DO CONCEITO E OBJETIVOS

Art. 8º –O Trabalho de Conclusão de Curso será elaborado na forma de monografia e consistirá em atividade acadêmica curricular obrigatória.

Parágrafo Único –A Monografia deverá versar sobre temas na área de Gestão Ambiental, com finalidade de avaliar o desempenho do aluno, tendo em vista o perfil geral do curso e do egresso.

Art. 9º –Os objetivos gerais que norteiam a elaboração e a apresentação da Monografia, quanto aos alunos do curso de Gestão Ambiental, são:

I –elaborar e desenvolver projeto de pesquisa sobre temáticas relativas à Gestão Ambiental;

II – estudar a literatura científica e técnica especializada diretamente relacionada ao tema do projeto de pesquisa referente à monografia;

III – aprimorar a capacidade de interpretação e crítica referente aos temas do projeto de pesquisa;

IV – fornecer, ao aluno, uma experiência de realização de pesquisa sobre assunto de seu interesse e em conformidade com o PPC;

V - dialogar com as correntes teórico-metodológicas para produzir um texto monográfico original e de qualidade academicamente aceitável;

VI – estimular a produção científica.

CAPÍTULO II

DA CARACTERIZAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art.10º –A monografia deverá atender as seguintes características de apresentação:

I – ser elaborada individualmente pelo aluno;

II – ser redigida em língua portuguesa e apresentar-se segundo as normas vigentes da ABNT;

III – ser entregue em encadernação simples e/ou em formato digital, aos membros da banca examinadora;

IV– a monografia será considerada aprovada após a defesa pública perante Banca Examinadora composta de três membros.

Art. 11º – A entrega da versão final da monografia deverá ser em mídia digital em DVD devidamente identificado, conforme Normas de Padronização para TCC (Formatos Digitais), com bem como o Termo de Autorização assinado pelo autor, disponíveis no site da biblioteca, no Portal UERN.

Parágrafo Único – Em casos especiais, admitir-se-á, ao aluno, entregar ao departamento, acompanhada de justificativa por escrito, uma monografia que o professor orientador não considere qualificada para aprovação, que será encaminhada à plenária do departamento, para deliberar sobre o impasse.

Art. 12º – A entrega da versão final da monografia, ao departamento, para defesa far-se-á no prazo de quinze dias antes do término da disciplina de Monografia.

Art. 13º – O aluno que não tiver concluído a monografia dentro do prazo estabelecido no artigo 12 poderá efetuar nova inscrição na disciplina Monografia no semestre seguinte obedecendo as normas da UERN.

Parágrafo Único – Após a defesa da monografia o aluno terá o prazo de 30 dias para fazer a entrega da versão final, obedecendo ao artigo 11º.

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA

Art. 14º –À coordenação da Monografia caberá as seguintes atribuições:

I – Coordenar, organizar e acompanhar o desenvolvimento da disciplina Monografia;

II – Mediar a relação aluno-orientador e observância das normas para consecução da monografia;

III – Informar ao departamento a relação orientando-orientador para fins de computação de carga horária;

III – Divulgar o Edital de Defesa Pública de Monografia.

CAPÍTULO IV

DA ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA

Art. 15º – A orientação de monografia deverá ser exercida, preferencialmente, por professores do Departamento de Gestão Ambiental e obedecerá às normas relacionadas à distribuição da carga horária na UERN.

§ 1º. Extraordinariamente, poderá ser indicado professor orientador não vinculado ao quadro do departamento, mediante apreciação do Curriculum Vitae pela Coordenação do Trabalho de Conclusão do Curso.

§ 2º. No caso de indicação do professor orientador não vinculado ao quadro do departamento, a Coordenação exigirá do indicado pronunciamento por escrito.

§ 3º. Os orientadores têm a responsabilidade oficial de acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos e qualificá-los ou não para a apresentação final diante da banca examinadora.

§ 4º. O aluno poderá ter um coorientador, com a devida anuência do Coordenador e do orientador.

§ 5º. Após a designação do professor orientador, a coordenação informará ao departamento ao qual pertence, a fim de que lhe seja computado encargo correspondente a duas horas aulas semanais por orientação, não podendo ultrapassar dez horas aulas semanais.

§ 6º. A orientação de Monografia deve perfazer um total mínimo de 16 h/a presenciais, sendo que 1 (uma) h/a corresponde a 60 minutos, não podendo coincidir com nenhuma outra atividade curricular. O aluno com 25% ou mais de faltas à orientação, segundo normas da UERN, deverá ser, obrigatoriamente, REPROVADO, exceto nos casos previstos em lei. A presença e o andamento das orientações deverão ser informados na Ficha de Controle de Frequência.

§ 7º. A Ficha de Controle de Frequência (FCF) deverá ser entregue pelo professor-orientador à Coordenação de Monografia assim que encerrar o período de orientação. A FCF é obrigatória, porque, caso o aluno entre com quaisquer recursos contra o professor, servirá de prova material da frequência de orientação e de como se desenrolou o semestre letivo.

§ 8º. Caberá, ao professor-orientador e ao aluno, a entrega das vias encadernadas em espiral e/ou online e com o visto do professor-orientador a serem entregues à banca examinadora.

§ 9º. O manual de normas da ABNT e também o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UERN devem fazer parte do dia a dia nas orientações, para sanar eventuais dúvidas metodológicas do professor-orientador e do orientando.

§ 10º. O professor-orientador deve estar ciente da compatibilidade entre o tema proposto e o conteúdo do trabalho desenvolvido pelo aluno e não deve auxiliar diretamente na produção do texto, exigindo do orientando iniciativa e senso crítico, interpretativo e ético.

Art. 16º – O professor orientador deverá, junto com o aluno, elaborar cronograma de trabalho para acompanhamento, devendo ser enviado cópia do cronograma à Coordenação do TCC.

Art. 17º – Quando do impedimento do professor orientador, por motivo de afastamento de suas atividades por um prazo considerado prejudicial à orientação da monografia, será indicado substituto, seguindo a forma regimental.

Parágrafo Único – O professor orientador deverá comunicar, por escrito, à Coordenação do TCC, o impedimento de suas atividades.

Art. 18º –O professor orientador, juntamente com o aluno, indicará os nomes para composição da banca examinadora, sendo constituído pelo professor orientador e dois professores do quadro docente do Departamento de Gestão Ambiental.

Parágrafo Único – Poderá ser admitido um professor ou profissional externo a instituição na composição da banca examinadora desde que haja a anuência do(a) Chefe do Departamento de Gestão Ambiental e do(a) professor(a) titular da disciplina Monografia.

Art. 19º –O professor orientador poderá solicitar, à Coordenação, afastamento da orientação de determinado aluno desde que justifique suas razões e seja decidida em plenária do departamento.

CAPÍTULO IV
DO ALUNO-ORIENTANDO

Art. 20º –São atribuições do aluno-orientando:

I -Escolher o tema, o orientador e a Linha de Pesquisa;

II -Elaborar projeto de pesquisa, incluindo referências bibliográficas, documentais e comparecer às sessões determinadas pelo orientador;

III –Estabelecer o primeiro contato com o professor-orientador para agendar os encontros semanais de orientação, após a divulgação da relação de orientandos-orientadores;

IV -Solicitar mudança de orientador, desde que sejam aceitas as razões apresentadas à Coordenação e plenária do departamento;

V –Cumprir os prazos estabelecidos neste Regimento.

Parágrafo Único –O orientando é responsável pelo uso e/ou abuso dos direitos autorais resguardados por lei a favor de terceiros, conforme as normas da ABNT, sempre que copiar ou transcrever trechos de outro, sem a devida citação de acordo com as normas legais; bem como utilizar ideias de terceiros sem a devida menção e/ou a autorização do dono dos direitos autorais, quando for o caso.

CAPÍTULO V
DA BANCA EXAMINADORA

Art. 21º – A Banca Examinadora designada pelo Professor-orientador e aluno, será composta por três membros, que poderão ser substituídos em caso de impedimento.

§ 1º –O Presidente da Banca Examinadora será o professor-orientador e os outros dois serão designados pelo professor orientador com anuência do aluno.

§ 2º –Cada membro da Banca Examinadora receberá uma cópia da monografia dentro do prazo de oito dias, da divulgação do Edital de Defesa Pública de Monografia pela Coordenação.

CAPÍTULO VI
DA DEFESA PÚBLICA

Art. 22º – O Professor Orientador deverá encaminhar, à Coordenação de Monografia, o aceite para a Defesa Pública da Monografia e a publicação do respectivo edital.

Art. 23º – A apresentação da monografia é aberta ao público, podendo o aluno convidar familiares e amigos, se assim o desejar.

Art. 24º – O tempo de duração da defesa será de 1 hora. Cada aluno disporá de 20 minutos para apresentar o trabalho à banca examinadora, priorizando questões de ordem teórico-metodológica e os resultados da pesquisa.

Art. 25º – Cada professor convidado terá até 20 minutos para fazer suas considerações e arguições, as quais deverão ser respeitadas e livres de interrupções. A atribuição de nota, sem a presença do aluno, não deverá ultrapassar a 10 minutos. O professor-orientador terá até 10 minutos para as suas considerações sobre o aluno e o desenvolvimento do trabalho e divulgação da nota.

§ 1º - Não deverá haver qualquer tipo de manifestação do professor orientador durante a apresentação do trabalho do aluno ou durante a arguição dos

convidados/avaliadores. Este poderá manifestar-se durante a divulgação da nota ao aluno, conforme estabelecido no item anterior.

CAPÍTULO VII
DA VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 26º – Serão aprovados os alunos cuja média for igual ou superior a 7,0 (sete), resultante da média aritmética simples das três notas de igual peso dos membros da banca examinadora.

Parágrafo Único -Serão reprovados os alunos cuja nota for inferior a 7,0 (sete).

Art. 27º – Cada examinador atribuirá uma nota, devendo obedecer aos seguintes critérios:

a) Exposição escrita - Originalidade, coerência, clareza e correção gramatical. Nota: de zero a 10,0 (dez).

b) Nível de aprofundamento da investigação – pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo relacionadas à linha de pesquisa na qual se insere o trabalho. Trabalho inovador na área de Gestão Ambiental. Nota: de zero a 10,0 (dez).

c) Adequação da metodologia científica utilizada ao tema e da monografia às normas da ABNT – emprego adequado do método qualitativo e/ou quantitativo. Apresentação estética da monografia e adequação às Normas de Redação para Trabalhos de Conclusão de Curso de Gestão Ambiental do departamento de Gestão Ambiental. Nota: de zero a 10,0 (dez).

d) Qualidade das reflexões exibidas na Análise – Coerência entre a pesquisa e a análise dos resultados. Articulação com a fundamentação teórica e profundidade na análise dos dados. Nota: de zero a 10,0 (dez).

e) Qualidade das reflexões exibidas na Conclusão – Há coerência entre a introdução e a conclusão? Os objetivos apresentados na Introdução foram alcançados? A conclusão está de acordo com a análise e a interpretação dos dados coletados na pesquisa? Nota: de zero a 10,0 (dez).

f) Apresentação da Monografia - O aluno demonstrou domínio do conteúdo do trabalho, clareza na exposição oral, organização na apresentação, obediência ao tempo estabelecido para a defesa? Nota de zero a 10,0 (dez).

Art. 28º – O aluno tem prazo de 48 horas úteis para requerer à Coordenação do Curso a revisão de notas, através do Protocolo Acadêmico, de acordo com a resolução vigente da UERN.

Art. 29º – Os alunos obrigados a reapresentar seus trabalhos poderão solicitar a orientação de um novo professor da relação de orientadores. Pelo menos um dos integrantes da primeira banca examinadora deverá participar também do Exame Final (nova avaliação). Estará aprovado o aluno cuja nota for igual ou superior a 7,0 (sete).

Art. 30º – Os alunos aprovados com nota igual ou superior a 7,0 (sete), terão 15 (quinze) dias para efetuar os ajustes e as correções solicitados pela banca examinadora e entregar no Departamento de Gestão Ambiental, em formato eletrônico, em um arquivo único em PDF (da capa aos anexos), com tamanho máximo de 10MB.

Art. 31º – No caso de a Monografia ser considerada insatisfatória pela banca examinadora, será concedido ao aluno o direito a uma única reapresentação após o cumprimento das reformulações sugeridas pela respectiva Banca Examinadora no prazo de quinze dias da data de sua apresentação ou em data a ser marcada pela respectiva banca.

Art. 32º – O resultado da verificação da aprendizagem será em conformidade com as normas em vigor na instituição, estando aprovado o aluno cuja nota for igual ou superior a 7,0 (sete).

Parágrafo Único – Quando a Banca Examinadora solicitar reapresentação da monografia, a Coordenação manterá a mesma Banca Examinadora.

Art. 33º – Ficará extinta cada Banca examinadora após o resultado final do julgamento e entrega do parecer à Coordenação.

Art. 34º – Terá direito a nova inscrição na disciplina de Monografia no semestre letivo seguinte, de acordo com as normas da UERN, o aluno que não obtiver média suficiente para aprovação.

Art. 35º – Todo e qualquer tipo de plágio (da internet, de autores, de outros trabalhos, por exemplo), desde que comprovado, acarreta ZERO no trabalho, e

portanto a reprovação do aluno, em qualquer das fases de desenvolvimento da pesquisa, incluindo a da banca examinadora.

Parágrafo Único – Trabalhos caracterizados como plágio, total ou parcial, e/ou fraude, são considerados como gravíssima infração à ética acadêmica, implicando a reprovação imediata do aluno(a).

Art. 36º – Os casos omissos serão dirimidos pela plenária do departamento de Gestão Ambiental.

TÍTULO IV
DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO
CAPÍTULO I
DA CONCEITUAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 37º – Os estudantes do curso de Graduação em Gestão Ambiental serão submetidos, em caráter obrigatório, a dois estágios, sendo os Estágios Curriculares Supervisionados I e II, respectivamente. O Estágio Curricular Supervisionado iniciará a partir do sexto período do curso, com estrita observância da legislação pertinente, do Regimento da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte -UERN e das disposições contidas neste Regulamento.

Parágrafo único – Entende-se por Estágio Curricular Supervisionado o período destinado a complementar a formação do estudante abrangendo aprendizado prático, em campos que possam contribuir para o desenvolvimento de sua qualificação profissional.

Art. 38º – São objetivos do Estágio Curricular Supervisionado:

I – Desenvolver os conhecimentos acadêmicos do estudante, criando oportunidades para que ele possa refletir e estabelecer as relações entre a teoria e a prática profissional;

II – Integrar o estudante com a realidade social e profissional, visando à identificação de futuras áreas de atuação no mercado de trabalho;

III – Aperfeiçoar as habilidades requeridas para o exercício profissional do estudante;

IV – Promover a interação do estudante com o campo de estágio, contribuindo para as mudanças sociais, ambientais e organizacionais;

V – Possibilitar a reflexão do estudante sobre os aspectos éticos e legais inerentes ao exercício profissional;

VI – Elaborar relatório ao final dos Estágios Curriculares Supervisionados I e II, que será entregue ao docente orientador de estágio, conforme guia de Estágio.

CAPÍTULO II
DA DURAÇÃO E MATRÍCULA

Art. 39º – Os Estágios Curriculares Supervisionados em Gestão Ambiental I e II possuem carga horária mínima de 150 horas cada, conforme estrutura curricular vigente.

Art. 40º – Somente poderá matricular-se no Estágio Curricular Supervisionado I o estudante que tenha cursado e obtido aprovação nas disciplinas Introdução à Gestão Ambiental, Gestão Ambiental Urbana, Gestão Ambiental Rural e Sistema de Gestão e Auditoria Ambiental.

Art. 41º – Somente poderá matricular-se no Estágio Curricular Supervisionado II o estudante que tenha realizado o Estágio Curricular Supervisionado I.

CAPÍTULO III
DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 42º – Os Estágios Curriculares Supervisionados I e II serão realizados junto a entidades voltadas para a área de Gestão Ambiental e afins, de direito público e privado, exigindo-se a celebração de convênio com a Universidade.

Art. 43º – Os Estágios Curriculares Supervisionados I e II serão realizados respeitando a legislação federal vigente, a estrutura curricular do curso e os campos de atuação.

Art. 44º – O aluno estagiário poderá realizar seu Estágio Curricular Supervisionado I e II nas seguintes macro áreas:

a) Monitoramento socioambiental;

b) Licenciamento ambiental;

c) Gestão de Unidades de Conservação;

d) Elaboração e acompanhamento de projetos socioambientais;

e) Projetos de pesquisa e/ou extensão na área socioambiental;

f) Educação Ambiental;

g) Gestão Ambiental dos Recursos Naturais;

h) Gestão Ambiental urbana e rural;

i) Gestão Ambiental de empresas;

j) Avaliação de impacto ambiental;

k) Políticas Públicas ambientais;

l) Planejamento ambiental;

m) Consultoria;

n) Gestão Ambiental e mídia;

o) Gestão Ambiental do turismo.

CAPÍTULO IV

DA COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

Art. 45º – Entende-se por Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado a atividade destinada a planejar, acompanhar e orientar o estudante, de forma a garantir a consecução dos objetivos estabelecidos neste regulamento.

Parágrafo Único: A Coordenação será exercida por docente do Curso de Gestão Ambiental, eleito pelo Colegiado do Curso de Gestão Ambiental para um mandato de dois (02) anos, podendo ser renovado.

Art. 46º – É competência do Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado:

I – Coordenar as atividades dos Estágios Curriculares Supervisionados I e II;

II – Indicar para o setor competente da Universidade as entidades da área de Gestão Ambiental, visando a obtenção de oferta de estágios;

III – Divulgar as ofertas de estágios aos estudantes do curso;

IV – Enviar, ao setor competente da Universidade, a relação das Instituições para efeito de celebração de Instrumentos de Convênios e Termos de Compromisso de Estágio;

V – Elaborar e disponibilizar, ao estudante estagiário, no início do semestre letivo, as instruções gerais de realização dos Estágios Curriculares Supervisionados I e II, orientando-os quanto ao preenchimento e aos prazos de entrega do relatório;

VI – Distribuir os alunos matriculados para orientação junto aos professores do curso, de acordo com as áreas de estágio;

VII – Identificar e solucionar problemas existentes nos Estágios Curriculares Supervisionados I e II;

IX – Analisar os formulários preenchidos pelo estudante estagiário e pelo supervisor de campo da empresa estagiada;

X - Propor medidas com a finalidade de aperfeiçoar o processo dos Estágios Curriculares Supervisionados I e II.

Art. 47º – É de competência do Professor-Orientador dos Estágios Curriculares Supervisionados I e II:

I – Orientar o estudante estagiário na elaboração do Plano de Atividades e do Relatório final de estágio;

II – Acompanhar e orientar, por meio de visitas, os alunos que estiverem sob sua orientação;

III – Acompanhar e orientar as atividades desenvolvidas nos campos de estágio, ao longo de todo o processo, em paralelo ao supervisor de campo da empresa estagiada.

Art. 48º – É de competência do Supervisor de Campo dos Estágios Curriculares Supervisionados I e II:

I – Viabilizar vaga para a realização do estágio curricular;

II – Fornecer dados da empresa/instituição/projeto para elaboração do Instrumento de Convênio e do Termo de Compromisso de Estágio;

III – Acompanhar e orientar o estudante estagiário em campo;

IV – Fornecer informações ao Professor-orientador de estágio quanto à atuação e aproveitamento do estudante estagiário em campo, no decorrer da realização do estágio;

V – Preencher e encaminhar os formulários solicitados pelo docente Coordenador de estágio.

CAPÍTULO V
DOS PLANOS, DOS RELATÓRIOS E SEMINÁRIOS COLETIVOS DE ESTÁGIO

Art. 49º – Os planos, relatórios e seminários de Estágio Curricular Supervisionado I e II serão elaborados pelos discentes e aprovados pelo Professor orientador dos Estágios Curriculares Supervisionados I e II.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Art. 50º – A avaliação é parte integrante do processo pedagógico, devendo prover o curso de Graduação em Gestão Ambiental de informações fundamentais, visando subsidiá-lo nos processos de aprimoramento curricular e de melhoria da qualidade do ensino.

Art. 51º – A avaliação dos estudantes estagiários incidirá sobre a frequência na empresa/instituição/projeto, na orientação e no aproveitamento das atividades desenvolvidas durante a realização dos Estágios Curriculares Supervisionados I e II.

§ 1º – É obrigatória a frequência integral em todas as atividades programadas para os Estágios Curriculares Supervisionados I e II, não sendo permitido sob hipótese nenhuma, o abono de faltas.

§ 2º – A avaliação do aproveitamento será fundamentada nos seguintes critérios:

I – Domínio de conhecimento;

II – Habilidades e competências;

III – Postura profissional e ética.

Art. 52º – A avaliação do Plano de Estágio será de responsabilidade do docente orientador dos Estágios Curriculares Supervisionados I e II, numa escala de 0 a 10 pontos.

Art. 53º – A avaliação dos itens enumerados no capítulo VI será definida no Programa de Estágio, atendendo:

I – Acompanhamento semanal do docente orientador dos Estágios Curriculares Supervisionados I e II;

II – Ficha de Avaliação do Estudante Estagiário devidamente preenchida e assinada pelo Supervisor de Campo;

III – Relatório Final de Estágio Curricular Supervisionado, de acordo com as normas para trabalhos acadêmicos preconizadas pela ABNT e constantes do Guia de Estágio Curricular Supervisionado de Gestão Ambiental.

IV – A participação e apresentação no Seminário Coletivo de Vivências em Gestão Ambiental.

a) O Seminário Coletivo de Estágio se caracteriza por uma apresentação do resumo do relatório final de estágio.

b) As apresentações dos seminários acontecerão em lugar previamente estabelecido e será conduzida pelo docente coordenador e professor orientador de estágio.

c) Os trabalhos poderão ser divididos conforme a área de conhecimento;

d) Cada aluno terá 10 (dez) minutos para apresentar seu trabalho e os participantes terão 10 minutos para debate;

e) Poderão ser convidados professores de outras instituições de ensino ou profissionais para participar da apresentação;

f) O critério de avaliação do seminário será de zero a 10 para o aluno que participar do seminário de acordo com os critérios definidos no Art. 51º e 52º.

VI – A banca examinadora será constituída pelo coordenador e professor orientador de estágio do aluno que esteja apresentando o seminário, que atribuirá a nota final, individualmente, estabelecendo o critério de média aritmética caso haja discordância entre os membros. Ao final da sessão, a nota será levada ao conhecimento do estagiário.

Art. 54º – O prazo para a entrega dos relatórios de estágio ao docente orientador dos Estágios Curriculares Supervisionados I e II encerra-se no dia estipulado por calendário divulgado no início do semestre letivo.

I – Não haverá prorrogação dos prazos estabelecidos no calendário divulgado pelo docente orientador de estágio, exceto em casos relevantes, que serão analisados pela coordenação de Estágio Curricular Supervisionado de Gestão Ambiental.

II – A entrega dos resultados deverá observar os prazos finais estipulados no calendário da Universidade.

Art. 55º – Os estudantes matriculados nos Estágios Curriculares Supervisionados I e II somente serão considerados aprovados se cumprirem com os critérios estabelecidos nos capítulos V e VI e obtiverem média global mínima de 7,0 (sete).

CAPÍTULO VII

DOS DEVERES DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 56º – São direitos do Estagiário:

I – Indicar área e local de estágio de interesse;

II – Solicitar a orientação de docente orientador, respeitadas as áreas de domínio dos campos de estágio e de acordo com a disponibilidade de tempo do docente orientador.

Parágrafo Único –É vedado ao estagiário:

I – Realizar o estágio sob a supervisão de outro estagiário;

II – Executar o estágio sem a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio pela empresa, estagiário e a Universidade.

Art. 57º – São deveres do Estagiário:

I - Dedicar-se, integralmente, às atividades estabelecidas no Estágio Curricular;

II – Cumprir os horários do estágio e as atribuições estabelecidas no Plano de Estágio;

III – Frequentar, obrigatoriamente, reuniões, quando for convocado;

IV – Cumprir as disposições deste Regulamento, bem como os demais procedimentos contidos na Legislação Educacional e no Regimento da Universidade;

V – Atender ao Roteiro para Elaboração de: Plano de Estágio, Relatório Final e Seminário de Estágio;

VI – Preencher os formulários referentes ao campo de estágio e entregar ao docente orientador de estágio após o cumprimento da carga horária mínima exigida.

CAPÍTULO VIII

DAS PENALIDADES

Art. 58º – A não observância às cláusulas e condições estabelecidas importará em:

I – Recebimento de advertência, por escrito, emitida pela Coordenação de Estágio;

II – Em caso de má conduta, abandono e/ou expulsão do campo de estágio, o estudante ficará impossibilitado de terminar os Estágios Curriculares Supervisionados I e II.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59º – O estagiário deverá comunicar oficialmente ao docente orientador de estágio qualquer acontecimento não previsto nas atividades desenvolvidas durante o mesmo. Caso haja alguma situação de constrangimento para o estagiário, deverá ser solicitada a intermediação do professor orientador de estágio, cabendo ao Colegiado do Curso a decisão final.

Art. 60º – O diploma de Bacharel em Gestão Ambiental somente será conferido ao estudante que realizar os Estágios Curriculares Supervisionados I e II, atividades que fazem parte da estrutura curricular do curso, com aproveitamento e em conformidade com este Regulamento.

Art. 61º – Observadas as diretrizes e as disposições normativas estabelecidas pelo presente Regulamento, bem como as demais pertinentes contidas na Legislação educacional, no Regimento Geral da Universidade, competem à Coordenação de Estágio Curricular e ao Colegiado do Curso de Gestão Ambiental baixar instruções complementares de caráter normativo e procedimental visando a plena e efetiva consecução dos objetivos dos Estágios Curriculares Supervisionados I e II do Curso de Gestão Ambiental.

Art. 62º – Os casos omissos serão avaliados e resolvidos pelo Colegiado do Curso de Gestão Ambiental da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte –UERN, com base na Resolução 05/2015-CONSEPE, que normatiza o estágio na instituição.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 63º – O presente regulamento entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos de aplicação ocorrerão para os ingressantes a partir do semestre letivo 2021.1.

Art. 64º – Os casos omissos destas normas serão resolvidos pelo CONSEPE-UERN.

21 OUTROS ELEMENTOS

<Caso necessário, informe outros elementos que são considerados importantes neste documento.>

REFERÊNCIAS

APÊNDICE(S)

ANEXO 1 - PORTARIA DE NOMEAÇÃO DO NDE

ANEXO 2 - ATA DE REUNIÃO DO DEPARTAMENTO

<Após parecer final da DCIC>

ANEXO 3 - ATA DE REUNIÃO DO CONSAD

<Após parecer final da DCIC>

ANEXO 4 - MINUTA DE RESOLUÇÃO DO CONSEPE

<Ver modelo disponibilizado pela PROEG, no endereço: http://proeg.uern.br/default.asp?item=proeg-formularios>